

**RELATÓRIO DE
GESTÃO 2023**

SUMÁRIO

SOBRE O RELATÓRIO	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	
Identificação da Unidade Prestadora de Contas	9
Políticas e Programas de Governo	11
Organograma Funcional do INPI	12
Dirigentes de 2023	13
Modelo de Negócios do INPI	14
Cadeia de Valor	15
Ambiente de Atuação – Cenário Nacional e Internacional	16
Cenário Nacional	16
Cenário Internacional	19
2 - RISCOS, OPORTUNIDADES E APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DA UPC DE GERAR VALOR	
Gestão de Riscos no Âmbito do INPI: Contexto e Visão Geral	25
Riscos	26
Riscos e Oportunidades Relacionadas à Estratégia	30
Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade da UPC de Gerar Valor	32
Modelo de Governança Corporativa do INPI	32
Auditoria Interna	33
Corregedoria	36
3 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	
Estratégia	39
Mapa Estratégico	39
O Plano de Ação 2023 em Números	41
Resultados Alcançados Frente aos Objetivos Estratégicos e às Prioridades da Gestão	42
Objetivo Estratégico 1	42
Objetivo Estratégico 2	45
Objetivo Estratégico 3	47
Objetivo Estratégico 4	48
Destaques dos Objetivos Estratégicos de 5 a 9	50
Panorama dos Principais Recursos Críticos para o Alcance dos Resultados	54
Gestão de Pessoas	54
Gestão da Tecnologia da Informação	61
Gestão de Licitações, Contratos e Patrimonial	68
Relacionamento com a Sociedade	77
4 - AGENDAS TRANSVERSAIS	
Programa de Gênero, Diversidade e Inclusão 2023	85
Sustentabilidade Ambiental	87
5 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	
Apresentação	92
Orçamento	93
Execução Orçamentária	95
Receita	96
Gestão de Custos	97
Resultados Orçamentário, Financeiro e Contábil	103
Sustentabilidade Financeira do INPI – Receita x Despesa	104
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	107
LISTA DE SIGLAS E ABREVIações	109



Sobre o Relatório





O Relatório de Gestão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) 2023 apresenta uma reformulação de conteúdo em relação aos relatórios dos exercícios anteriores. O foco é oferecer um formato mais atrativo, uma leitura mais dinâmica e destacar as principais entregas do Instituto à sociedade. Para tanto, destacam-se também os fatores determinantes que influenciaram as entregas do exercício.

A abrangência do relatório, na comparação das informações, são os últimos três anos (2021, 2022 e 2023) e o conteúdo elaborado é orientado pela Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) n.º 198, de 23 de março de 2022. Já o formato do relatório é o Relato Integrado (RI), desenvolvido pelo International Integrated Reporting Council – IIRC e expresso no guia para elaboração do formato RI, 3ª Edição, disponibilizado pelo TCU.

O relatório é composto por cinco capítulos.

No Capítulo 1, apresenta-se o INPI e seu ambiente de atuação, enquanto no Capítulo 2, abordam-se os riscos, as oportunidades e a estrutura de governança envolvidos na gestão diária do Instituto.

O Capítulo 3 apresenta os resultados sob a perspectiva da estratégia de atuação traçada no ciclo de Planejamento 2023-2026. Há um aprofundamento dos resultados dos Objetivos Estratégicos de 1 a 4, que representam os resultados institucionais e são a base para delimitar a abrangência do relatório. Os Objetivos Estratégicos de 5 a 9 representam o suporte à gestão e têm seus principais resultados em destaque. Os objetivos de suporte e gestão também estão refletidos no panorama dos principais recursos críticos para o alcance dos resultados que são abordados no final do capítulo. As agendas transversais de gênero, diversidade, inclusão e sustentabilidade ambiental são apresentadas no Capítulo 4. As agendas transversais perpassam por toda a estratégia do INPI.

O relatório é finalizado com o Capítulo 5, que consolida as informações orçamentárias, financeiras e contábeis do Instituto, permitindo uma visão geral da geração de receita do INPI e das limitações orçamentárias e financeiras existentes que influenciaram os resultados de 2023.



Mensagem do Presidente



O ano de 2023 deu início à execução do novo Plano Estratégico do INPI. O ciclo que se inicia (2023-2026) mantém e consolida os avanços conquistados nos últimos anos e estabelece novos objetivos, com metas impactantes e uma visão que reflete o INPI que estamos construindo: INPI consolidado como escritório de propriedade industrial de Classe Mundial.

Consolidar-se como uma instituição de excelência passa, necessariamente, pela ampliação da capacidade de atendimento aos usuários dos serviços de PI, em ritmo compatível com o crescimento da demanda: em 2023 foram mais de 400 mil pedidos de marcas depositados e quase 28 mil pedidos de patentes.

A produção de marcas cresceu cerca de 24%, em relação a 2022, atingindo mais de 363 mil decisões, número ainda inferior à demanda, ocasionando um aumento preocupante do tempo de exame dos pedidos de marcas. Em patentes, em que pese o número de decisões (33,4 mil) ter sido menor que o observado em 2022 (40,6 mil decisões), a produção ainda se mantém acima da demanda, permitindo a continuidade na redução dos prazos de decisão de patentes.

Importantes melhorias estão sendo implementadas na automação do processamento de pedidos de direitos de PI. A entrada em operação do sistema IPAS-DI, desenvolvido em cooperação com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), resultará em ganhos expressivos de eficiência no exame de pedidos de desenho industrial. E o mesmo acontecerá com a implantação em curso da ferramenta de gerenciamento automatizado do fluxo de processos de exame de patentes.

Diante do desafio de suprir a carência de servidores para as atividades de exame de pedidos de PI, mas também para áreas críticas de suporte organizacional, como Tecnologia da Informação, em 2023, foi aprovado concurso público para o INPI, com 120 vagas. No final do ano, o edital foi publicado e em fevereiro de 2024, as provas foram realizadas. O número de vagas ofertadas, apesar de insuficiente para atendimento das nossas demandas, retoma a urgente recomposição da força de trabalho.

Demos passos importantes também no sentido da revisão do marco legal da Propriedade Industrial, um imperativo para o alcance das metas ousadas de redução dos prazos de exame de marcas e patentes, assumidas no nosso planejamento estratégico e incorporadas ao Plano Plurianual 2024-2027 do Governo Federal.

Foi encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) um primeiro conjunto de propostas de alteração da Lei da Propriedade Industrial (LPI) com foco na agilização da concessão de patentes e de registro de marcas que, se implementadas, contribuirão direta e fortemente para o incentivo à inovação e a melhoria do ambiente de negócios no País.

Em paralelo, recolocamos na pauta a questão da sustentabilidade financeira do Instituto. Atuamos em diferentes frentes na busca de alternativas viáveis para assegurar maior previsibilidade e suficiência dos recursos orçamentários necessários para modernização e crescimento do Instituto. O Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) prevê a realização de estudo, com apoio da CNI, para contribuir com a identificação de potenciais medidas que assegurem previsibilidade orçamentária ao INPI.



No campo legislativo, intensificamos as tratativas com parlamentares para aprovação do Projeto de Lei Complementar PLP 143/2019, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao INPI. E foi desenvolvida internamente, e encaminhada ao MDIC para aprovação, a Política de Preços, cuja consistência metodológica e transparência das informações demonstram o rigor técnico na aplicação dos recursos que ingressam por meio das taxas pagas pelos usuários dos serviços de PI.

Nesse sentido, cabe registrar que, assim como em anos anteriores, o orçamento aprovado para as despesas de custeio e investimentos em 2023 foi muito aquém das necessidades levantadas. Ao final do exercício, estas despesas somaram R\$ 66,3 milhões, sendo que a necessidade inicial apontava para R\$ 91,8 milhões. Essa persistente insuficiência orçamentária corrobora a urgência de uma solução estrutural que assegure maior autonomia no acesso à receita de serviços arrecadada.

A atuação na disseminação do uso estratégico da PI também ganhou impulso. Foram produzidos sete estudos de prospecção tecnológica e inteligência estratégica de PI, incluindo estudo sobre o setor de fertilizantes, um insumo estratégico para o agronegócio brasileiro. Foram executados 222 projetos de mentoria em PI para empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas. E milhares de profissionais foram capacitados em PI, presencial e remotamente, pela Academia do INPI. E na promoção do respeito à PI, expandimos a plataforma do Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas com a inclusão de informações estratégicas sobre os ativos de Indicações Geográficas (IG), no contexto da colaboração técnica com o Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).

No âmbito internacional, merece destaque a operacionalização do Acordo de Haia, sistema de registro internacional de desenhos industriais, em continuidade ao trabalho de preparação operacional do INPI para viabilizar a inserção protagonista do Brasil no sistema mundial de PI. Além disso, a agenda internacional foi marcada pela retomada da cooperação regional em PI com os países latino-americanos, com o desenvolvimento de projetos inovadores de alto impacto como a proposta de criação da IG binacional Brasil-Uruguai.

Por fim, a decisão de implantação do Modelo de Excelência em Gestão (MEG), da FNQ - Fundação Nacional da Qualidade, marca um novo momento na busca da excelência organizacional, ao estabelecer um referencial reconhecido internacionalmente para avaliação e aprimoramento contínuo das práticas de gestão. Em 2023, iniciamos esse percurso com a realização de uma autoavaliação assistida pela FNQ e a capacitação de servidores nos fundamentos e instrumentos de avaliação do MEG.

Os desafios enfrentados e as conquistas realizadas renovam e reforçam o firme propósito do INPI de fazer diferença na construção um sistema de propriedade industrial eficiente e equilibrado, que impulse a inovação e promova o desenvolvimento sustentável do País.

Esse é o desafio!

JÚLIO CÉSAR CASTELO BRANCO REIS MOREIRA

Presidente do INPI



Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo



Identificação da Unidade Prestadora de Contas

O INPI é uma autarquia federal criada pela Lei n.º 5.648, de 11 de dezembro de 1970, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

No País é a instituição responsável por conceder patentes de invenção e de modelos de utilidade; registros de marcas, de desenhos industriais e de indicações geográficas; assim como, por registrar e averbar contratos de transferência de tecnologia e de franquia empresarial, nos termos da Lei n.º 9.279, de 1996. Ao INPI também competem os registros de programas de computador e de topografias de circuito integrado, conforme estabelecem o Decreto n.º 2.556, de 1998 e a Lei n.º 11.484, de 2007, respectivamente. Além das funções de concessão e registro desses direitos, de acordo com suas competências regimentais, o INPI desenvolve ações objetivando divulgar o sistema de propriedade industrial, fomentar negócios inovadores e capacitar profissionais na temática de propriedade industrial.

A proteção da propriedade industrial cumpre um papel estratégico ao viabilizar a transformação do conhecimento resultante da atividade intelectual em ativos econômicos valiosos e transacionáveis no mercado.

Neste sentido, o novo ciclo de planejamento do INPI, que resultou no Plano Estratégico 2023-2026, reformulou a MISSÃO do Instituto:

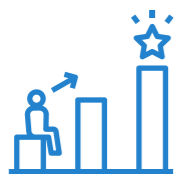


Impulsionar a inovação por meio da propriedade industrial

A missão de fazer da PI um impulsionador da inovação no País alinha-se com a razão de ser de uma instituição cuja finalidade legal é “executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial” (Lei n.º 9.279, de 14/05/1996).



Como VISÃO definida para 2026, a ambição do INPI é:



VISÃO

Consolidar-se como Escritório de Propriedade Industrial de classe mundial

A concretização da visão de futuro exigirá um amplo espectro de transformações. Uma performance de Classe Mundial deverá ser sustentada por uma instituição igualmente de Classe Mundial. Nessa trajetória, serão exigidos avanços planejados e sistemáticos em diferentes campos, como garantia da qualidade, capacidade tecnológica, recomposição e valorização da força de trabalho, autonomia financeira, modernização da governança e gestão, entre outros. O desafio será dotar o Instituto dos meios necessários para se modernizar e ganhar escala para operar em alto nível e cumprir a missão de impulsionar a inovação no País.





Políticas e Programas de Governo

A participação do INPI no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, que reflete as políticas públicas, orienta a atuação governamental e define diretrizes, conforme estabelecido na Lei n.º13.971/2019, se deu nos seguintes programas:

PROGRAMA FINALÍSTICO	<p>PROGRAMA: 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade Diretriz: 19 - Simplificação e a progressividade do sistema tributário, a melhoria do ambiente de negócios, o estímulo à concorrência e a maior abertura da economia nacional ao comércio exterior, priorizando o apoio às micro e pequenas empresas e promovendo a proteção da indústria nacional em grau equivalente àquele praticado pelos países mais industrializados Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Participação do INPI: Ação Orçamentária 21B2 – Gestão e Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação: Aquisição, manutenção e implementação de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo licenças e acessos a bases de dados, de forma a garantir a operacionalidade do INPI e a excelência na prestação de serviços para a proteção eficiente da propriedade industrial.</p>
PROGRAMA DE GESTÃO	<p>PROGRAMA: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo Representa um conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias, que não são passíveis de associação aos programas finalísticos, relacionadas à gestão da atuação governamental ou à manutenção da capacidade produtiva das empresas estatais. Participação do INPI: Ações Orçamentárias que contemplam as demais despesas do INPI não contempladas na ação finalística – 2000 (Administração da Unidades); ações de despesas de pessoal 20TP (Ativos Cíveis da União); 2004 (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes); 212B (Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes); 216H (Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos)</p>

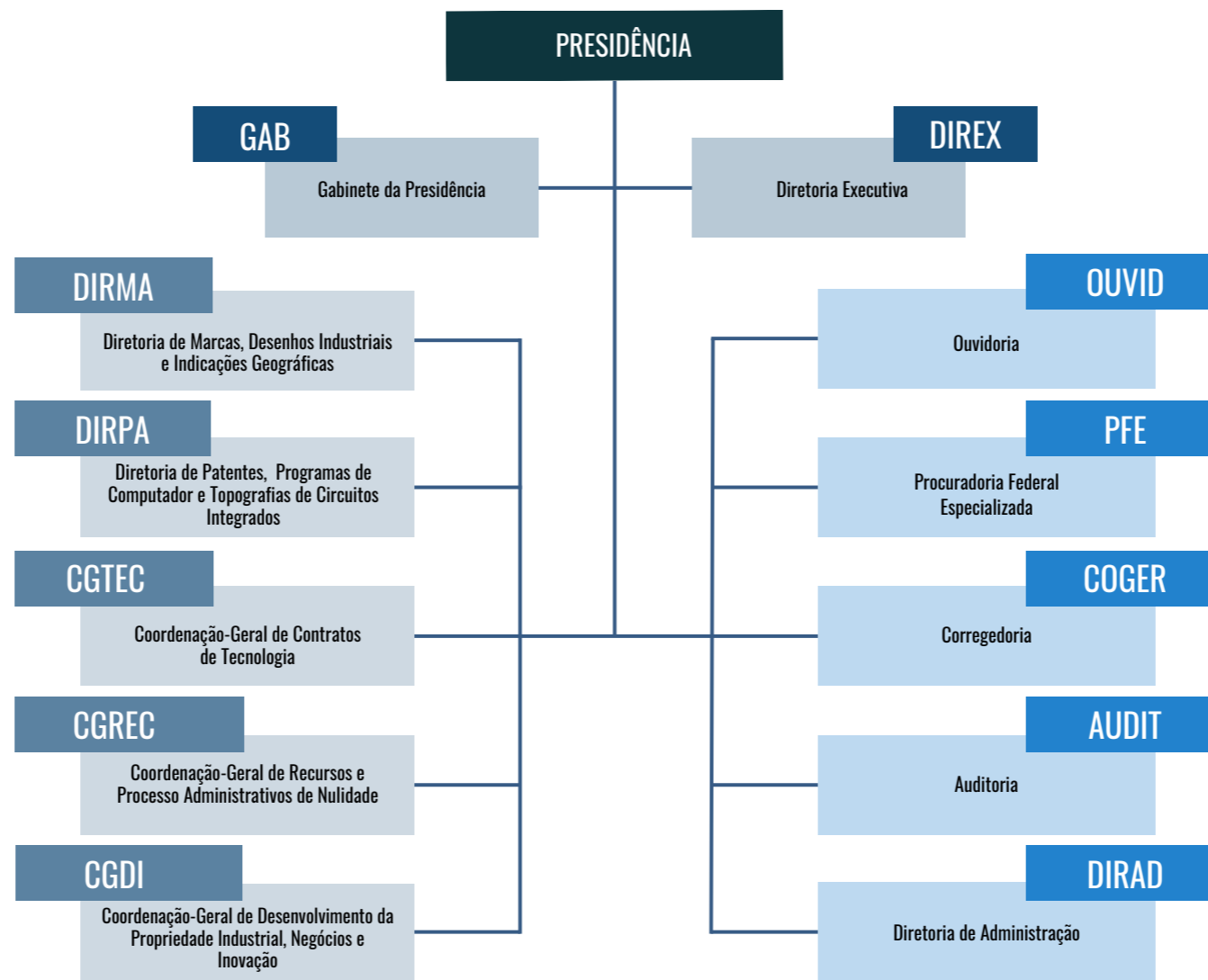
No âmbito das Políticas Públicas, o INPI participa diretamente da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI).

O objetivo da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual é alcançar um Sistema Nacional de Propriedade Intelectual efetivo e equilibrado, que seja amplamente conhecido, utilizado e observado, que incentive a criatividade, os investimentos em inovação e o acesso ao conhecimento, visando ao aumento da competitividade e ao desenvolvimento econômico e social.

A ENPI opera com Planos de Ações (PA) bienais. As informações da ENPI, incluindo o PA 2021-2023 e a participação do INPI no plano estão disponíveis na página da ENPI no link: <https://www.gov.br/pt-br/propriedade-intelectual/estrategia-nacional-de-propriedade-intelectual>



Organograma Funcional do INPI



Órgãos de assistência direta e imediata à presidência



Órgãos específicos singulares



Órgãos seccionais



Dirigentes de 2023



Júlio César Castelo Branco Reis Moreira

Presidente



Tânia Cristina Lopes Ribeiro

Diretora Executiva



Alexandre Lopes Lourenço

Diretor de Administração



Schmuell Lopes Cantanhêde

Diretor de Marcas, Desenhos Industriais
e Indicações Geográficas



Alexandre Dantas Rodrigues


Diretor de Patentes,
Programas de Computador e
Topografia de Circuitos
Integrados



Modelo de Negócios do INPI

INSUMOS


Pessoal (inclui servidores cedidos)

 **945**
Cargos efetivos ocupados

Orçamento e Finanças (em milhões de R\$)

 **514.5**
Receita de serviços arrecadada

 **273.0**
Custos totais

 **53%**
Utilização da receita de serviços

Depósitos de Propriedade Industrial


 **27.918** depósitos de Patentes


 **4.232** depósitos de Programas de Computador

 **402.460** depósitos de Marcas

 **27** depósitos de Indicações Geográficas

 **7.054** depósitos de Desenho Industrial

 **1** depósito de Topografia de Circuitos


 **989** depósitos de Contratos de Tecnologia


MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS


- Recepção de pedidos e atuação como autoridade internacional no âmbito do PCT
- Concessão de Patentes
- Concessão de Registro de Programa de Computador
- Concessão de Registro de Topografia de Circuito Integrado
- Concessão de Registro de Marca
- Concessão de Registro de Desenho Industrial
- Concessão de Registro de Indicação Geográfica
- Averbação e Registro de Contratos de Direitos de Propriedade Industrial, Transferência de Tecnologia e Franquia Empresarial
- Disseminação da Propriedade Industrial

RESULTADOS


Decisões de pedidos

 **33.456** decisões de Patentes


 **13** decisões de Indicações Geográficas

 **363.844** decisões de Marcas


 **5.674** decisões de Programas de Computador


 **5.191** decisões de Desenhos Industriais


 **1** decisão de Topografia de Circuitos

 **1.261** decisões de Averbação de Contratos

Promoção Pública da PI

 **3.019** Empresas capacitadas em PI e negócios

 **6.357** Profissionais capacitados em PI e negócios

 **222** Ações de mentoria qualificada voltadas para a expansão do uso do sistema de PI

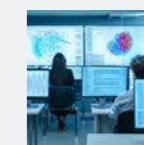
IMPACTOS



Melhoria do ambiente de negócios



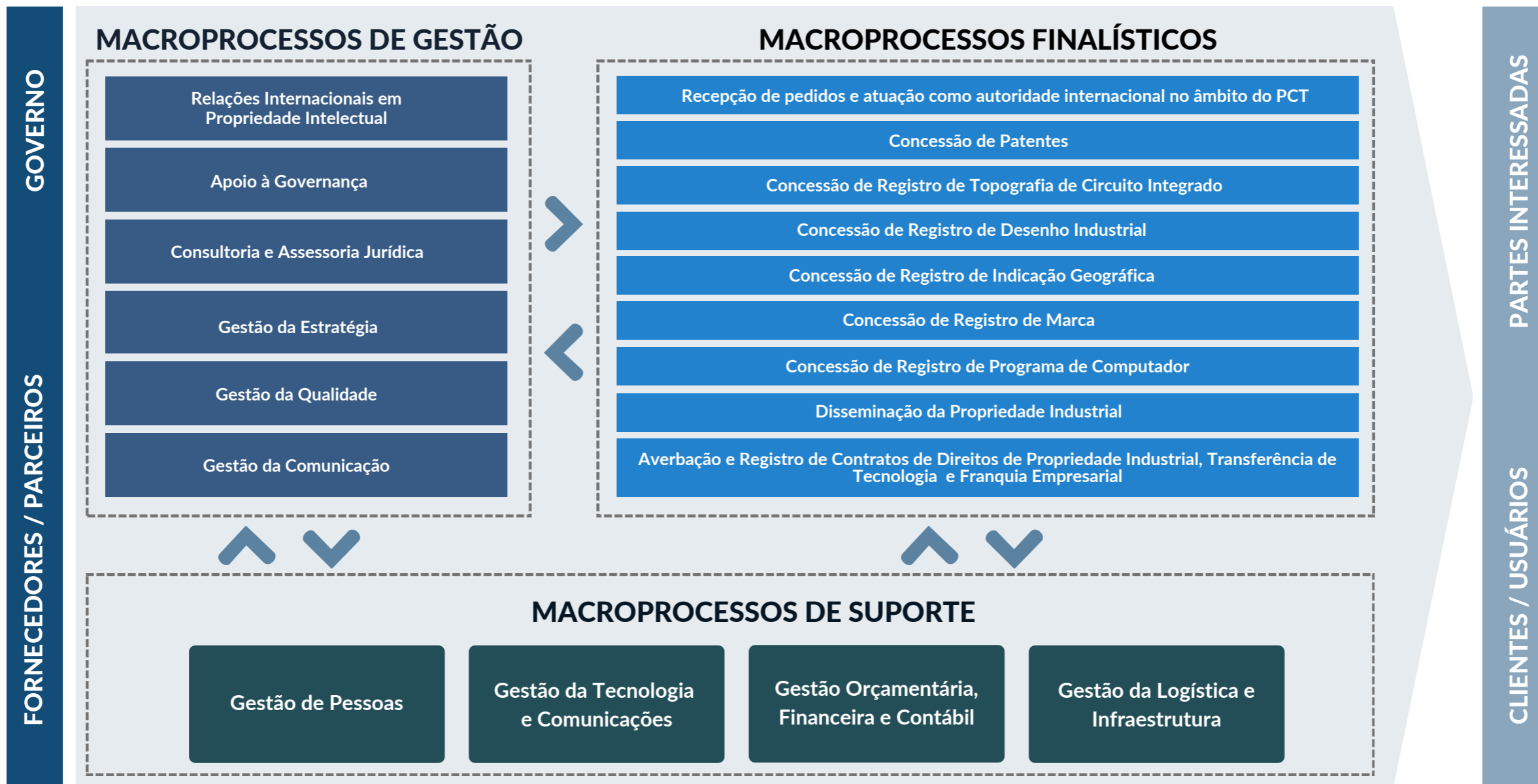
Promoção do desenvolvimento tecnológico e econômico



Estímulo à inovação e competitividade



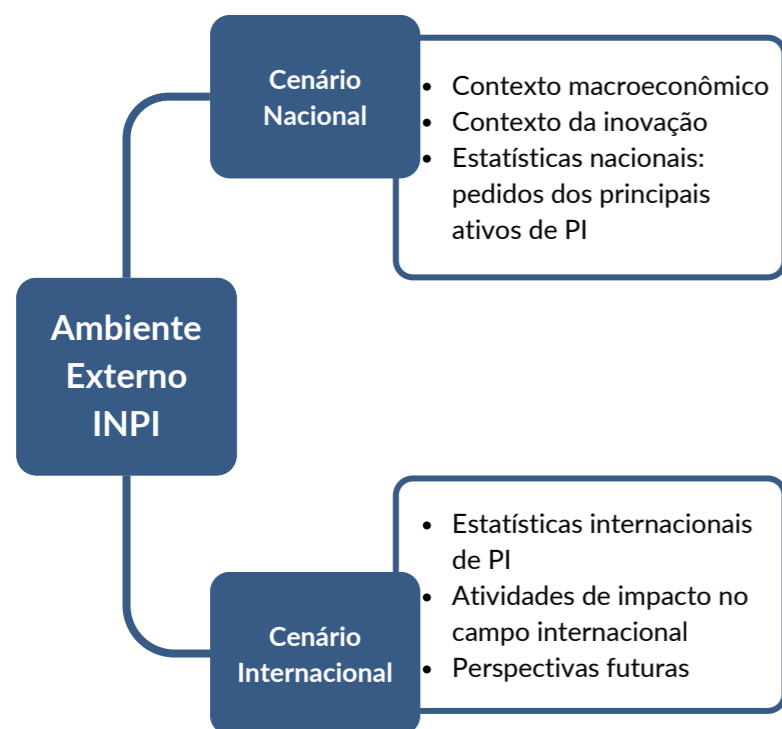
Cadeia de Valor





Ambiente de Atuação – Cenário Nacional e Internacional

O INPI participa ativamente do Sistema de Inovação Brasileiro e integra um sistema internacional de Propriedade Intelectual, regido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual-OMPI.



Cenário Nacional

• Contexto macroeconômico

Em 2023, a economia brasileira experimentou trajetória de recuperação. A expansão econômica se deu com geração de empregos no setor formal, queda da inflação e aumento do poder de compra das famílias. Esta expansão do mercado interno foi acompanhada por uma contínua elevação da massa de rendimentos do trabalho, ampliada por benefícios sociais e pela melhora dos indicadores de inadimplência e endividamento das famílias. Por outro lado, parte substancial do crescimento econômico foi orientado ao mercado internacional, de modo que setores da indústria sofreram com queda na produção, mesmo em um cenário de crescimento econômico. A indústria de transformação, de forma geral, apresentou quadro de estagnação. Os investimentos, por sua vez, também apresentam dificuldade de retomada.

• Contexto da inovação

Influenciado pelo desempenho da economia e pelas mudanças estruturais sobre o setor provocadas pela pandemia, o cenário da inovação no Brasil apresentou bons resultados em 2023. O Brasil voltou a entrar no ranking das 50 economias mais inovadoras do mundo, após 12 anos fora deste recorte. O país subiu cinco posições no Índice Global de Inovação (IGI), da OMPI, ficando em 49º lugar entre 132 países. Com o resultado, o Brasil passou a liderar o ranking dos países da América Latina e Caribe. Já entre os cinco países que atualmente compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil está na terceira colocação, à frente da Rússia (51º lugar) e da África do Sul (59º).

Segundo o estudo, o país apresentou pontuações elevadas em indicadores como serviços governamentais online (14ª posição) e participação eletrônica (11ª). Também se destaca pelo valor de seus 16 unicórnios (nome que se dá às startups que conseguem grande valor de mercado em dólares), aparecendo na 22ª posição, e por seus ativos intangíveis (31ª), obtendo bons resultados mundiais por suas marcas registradas (13ª) e pelo valor global de suas marcas (39ª).

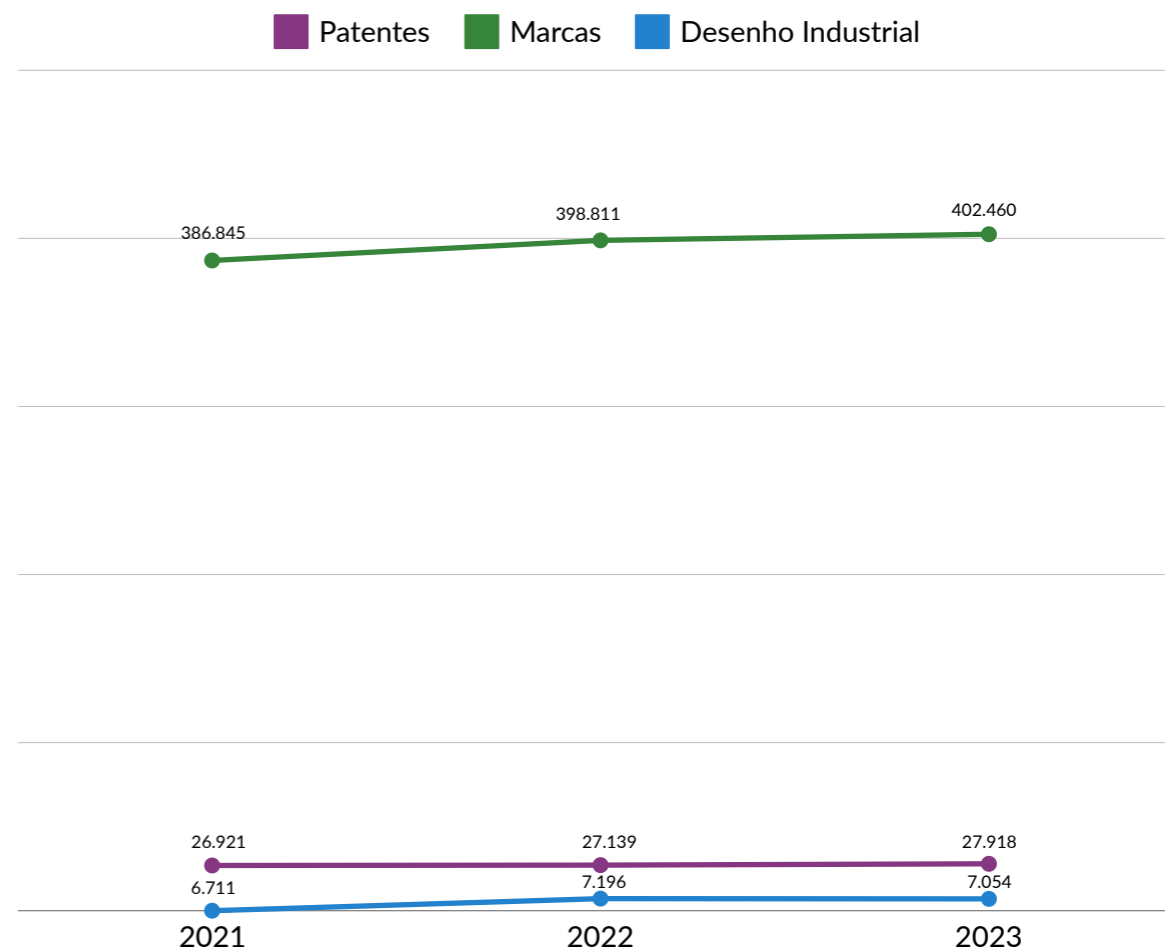


Mesmo com os ganhos de posições, sustentado pelo terceiro ano consecutivo, a colocação brasileira ainda é considerada aquém do potencial do país, que hoje tem a 10ª maior economia do mundo. A melhor posição do Brasil no IGI foi em 2011, quando chegou ao 47º lugar.

- **Estatísticas nacionais: pedidos dos principais ativos de PI**

Como consequência da recuperação econômica doméstica e da melhora no ambiente de inovação, os registros de propriedade industrial (PI), envolvendo patentes, marcas e desenhos industriais, apresentaram evolução positiva em 2023. Os depósitos de patentes, no período acumulado de janeiro a dezembro de 2023, totalizaram 27.918, uma expansão de 2,9% sobre o período anterior. Os depósitos acumulados de marcas totalizaram 402.460 pedidos, um crescimento de 0,9% nesta base de comparação. Os pedidos de desenhos industriais totalizaram 7.054 (-2,0%), os depósitos de programas de computador alcançaram 4.232 (+16,1%), as averbações de contratos de tecnologia apresentaram 989 pedidos (-16,9%). As indicações geográficas alcançaram 27 pedidos no período considerado (contra 22 no período anterior). Em topografias de circuitos integrados ocorreu 1 pedido (contra 2 no período anterior).

Gráfico - Depósitos de Pedidos de PI no Brasil

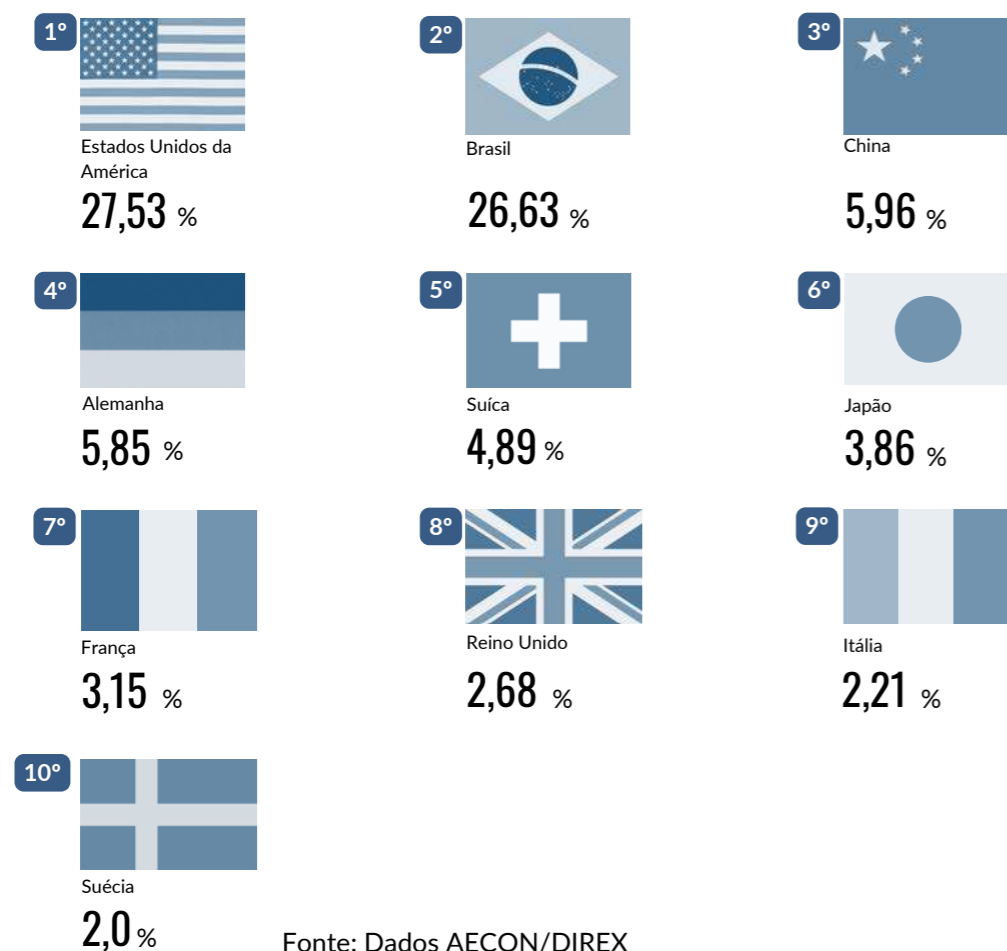


Fonte: Dados AECON/DIREX



Clientes de 86 países solicitaram proteção de patentes, no período acumulado janeiro a dezembro/2023. Entre os países que mais depositaram pedidos de patentes de invenção, estiveram os Estados Unidos (27,53%), Brasil (26,63%), China (5,96%), Alemanha (5,85%) e Suíça (4,89%). Entre os depósitos de modelo de utilidade, marcas, desenhos industriais e contratos de tecnologia, a maioria dos pedidos foram protocolados por representantes do Brasil.

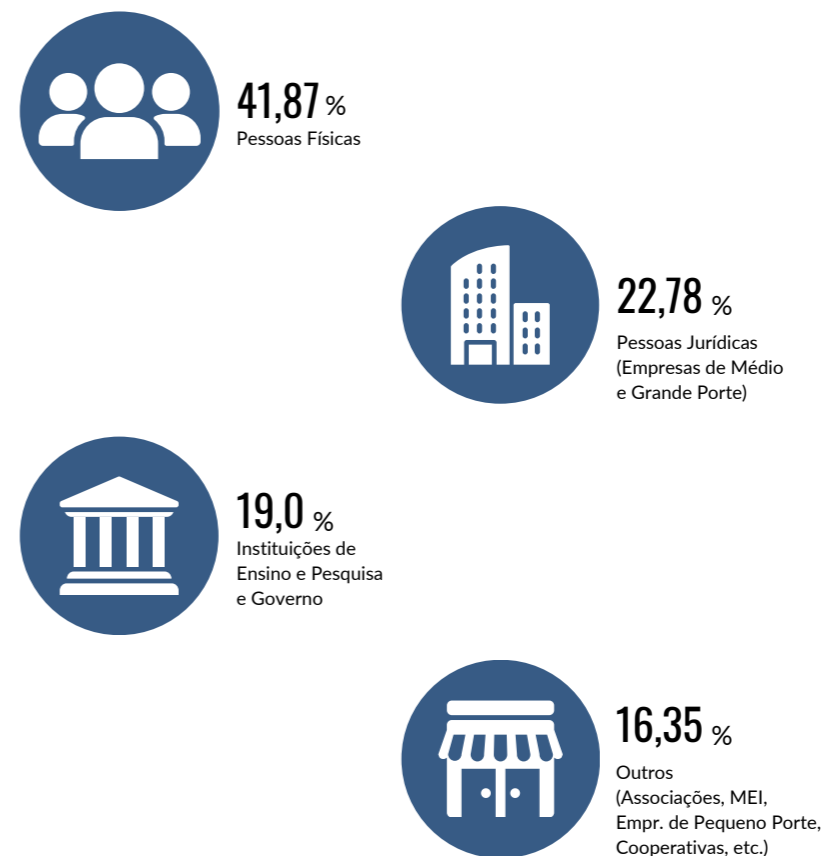
Figura - Participação percentual, por origem, dos depositantes no Brasil em 2023



Fonte: Dados AECON/DIREX

No período acumulado janeiro a dezembro/2023, as pessoas físicas responderam por 41,87% dos depósitos de patentes efetuados por residentes, seguidas por pessoas jurídicas (22,78%), instituições de ensino e pesquisa e governo (19%) e outros (16,35%).

Figura - Perfil de depositantes de patentes em 2023 – Residentes no Brasil



Fonte: Dados AECON/DIREX

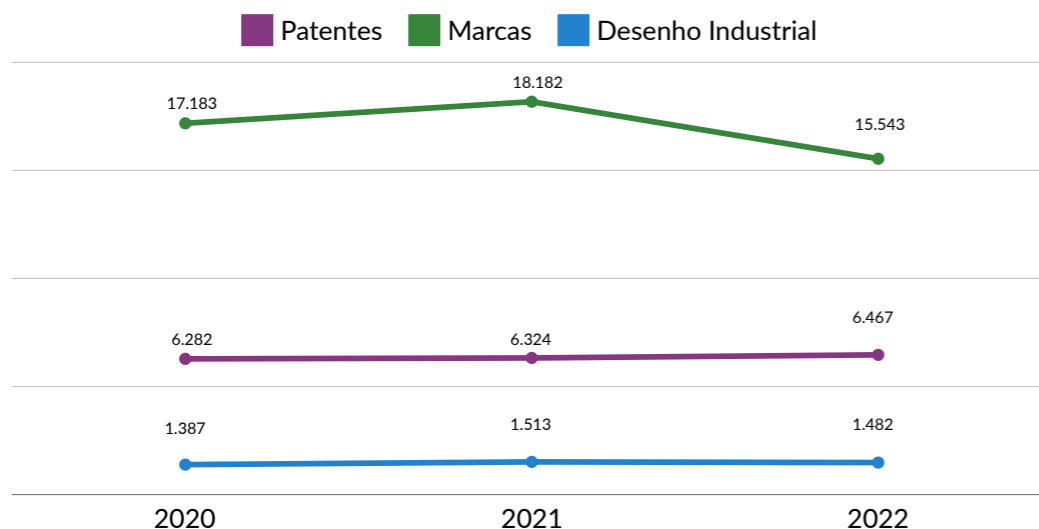


Cenário Internacional

- Estatísticas internacionais de PI

De acordo com as estatísticas mais recentes (exercício 2022), consolidadas pela OMPI, a atividade mundial de patenteamento alcançou o terceiro ano consecutivo de crescimento. China, Estados Unidos, Japão, República da Coreia e Alemanha foram os países com os maiores números de depósitos de patentes. Por outro lado, houve uma queda dos depósitos mundiais para marcas e desenhos industriais, contrastando com o crescimento significativo que ocorreu em 2020 e 2021, o que se atribuiu a necessidade de introdução de novos bens e serviços em função das alterações nos padrões de vida e trabalho ocasionadas pela pandemia de COVID-19.

Gráfico - Depósitos de pedidos de PI no mundo



Fonte: Estatísticas OMPI (<https://www3.wipo.int/ipstats/key-search/indicator>)

Observando uma tendência de longo prazo, a maior parte dos depósitos de PI ocorre na Ásia. Este continente tem sido o responsável por 67,9%, 67,8% e 70,3% da atividade mundial de depósitos de patentes, marcas e desenhos industriais, em 2022.

Enquanto o crescimento dos depósitos de residentes foi o principal impulsionador dos depósitos na China e Índia, um significativo aumento de depósitos no exterior foi o incremento mais relevante nos casos da Áustria, Suíça e Estados Unidos.

O setor tecnológico que acusou um maior crescimento foi o de tecnologia computacional (11.1% do total mundial).

- Atividades de impacto no campo internacional

O INPI, buscando uma maior inserção internacional, vem atuando na presença do Brasil nos acordos que seguem.



Acordo de Haia (em vigor desde o dia 1º de agosto de 2023)

O Acordo de Haia para Desenhos Industriais entrou em vigor no País e todos os usuários que produzem desenhos industriais passaram a poder solicitar proteção em qualquer um dos países signatários, por meio de um único pedido internacional, assim como estrangeiros de países membros do Acordo podem solicitar essa proteção no Brasil, tornando nosso país mais atrativo para investimentos estrangeiros, e estimulando setores nacionais que investem em design e inovação.

Tratado de Budapeste (preparação operacional)

O Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Micro-Organismos para Efeitos do Procedimento em Matéria de Patentes segue em tramitação na Câmara dos Deputados. O acordo tem o objetivo de estabelecer e de unificar critérios para o depósito de material biológico para fins de patente.

Acordo de Lisboa para Reconhecimento Internacional de Indicações Geográficas (preparação operacional)

O INPI, em conjunto com o MDIC, vem desenvolvendo estudos para avaliar a pertinência da adesão pelo Brasil em mais este tratado operacional.



O ano de 2023 foi marcado pelo desenvolvimento no INPI de uma série de ações de grande visibilidade no sistema internacional da Propriedade Intelectual. Abaixo apontaremos alguns destes atos.

- Assinatura de Memorando de Entendimento firmado entre o INPI e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para ampliar a cooperação no escopo do ensino e treinamento em propriedade intelectual, em 23 de agosto de 2023;
- Adesão à Rede Equidade, em 29 de novembro de 2023. A Rede é uma parceria entre 16 órgãos da Administração Pública Federal para implementar ações conjuntas de inclusão e diversidade, com foco em gênero e raça, colocando o Instituto na vanguarda do tema perante seus pares existentes em outros países;
- Realização da 9ª Reunião do Grupo de Especialistas em Tecnologia de Semicondutores da Classificação Internacional de Patentes (IPC, na sigla em inglês). A atividade ocorreu em outubro, pela primeira vez fora da sede da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em Genebra, na Suíça; e
- Seminário Regional sobre o Tratado de Cooperação em matéria de Patentes (PCT), em novembro. A atividade, organizada por INPI e OMPI, contemplou a participação de países latino-americanos, caribenhos e africanos lusófonos.

Já no âmbito bilateral foram assinados Memorandos de Entendimento para cooperação em PI com os seguintes institutos congêneres:

- Em 10 de março de 2023 foi assinado novo Memorando de Entendimento entre o INPI e o Instituto Dinamarquês de Patentes e Marcas (DKPTO), com o objetivo de iniciar uma nova fase da cooperação bilateral em Propriedade Intelectual, dando sequência às atividades que vêm sendo realizadas desde 2018;
- Durante a Assembleia Geral da OMPI, em julho de 2023, foi firmado um Memorando de Entendimento entre o INPI do Brasil e da Argentina, com o intuito de retomar a cooperação e estreitar os laços na área de PI com a contraparte argentina; e
- Memorando de Entendimento de cooperação bilateral para ações em tecnologias verdes entre o INPI e o Escritório Nacional da Propriedade Industrial da República Dominicana (ONAPI), assinado em dezembro de 2023, visando fortalecer as relações de cooperação no campo de patentes verdes, de forma a apoiar as relações econômicas bilaterais e o intercâmbio de tecnologias sustentáveis.



Também entraram em vigor Memorandos de Entendimento para projetos piloto do Patent Prosecution Highway – PPH com os institutos congêneres da Finlândia e do Canadá, este último com início da vigência previsto para fevereiro de 2024.

O INPI marcou presença em sessões de comitês e de grupos de trabalho da OMPI, assim como na Assembleia Geral da referida organização internacional. Ademais, houve participação na sessão preparatória especial para a Conferência Diplomática para Concluir um Instrumento Jurídico Internacional Relativo à Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado aos Recursos Genéticos, que deve ocorrer em Genebra, em maio de 2024. O INPI ainda iniciou mais um projeto no âmbito do CDIP (Comitê de Desenvolvimento e PI da OMPI) para a valorização de indicações geográficas. O INPI também teve uma participação inédita na Organização Mundial do Comércio (OMC) contribuindo para a reunião envolvendo temas como a promoção do comércio, juventude e gênero.

Em 2023, ganhou destaque com a realização de rodadas de negócios multilateral em tecnologias verdes que envolveu países da América Latina e Europa, em parceria com o Programa Euroclima+, a CEPAL, o WIPO Green e outros parceiros internacionais e regionais, bem como a participação no evento Green Rio. Além disso, o INPI participou do Congresso Interamericano de PI (ASIPI), marcando uma nova fase de aproximação regional, assim como seus esforços para desenvolver novas estruturas de governança de PI no Mercosul e na ALADI (Associação Latino-Americana de Integração).

No âmbito do IP BRICS, o INPI publicou em 2023, com apoio dos demais membros do foro, o estudo “Depósitos de pedidos de patente contendo imagens tridimensionais”.

Em outubro, apresentou a proposta de iniciar um estudo sobre busca de estado da técnica por meio de ferramentas de inteligência artificial nos escritórios de propriedade intelectual, o qual foi apoiado pelos demais membros. Ainda no final de outubro, ocorreu um treinamento online para examinadores de patentes e marcas.

Destaca-se a cooperação com os institutos congêneres da Dinamarca e dos Estados Unidos, com a recepção de delegações de alto nível de ambos os Institutos em 2023, e também da União Europeia a partir da cooperação por meio dos programas de fundos europeus gerenciados pela EUIPO. Deve-se ressaltar ainda que ao longo do ano, visando otimizar qualidade e agilidade na concessão e registro de direitos de propriedade industrial, o corpo técnico do INPI teve a oportunidade de se capacitar contando com o apoio dos parceiros internacionais, através de cursos nas áreas de patentes verdes, biotecnologia, desenhos industriais, indicações geográficas, marcas, Protocolo de Madri, Acordo de Haia, entre outros. Por último, iniciou-se uma reaproximação com os parceiros da América do Sul a partir da realização de missões à Argentina e ao Uruguai. Também foram realizadas missões envolvendo os dirigentes do Instituto à China e à Dinamarca.

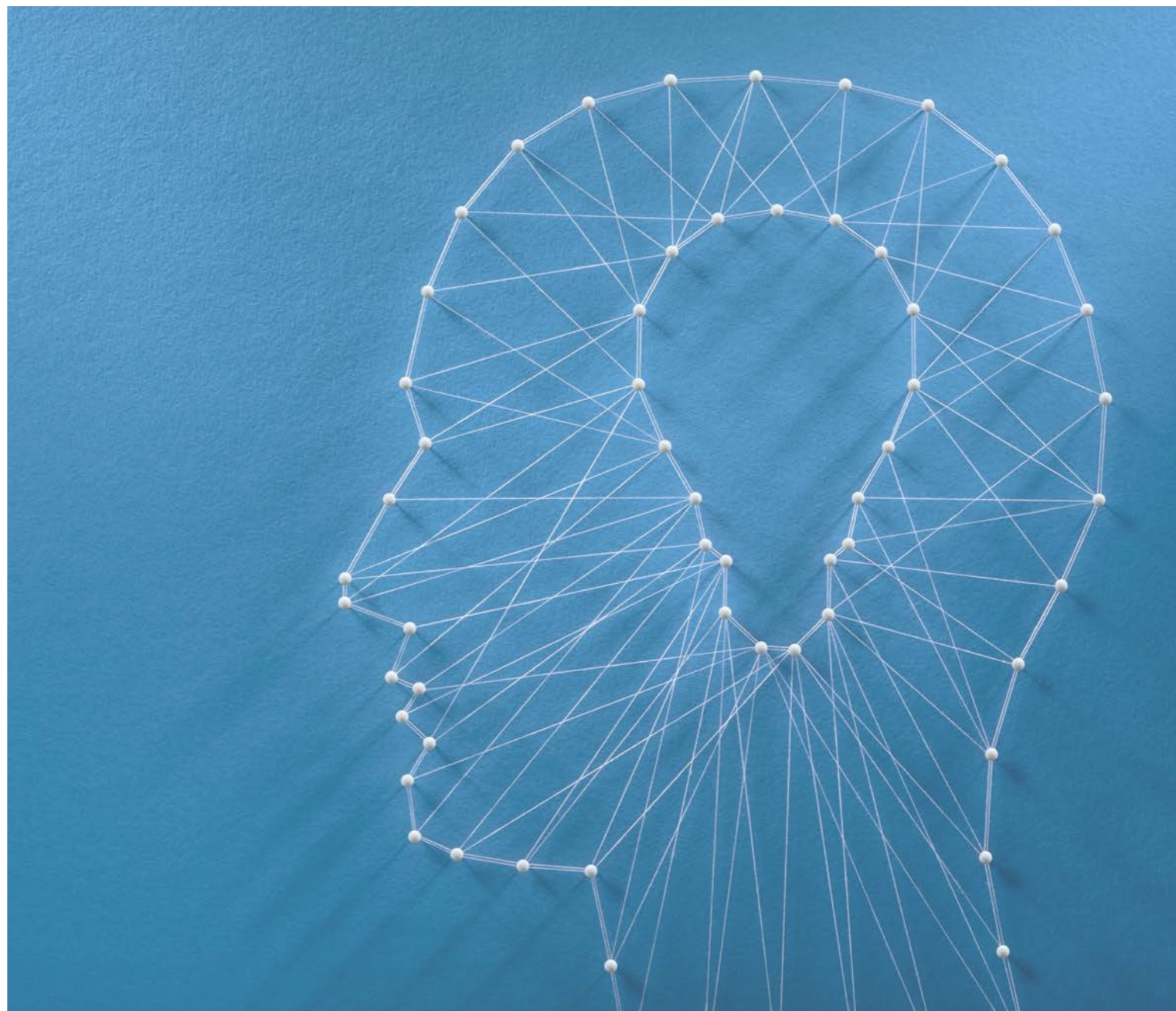
Já no final de 2023, o INPI teve a oportunidade de realizar algumas atividades envolvendo o Programa de Diplomacia da Inovação (PDI), capitaneado pelo Ministério das Relações Exteriores, que busca quebrar os estereótipos vinculados à imagem do Brasil no exterior e mostrar que o país produz conhecimento, produtos e serviços em setores da fronteira tecnológica.



• Perspectivas futuras

Em 2024, o INPI deve atuar na organização do Encontro Latino-Americano da OMPI sobre PI e Gênero no Rio de Janeiro. Além disso, deve aprofundar sua cooperação internacional na área de propriedade industrial voltada para o meio ambiente, com a criação da COSBIO (Comissão de Sustentabilidade e Bioeconomia), que ocorreu em dezembro.

Finalmente, o órgão deve prosseguir com a pauta de adesão aos tratados internacionais em matéria de propriedade intelectual para contínuo aprimoramento da integração do INPI ao sistema internacional de PI, em conformidade ao estipulado na ENPI – Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual. Além disso, devemos seguir com uma forte pauta bilateral alicerçada no supracitado PDI. Neste contexto, no próximo ano espera-se realizar mais atividades para a disseminação da PI e do trabalho que sendo realizado pelo Instituto, apoiando assim os brasileiros na inserção do mercado internacional.





Riscos, Oportunidades e Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade da UPC de Gerar Valor

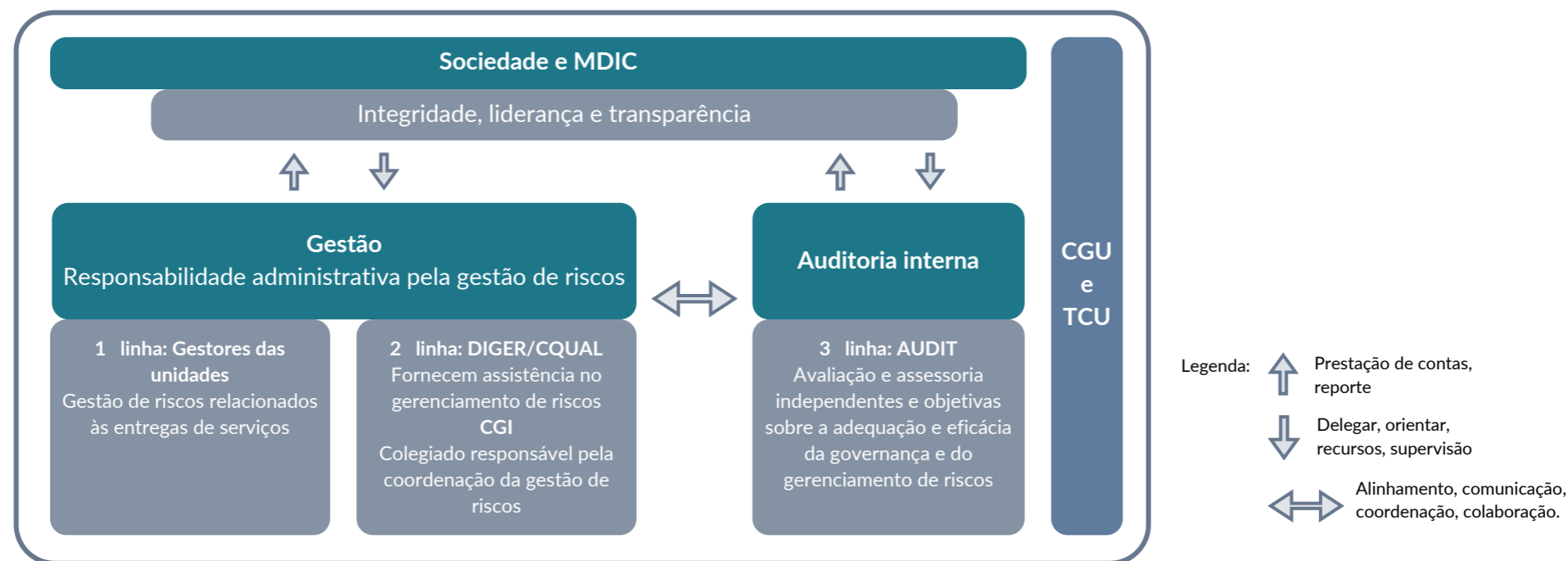


Gestão de Riscos no Âmbito do INPI: Contexto e Visão Geral

A Gestão de Riscos do INPI tem como premissa básica a avaliação de riscos dentro dos processos organizacionais e está apoiada em diretrizes da norma ABNT NBR ISO 31000:2018. Cabe ressaltar que o processo de gestão de riscos do INPI considera somente as ameaças e não os riscos positivos (oportunidades). Porém, as oportunidades são analisadas no âmbito da formulação da estratégia, por meio da matriz SWOT (ferramenta utilizada pelo INPI para identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças no processo do planejamento estratégico).

Conforme disposto no Manual de Gestão de Riscos do INPI, os riscos identificados serão classificados como: estratégicos, operacionais, orçamentários, reputacionais, sociais, para a integridade e de conformidade.

Figura - Governança dos Riscos



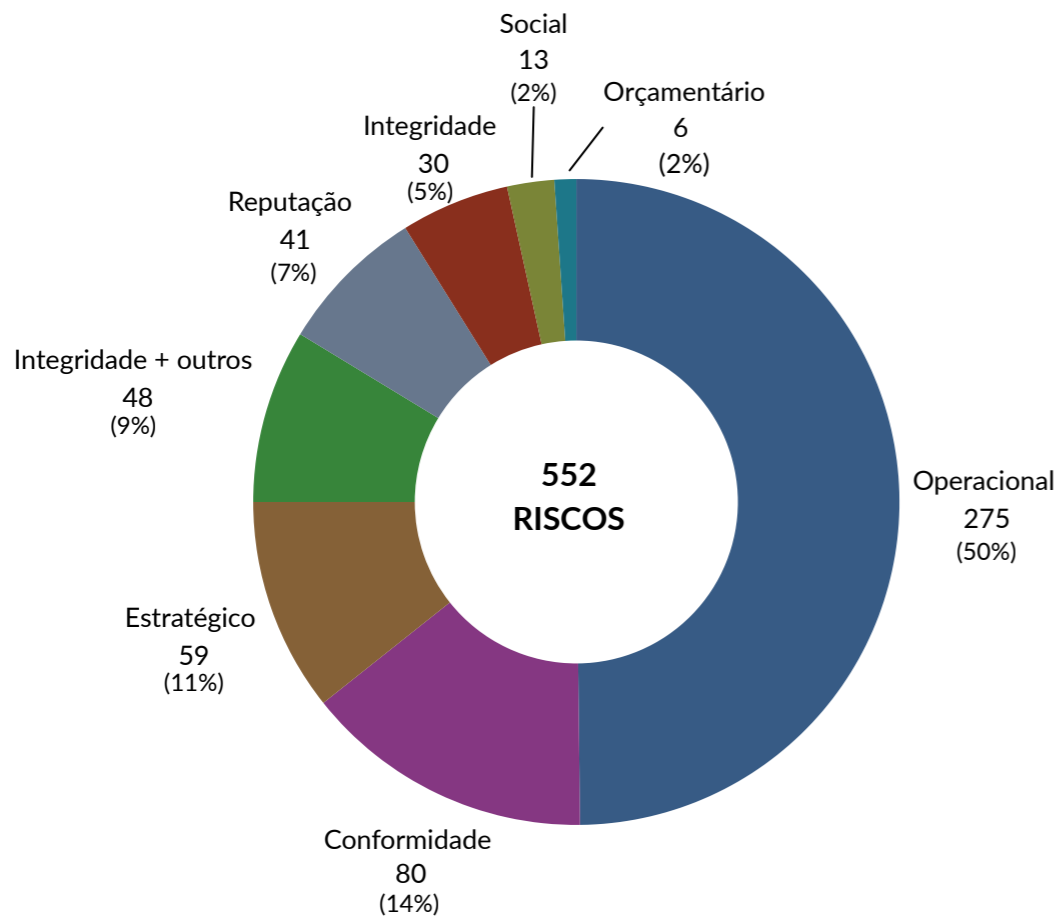
Fonte: Elaborado por INPI, a partir do Modelo das Três Linhas do IIA



Riscos

O gráfico a seguir apresenta a dimensão quantitativa dos eventos de riscos identificados e monitorados pelo INPI, distribuído por categorias.

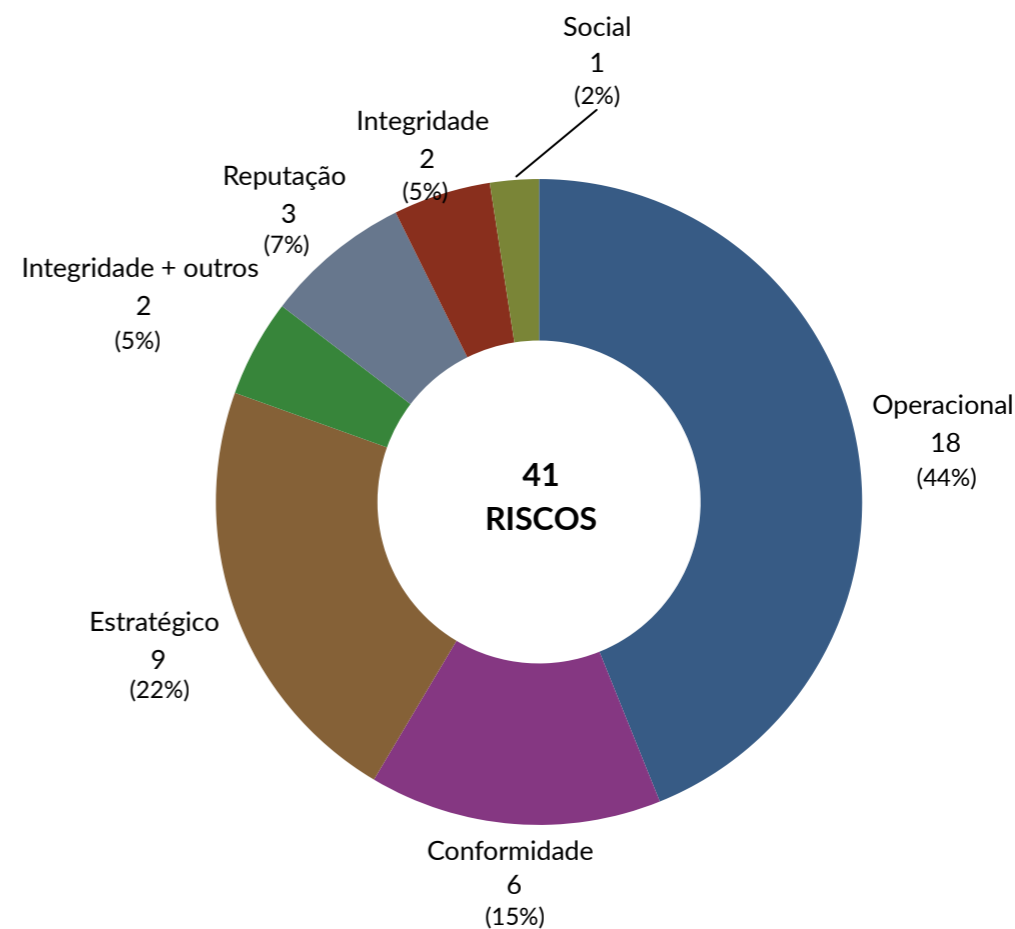
Figura - Riscos por categoria (dezembro/2023)



Fonte: CQUAL/DIREX/INPI

Os riscos classificados como altos e críticos recebem um acompanhamento sistemático pelo Comitê de Governança do INPI. A seguir a dimensão quantitativa dos riscos altos e críticos por categoria.

Figura - Riscos acima do apetite a riscos do INPI (dezembro/2023)



Fonte: CQUAL/DIREX/INPI



Quadro - Principais riscos altos e críticos com resposta ao risco

Macroprocesso	Processo	Evento de risco	Categoria	Resposta ao risco	Medidas de mitigação	Probabilidade de Ocorrência*	Impacto*
Concessão de Patente	Análise de Recurso	Demora superior a 1 (um) ano para emitir decisão de recursos.	Reputação	Reduzir	<ul style="list-style-type: none"> Criação de grupo de trabalho fixo, implementar projeto Reconsideração e treinar examinadores da DIRPA. 	4	4
Concessão de Patente	Exame Técnico	Desequilíbrio entre a entrada de requerimentos de exames e a quantidade de decisões emitidas	Estratégico	Reduzir	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento do requerimento de exame por área técnica Recepção de novos servidores Automação de atividades 	5	5
Concessão de Patente	Exame Administrativo	Divergência de entendimento sobre análise de documento entre 1ª e 2ª instância	Social	Aceitar	NA	4	2
Concessão de Patente	Exame Técnico	Documentação apresentada pelo Requerente tem problemas	Conformidade	Reduzir	<ul style="list-style-type: none"> Aprimorar o processo de comunicação das ferramentas de apoio aos inventores nacionais Estruturar uma interface mais amigável para disponibilizar a última versão de cada um dos documentos necessários para elaboração do pedido de patente Realizar uma pesquisa com o usuário externo para identificar potenciais treinamentos Nova redação mais clara e explicativa para os códigos de despachos Novo peticionamento eletrônico no BPMS. 	2	4
Concessão de Patente	Exame Técnico	Irregularidades no exame técnico por parte do Examinador (Falta de conformidade no exame técnico)	Conformidade	Reduzir	<ul style="list-style-type: none"> Realizar um levantamento dos principais pontos com potencial de divergência entre os Examinadores e das novas tecnologias para efetivar um processo de atualização do arcabouço documental Elaborar um anexo às diretrizes com estudos de casos por área técnica para os principais tópicos (elegibilidade, atividade inventiva, ato inventivo, suficiência descritiva) Estruturar uma área para disponibilizar a última versão de cada um dos documentos (Diretrizes, Procedimentos, Instruções Normativas, entre outros) necessários para realização do exame técnico Aplicação de um formulário de verificação da qualidade anual 	2	5



Macroprocesso	Processo	Evento de risco	Categoria	Resposta ao risco	Medidas de mitigação	Probabilidade de Ocorrência*	Impacto*
Concessão de Patente	Exame Técnico	Requerente não revela completa e suficientemente a invenção ou modelo	Conformidade	Reduzir	<ul style="list-style-type: none"> Revisar documentação que trata das questões relacionadas à suficiência descritiva, buscando identificar deficiências e introduzir novas temáticas (ex.: Inteligência Artificial) Promover treinamento com o usuário externo 	2	4
Concessão de Patente	Controle de Anuidades	Sobrecarga dos servidores do setor / Falta de mão de obra para executar as atividades	Estratégico	Reduzir	<ul style="list-style-type: none"> Contratação de mais servidores Aprimorar a automatização dos processos e criação de novas automatizações (PROJETO BPMS) 	4	2
Gestão da Qualidade	Avaliação da satisfação do cliente	Ausência da medição e de monitoramento das percepções dos clientes sobre a qualidade dos serviços prestados pelo INPI	Operacional	Reduzir	<ul style="list-style-type: none"> Implantação do módulo de avaliação pós consumo para medir sistematicamente a percepção dos usuários sobre a qualidade dos serviços prestados pelo INPI 	3	3
Gestão da Qualidade	Garantia da conformidade do exame	Erros na verificação de conformidade pelo revisor da qualidade	Operacional	Reduzir	<ul style="list-style-type: none"> Realizar reuniões regulares de monitoramento Treinamentos regulares para os revisores da qualidade Desenvolver um Sistema de Automação para verificação da conformidade do exame 	2	5
Gestão de Pessoas	Administrar pessoas	Ausência de métrica para aferir o desempenho do processo	Estratégico	Reduzir	<ul style="list-style-type: none"> Mapear os processos da CGRH, de modo a acordar os prazos para conclusão de cada etapa identificada no mapeamento e elaboração de procedimentos 	4	3
Gestão de Pessoas	Gerenciamento do Recrutamento e da Seleção de Pessoas - GRS	Ausência e demora na composição e recomposição da força de trabalho	Estratégico		<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e formalizar check list nos processos SEI de alteração de exercício para compor força de trabalho Planejamento, contratação da organizadora e realização do concurso público Dimensionamento da força de trabalho com metodologia do órgão central do SIPEC implantada em todas as unidades 	3	3
Relações Internacionais em Propriedade Intelectual	Aprovação de Instrumentos de Entendimento Interinstitucional	Não conclusão do processo tempestivamente a evento internacional organizado para sua assinatura entre as partes	Reputação	Aceitar	NA	2	5

Fonte: CQUAL/DIREX/INPI

*O INPI avalia a probabilidade de ocorrência do risco e seus impactos por meio de critérios e atribuição de uma pontuação, conforme as tabelas seguintes.



Tabela - Escala de pontuação da probabilidade de um risco ocorrer

Grau	Escala	Definições da Escala	Frequência Observada/ Esperada
5	Muito alta	Evento esperado que ocorra na maioria das circunstâncias	> 90%
4	Alta	Evento provavelmente ocorra na maioria das circunstâncias	> 50% <= 90%
3	Média	Evento deve ocorrer em algum momento	> 30% <= 50%
2	Baixa	Evento pode ocorrer em algum momento	> = 10% <= 30%
1	Muito baixa	Evento pode ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais	< 10%

Fonte: CQUAL/DIREX/INPI

Tabela - Escala de pontuação da probabilidade de um risco ocorrer

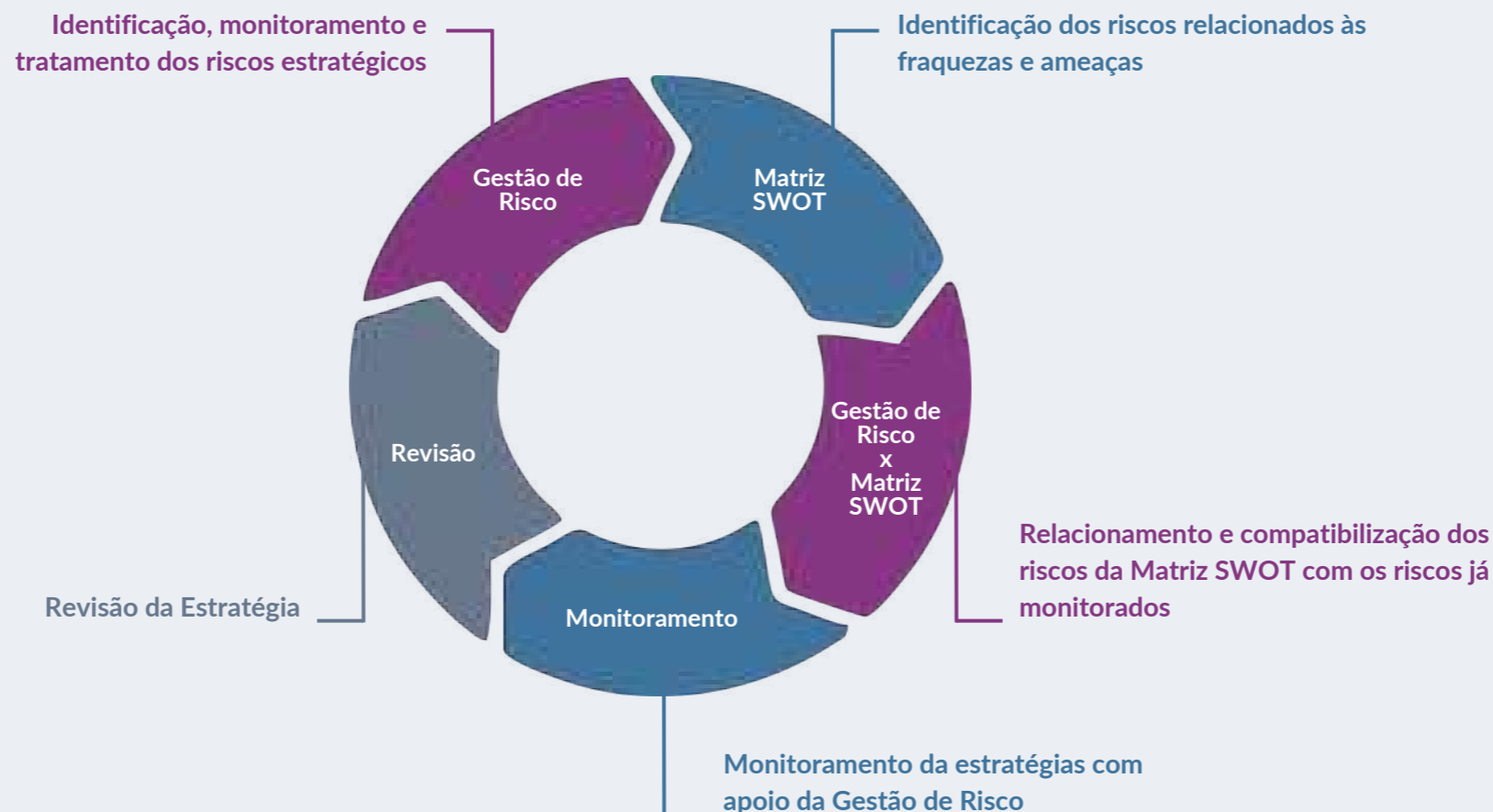
Grau	Escala	Impacto - fatores para análise		
		Regulação	Reputação	Negócios/Serviços à Sociedade
		25%	25%	50%
5	Catastrófico	Determina interrupção das atividades	Com destaque na mídia nacional e internacional, podendo atingir os objetivos estratégicos e a missão	Prejudica o alcance da missão institucional
4	Grande	Determina ações de caráter pecuniário (multas)	Com algum destaque na mídia nacional, provocando exposição significativa	Prejudica o alcance da missão da Unidade
3	Moderado	Determina ações de caráter corretivo	Pode chegar à mídia provocando a exposição por um curto período de tempo	Prejudica o alcance dos objetivos estratégicos
2	Pequeno	Determina ações de caráter orientativo	Tende a limitar-se às partes envolvidas	Prejudica o alcance das metas do processo
1	Insignificante	Pouco ou nenhum impacto	Impacto apenas interno / sem impacto	Pouco ou nenhum nas metas

Fonte: CQUAL/DIREX/INPI



Riscos e Oportunidades Relacionados à Estratégia

A Gestão de Riscos do INPI mapeia, monitora e trata os riscos estratégicos no âmbito da identificação dos riscos dos processos. Adicionalmente, estes riscos são relacionados aos riscos provenientes das fraquezas e das ameaças (matriz SWOT), a cada ciclo de Planejamento Estratégico, sendo revisados anualmente.










A seguir os principais riscos identificados para implementação do Plano Estratégico 2023-2026.

Evento de Risco	Categoria da Gestão de Risco	Nível
 Ausência e demora na composição e recomposição da força de trabalho	Estratégico	Alto
 Não atendimento das necessidades de TI do INPI em sua completude	Estratégico	Alto
 Atraso na publicação de pedidos de registro de marcas	Estratégico	Pequeno
 Atraso na resposta ao sistema Fale Conosco	Estratégico	Pequeno
 Baixa maturidade institucional sobre as diretrizes e os requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade	Estratégico	Moderado
 Falta de participação direta do RH no planejamento estratégico do INPI	Estratégico	Alto

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

Principais oportunidades destacadas no processo de elaboração do Plano Estratégico 2023-2026:

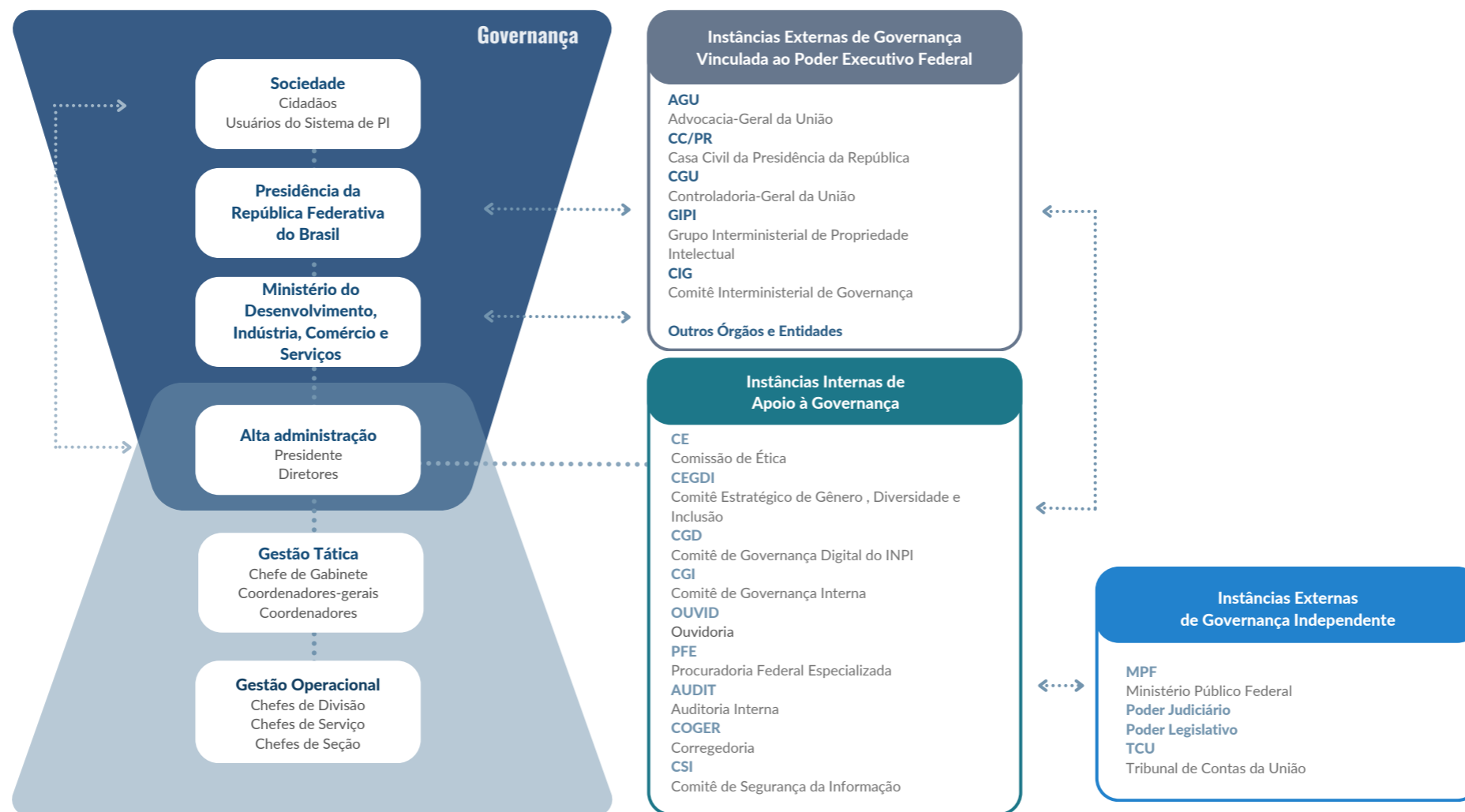
Oportunidades	Fonte	Ações
 Aumento da percepção da importância da PI pelos agentes econômicos e maior interesse pelo sistema de PI por novos setores da sociedade	Externa	<ul style="list-style-type: none"> Expansão das ações do INPI para o impulsionamento de negócios baseados em inovação e propriedade industrial Novas parcerias estabelecidas por meio de acordos de cooperação
 Ampliação da utilização de plataformas/mídias sociais e meios digitais pelos usuários do sistema de PI	Externa	<ul style="list-style-type: none"> Maior divulgação das ações realizadas pelo INPI, possibilitando a melhoria do conhecimento e do reconhecimento da atuação do INPI
 Internacionalização: cooperação entre escritórios de PI para projetos estratégicos, e parcerias para promoção da inovação	Externa	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação dos acordos de cooperação internacional
 Disponibilização pelo governo de ferramenta para dimensionamento da força de trabalho (DFT), possibilitando a melhor composição da força de trabalho dos órgãos públicos federais (concurso público, autorização para movimentação de pessoal, contratação temporária e outros)	Externa	<ul style="list-style-type: none"> Utilização das informações do DFT nos pleitos de Concurso Público Utilização das informações do INPI nas solicitações de criação e transformação de cargos, possibilitando ampliação no número de vagas ofertados nos concursos públicos
 Infraestrutura de rede moderna (Datacenter, Colocation (armazenamento do data center), cabeamento de rede) que permitirá a ampliação e atualização tecnológica	Interna	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de novas tecnologias de Inteligência Artificial para aumentar a agilidade da concessão dos ativos de PI
 Arrecadação das retribuições suficiente para o financiamento sustentável	Interna	<ul style="list-style-type: none"> Solicitação de concursos públicos tendo como única fonte a receita de serviços Solicitação de orçamento compatível com as necessidades do Instituto, sem solicitação de recursos adicionais do Tesouro Nacional

Fonte: CGPE/DIREX/INPI



Apoio da Estrutura de Governança à capacidade da UPC de gerar valor

Modelo de Governança Corporativa do INPI





Destaca-se no Quadro Auditoria Interna e Corregedoria as funções e as principais atividades das instâncias internas de apoio à governança que têm como função:

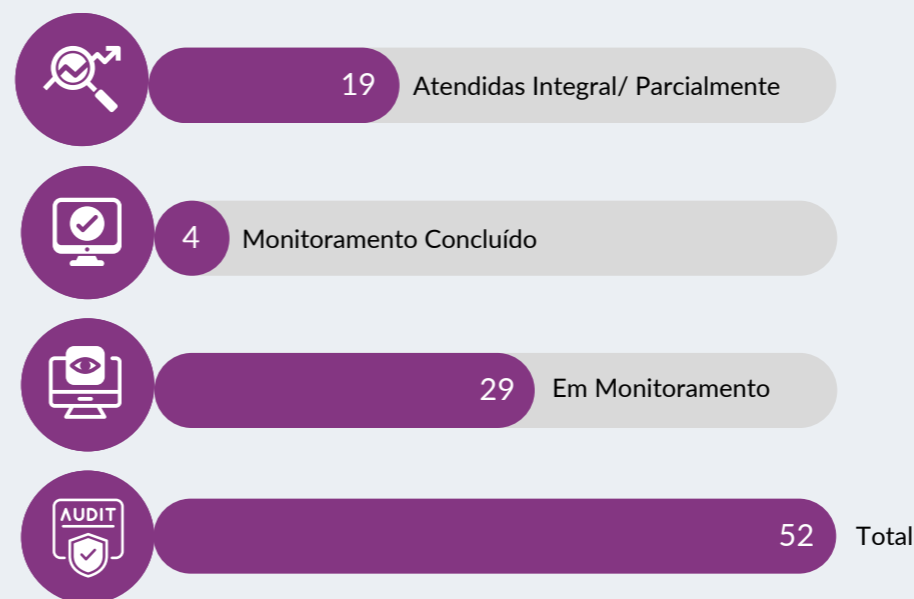
- Adicionar valor e melhorar as operações do INPI, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada (Auditoria Interna); e
- Garantir a prevenção e apuração de ilícitos administrativos praticados por servidores públicos, bem como pelas ações de responsabilização administrativa de pessoas jurídicas (Corregedoria).

Auditoria Interna

A atividade de auditoria interna governamental deve ser independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada (Instrução Normativa (IN) n.º 3, de 09 de junho de 2017, da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC).

Como parte das atividades da AUDIT, o monitoramento das recomendações da auditoria interna visa acompanhar a adoção de providências das unidades auditadas, se estas foram efetivamente implementadas e se houve, de fato, mitigação do risco e/ou melhoria da governança apontados nos relatórios de avaliação. Os trabalhos de monitoramento realizados pela AUDIT em 2023, apresentados no gráfico a seguir, resultaram na seguinte situação em relação às recomendações da Auditoria Interna:

Figura - Atividades de monitoramento das recomendações de Auditoria em 2023



Fonte: Controles da AUDIT a partir do Sistema e-Aud, posição em 31 de dezembro de 2023



O atendimento às recomendações da AUDIT, além de mitigar os riscos decorrentes das falhas constatadas, pode propiciar a geração de benefícios financeiros e não financeiros ao INPI, conforme Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovada pela IN SFC/CGU n.º 10, de 28 de abril de 2020.

Destarte, o atendimento de recomendações da AUDIT expedidas em exercícios anteriores resultou no registro de sete benefícios não financeiros no exercício de 2023, devido às seguintes ações dos gestores desta Autarquia:

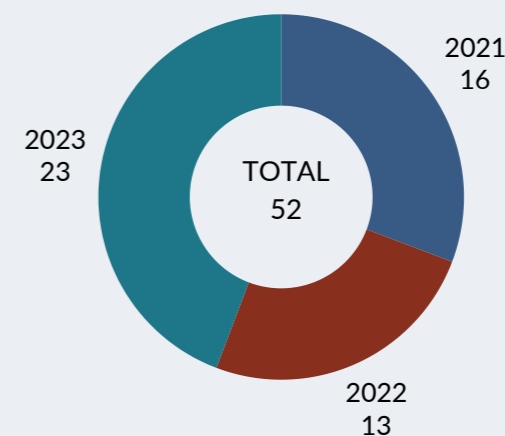
- a) providências adotadas em relação ao controle de acessos aos ativos de informação e à rede de dados corporativos do INPI;
- b) publicação da IN INPI/PR nº 01, de 01 de fevereiro de 2023, que instituiu a Política de Cópia de Segurança (Backup) e Restauração de Dados (Restore) no âmbito do INPI;
- c) publicação da Portaria INPI/DIRAD/CGOF nº 01, de 03 de abril de 2023, que tem por finalidade dar conhecimento da Rotina de Conciliação Contábil realizada pela Divisão de Contabilidade;
- d) elaboração do Guia de Atendimento ao Usuário, que visa orientar servidores sobre as boas práticas e padrões de qualidade no atendimento ao público externo;
- e) edição do Procedimento "CPAT-BAN-PP-0001: Levantamento do Estado da Técnica para pedidos de patente", aprovado pela Portaria INPI/DIRPA nº 05, de 30 de novembro de 2023, que aponta as bases a serem consultadas na estratégia de busca do pesquisador da DIRPA;

f) aprimoramento do acompanhamento da produção de servidores, no âmbito do processo de concessão de registro de marcas, por meio do Painel de Acompanhamento de Produtividade; e

g) aprimoramento dos mecanismos de controle da produção de servidores, no âmbito da Coordenação-Geral de Recursos e Processos Administrativos de Nulidade (CGREC), mediante melhor detalhamento das ocorrências.

Destaque-se, ainda, a atividade atribuída à AUDIT, por meio da Portaria INPI n.º 519, de 21 de novembro de 2013, de análise de consulta sobre a existência de conflito de interesses e pedido de autorização para o exercício de atividade privada, conforme Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. Em 2023, houve um aumento da demanda por análises dessa natureza, além da incorporação de procedimentos previstos em orientações específicas editadas pela CGU, acarretando em uma carga horária além da prevista inicialmente. O incremento do assunto internamente pode ser notado com o seguinte gráfico relativo à atividade nos últimos três anos:

Gráfico - Pareceres emitidos

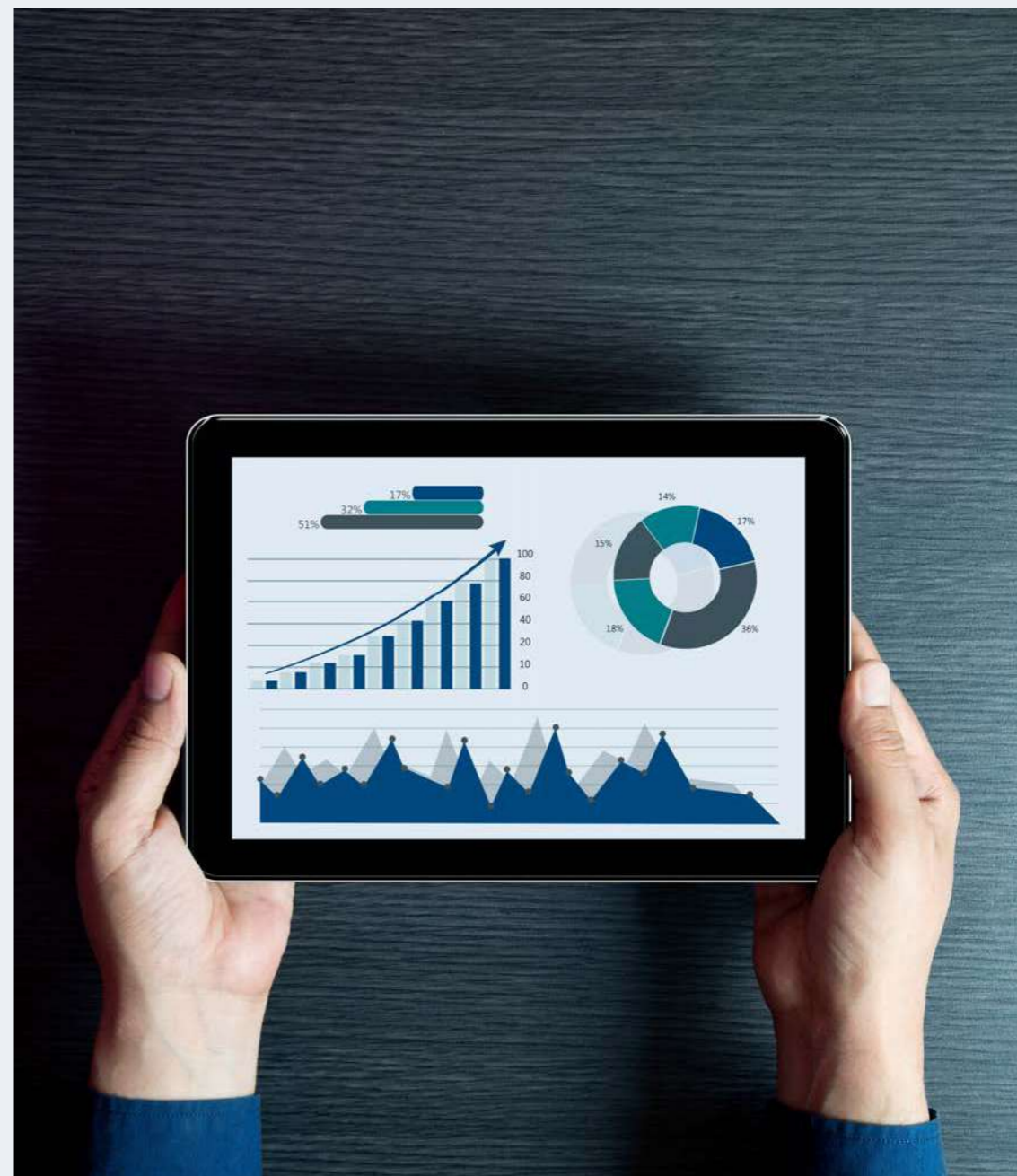


Fonte: Controles da AUDIT



Para mais informações sobre a atuação da AUDIT, acesse os Relatórios Anuais de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) disponíveis em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias>.

Consulte também os pareceres da AUDIT sobre as prestações de contas anuais do INPI, disponíveis em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/governanca/transparencia-e-prestacao-de-contas/pareceres-de-auditoria-interna-sobre-processos-de-contas-anuais>.





Corregedoria

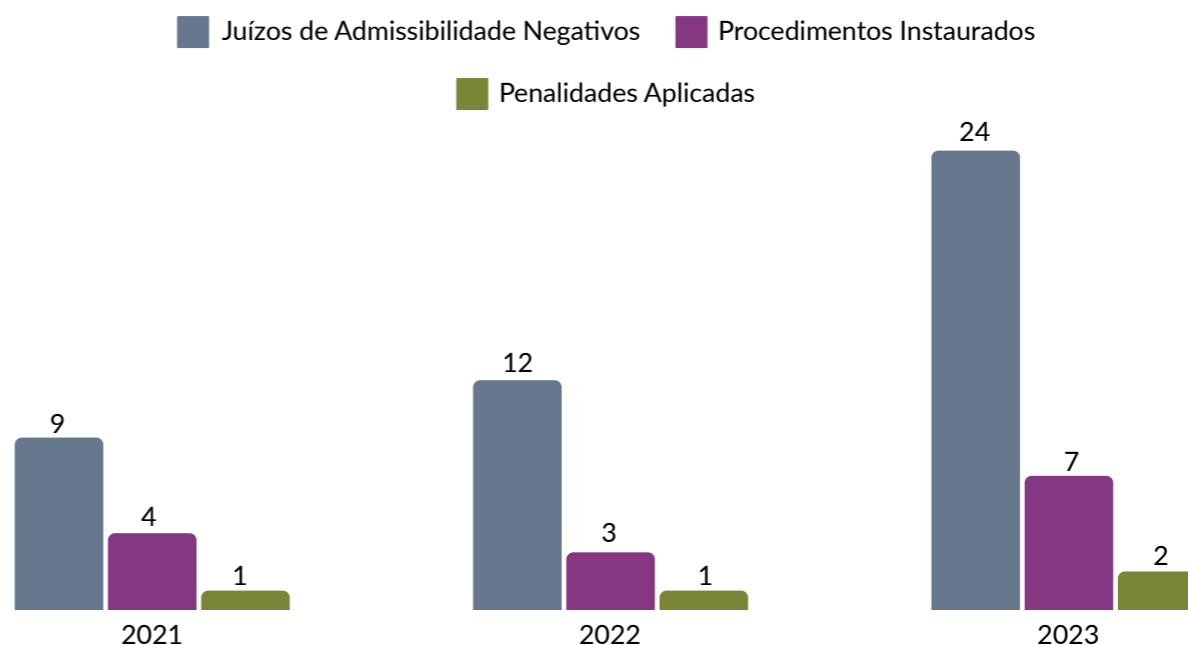
A Corregedoria do INPI integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal como unidade setorial, responsável, em síntese, pelas atividades relacionadas à prevenção e apuração de ilícitos administrativos praticados por servidores públicos, bem como pelas ações de responsabilização administrativa de pessoas jurídicas, na forma da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013. Dentre as atividades típicas das unidades setoriais de correição, além daquelas inerentes à instauração e condução de procedimentos investigativos, incluem-se também atribuições relacionadas ao exercício da função de integridade no âmbito das atividades correcionais da organização (Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022).

Desde o ano de 2018, o Plano de Integridade do INPI vem recebendo tratamento intensivo, cujo conteúdo encontra-se disponível a qualquer interessado em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/governanca/integridade-publica/programa-de-integridade>.

O referido Plano consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e desvios de conduta, alinhando-se à missão, à visão e aos valores organizacionais constantes do Plano Estratégico do Instituto.

Quanto às aplicações de penalidades no INPI, segue a evolução de 2021 a 2023:

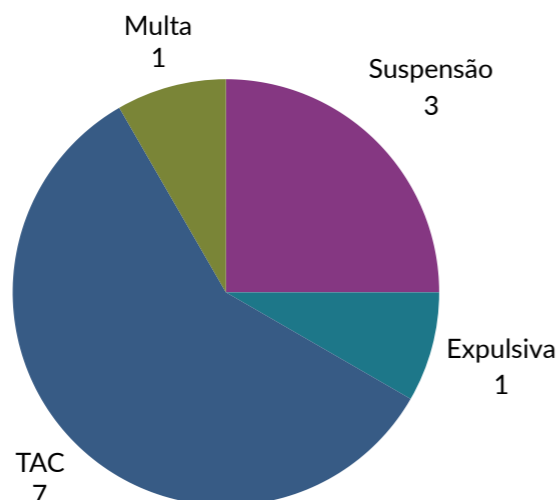
Gráfico - Procedimentos de Natureza Disciplinar Instaurados e Penalidades Aplicadas



Fonte: COGER/INPI



Gráfico - Penalidades e Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, Aplicados de 2020 a 2023



Fonte: COGER/INPI

Outras atividades relacionadas à correição realizadas em 2023:

- Ampliação das ações de disseminação de conhecimentos em matéria correcional, visando a sensibilização, capacitação e criação de um canal de atendimento sempre à disposição dos servidores públicos, destinado a esclarecer questionamentos sobre matéria correcional, sanando eventuais dúvidas e atuando, com isso, na prevenção de ilícitos;
- Promoção e organização das ações de capacitação pertinentes à Hora da Corregedoria, as quais continuaram a ser desenvolvidas no formato online, sendo disponibilizadas a todos os servidores do corpo funcional do INPI e a outros órgãos públicos: 5 (cinco) encontros realizados ao longo do ano 2023, as referidas ações de capacitação viabilizaram a capacitação em temas atinentes à matéria disciplinar e de integridade de 355 (trezentos e cinquenta e cinco) agentes públicos;

- Realização do Curso Inteligência em Fontes Abertas, Organizado em parceria com o Banco Nacional e Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ministrado pela equipe do Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal, com a participação de 29 servidores de diversas entidades da Administração Pública, nas dependências do Instituto;
- Premiação no Concurso Nacional de Boas Práticas na Atividade Correcional pela implementação de procedimentos administrativos cautelares voltados à proteção a vítimas e testemunhas de assédio, injúria e discriminação, nos termos da Portaria INPI nº 74/2022.

Para mais informações sobre das atividades de correição, incluindo o Relatório completo de Gestão Correcional, acesse os conteúdos disponíveis em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/governanca/integridade-publica/atividade-correcional>



Governança, Estratégia e Desempenho



Estratégia

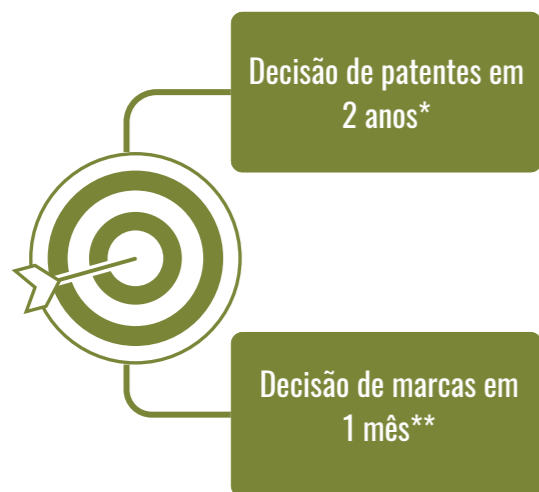
Os principais instrumentos da gestão da estratégia do INPI são o Plano Estratégico (PE) e os Planos de Ação anuais. Em 2023, foi elaborado o novo PE 2023-2026. A visão definida para 2026, **Consolidar-se como escritório de Propriedade Industrial de classe mundial**, evidencia a ambição do INPI e aponta a direção a ser tomada. Nesta direção, o plano está estruturado em nove Objetivos Estratégicos, sendo quatro de Resultados Institucionais e cinco de Suporte e Gestão Organizacional, conforme o Mapa Estratégico a seguir, onde também é possível visualizar os impactos projetados para a sociedade e os valores do INPI.

Mapa Estratégico

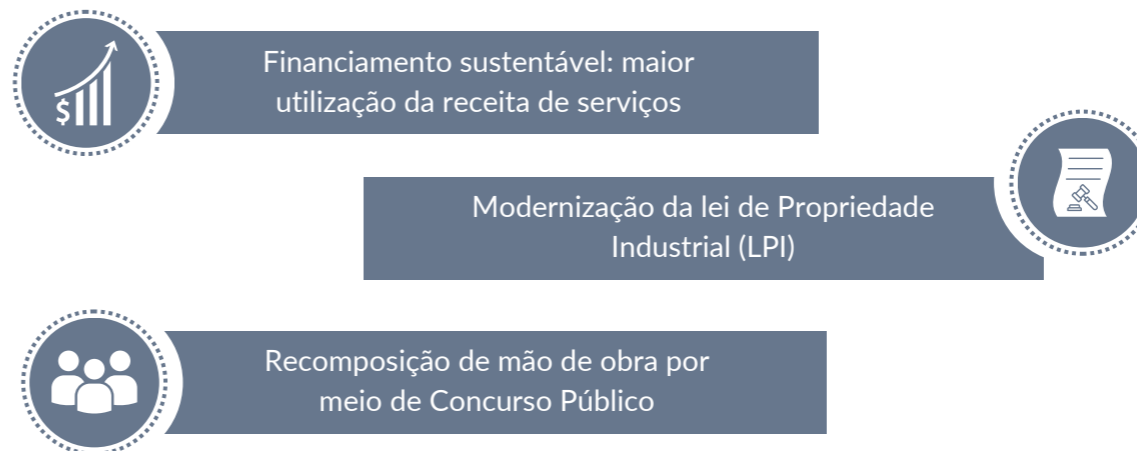




As metas de alto impacto 2026 do plano:



Tendo em vista o seu desafio e potencial transformador, as metas estratégicas dependem de um conjunto de fatores críticos sobre os quais o INPI possui governabilidade parcial, o que exigirá decisões e esforços compartilhados com outras instâncias de governo. São eles:



O monitoramento da execução da estratégia no INPI é feito de forma mensal, por meio da Central de Monitoramento, a partir de relatórios em formato de Business Intelligence – BI.

Para consultar o Plano Estratégico 2023-2026, o Plano de Ação 2023 e a Central de monitoramento acessem o link: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/governanca/planejamento-estrategico>.

Na sequência, destacam-se as metas por objetivo estratégico do PE 2023-2026 e os principais resultados de 2023, primeiro ano de execução do plano, que foram delimitados no Plano de Ação 2023. O alcance das metas do PE e o quanto estamos nos aproximando da nossa visão serão abordados no texto.

* A partir do protocolo do pedido

** Pedidos de registro de marca sem oposição (contado a partir do depósito do pedido para 1º exame)



O Plano de Ação 2023 em Números

48

Metas

56

Projetos
Estratégicos

05

Iniciativas de
Sustentação

✓ 2 Revisões: Agosto e Outubro

✓ Execução: 27 (68%) metas alcançadas*
27 (48%) projetos concluídos

- Desconsiderando os indicadores não apurados (8 indicadores). Destes, cinco indicadores estão relacionados ao índice de Governança (iGov), que está sendo reformulado pelo Tribunal de Contas da União. Para conhecer os indicadores do TCU, bem como os resultados obtidos pelo INPI em anos anteriores, acessar o Relatório de Gestão 2022, à página 43, em <https://www.gov.br/inpi/pt-br/governanca/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao>.



Resultados Alcançados Frente aos Objetivos Estratégicos e às Prioridades da Gestão

Objetivo Estratégico 1

Otimizar Qualidade e Agilidade na Concessão e Registro de Direitos de Propriedade Industrial, alcançando padrões de Desempenho de Referência Internacional.

- Plano Estratégico

INDICADOR DE DESEMPENHO	META 2026
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de patentes (contado a partir do protocolo)	2,0 anos
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de registro marca sem oposição (contado a partir do depósito do pedido para 1º exame)	1 mês
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de registro de marcas com oposição (contada a partir da publicação do pedido, após o 1º exame)	7 meses
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de registro de desenho industriais	3,5 meses
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de registro de indicações geográficas	18 meses
Tempo de decisão dos protocolos notificados de contratos de tecnologia	Até 25 dias
Tempo de decisão em recursos de processos de patentes	13 meses
Tempo de decisão em processos administrativos de nulidade de patentes	5 meses
Tempo de decisão em recursos de processos de marcas	10 meses
Tempo de decisão de processos administrativos de nulidade de marcas	15 meses
Tempo de decisão em recursos de desenho industrial e outros registros	5 meses
Tempo decisão em processos administrativos de nulidade de processos de desenho industrial e outros registros	4 meses

Fonte: CGPE/DIREX/INPI



O Objetivo Estratégico 1 dialoga diretamente com as entregas de serviços de PI à sociedade. As metas mais impactantes do plano (Tempos de decisão de Patentes em 2 anos e Marcas em 1 mês) estão inseridas neste objetivo, assim como as demais metas de tempo dos outros ativos de PI.

• Principais indicadores e resultados do PA 2023

INDICADOR	RESULTADOS			META 2023
	2021	2022	2023	
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Patentes (contado a partir da data do protocolo do pedido) - em anos	7,8	6,9	4,6	6,5
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Exame Prioritário de Patentes (contado a partir do requerimento de priorização) - em meses	8,9	8,1	10,1	8,0
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedido de Registro de Marca - SEM OPOSIÇÃO - em meses	9	10	14	14
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedido de Registro de Marca - COM OPOSIÇÃO - em meses	12	16	16	22
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Registro de Desenho Industrial - em meses	3,9	3,7	3,7	4,0

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

• Principais entregas de projetos de suporte ao Objetivo 1

P 1.02: Terceirização da Busca de Patentes

Piloto de terceirização de buscas com empresa para pedidos contendo listagem de sequências biológicas realizado.

P 1.03: BPMS - Automação do Fluxo de Patentes

Estudo de caso da ferramenta realizado e contratação em andamento.

P 1.05: Programa de Trâmite Prioritário de Patentes

Piloto de Assinatura de dois acordos PPH.

P 1.08: Distintividade Adquirida e Marcas Não Tradicionais

Elaboração de minuta de procedimentos de exame técnico da distintividade adquirida.

P 1.07: IPAS-DI - Automação do Fluxo de Desenhos Industriais

Entrada em produção do IPAS-DI.

P 1.10: Revisão da Lei da Propriedade Industrial - LPI

Realização de tomada pública de subsídios sobre sistema de oposição e modelo de recolhimento para o registro de marcas, e minuta de eventual proposição de atualização normativa; e

Realização de tomada pública de subsídios sobre os artigos 32* e 33 da Lei da Propriedade Industrial, e minuta eventual proposição de atualização normativa.

Fonte: CGPE/DIREX/INPI



Os tempos de decisão técnica de pedidos de patentes e marcas com oposição superaram o projetado para 2023: 4,6 anos de 6,5 anos projetados para patentes; e 16 meses de 22 projetados para marcas. Já o tempo de decisão de marcas sem oposição ficou dentro da meta (14 meses).

Nota-se que para o alcance das metas projetadas para 2026, há um longo e importante caminho a ser percorrido. Em marcas, a revisão da LPI que teve algumas etapas realizadas em 2023, se apresenta como uma etapa fundamental para o alcance do tempo almejado (1 mês). A revisão da LPI também condiciona o atingimento da meta de tempo de decisão técnica de pedidos de patentes para 2026, ao alterar a referência da contagem do prazo de a partir do requerimento do exame para o momento inicial do protocolo do pedido no INPI.

A contratação necessária e suficiente de servidores que será tratada nos Objetivos Estratégicos de suporte e gestão é crucial para garantir o aumento da capacidade de exame de marcas e de patentes na escala necessária para atender à demanda por serviços de PI e entregar padrões de tempo e qualidade de exame de pedidos de PI compatíveis com a visão do INPI de consolidar-se como um escritório de PI classe mundial.

Destaca-se que os tempos de marcas apresentaram piora quando comparados a 2021, em razão da entrada dos pedidos de marcas estar se mantendo em um alto patamar (cerca de 400 mil pedidos/mês, conforme abordado no Capítulo 1, na Seção Ambiente de Atuação), sem contrapartida de aumento de capacidade operacional por meio da entrada de novos examinadores.

Quanto ao indicador Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Exame Prioritário de Patentes, apesar do esforço de todos os atores envolvidos para cumprir a meta do ano para o indicador, algumas condições impediram que o objetivo fosse alcançado em 2023. As principais justificativas são:

- Redefinição de prioridades na DIRPA no sentido de alocação das divisões técnicas no combate ao backlog;
- Necessidade de ajustes em decorrência do amadurecimento do conhecimento absorvido com o projeto-piloto PPH, que representa metade do trâmite prioritário gerenciado no âmbito da DIRPA.





Objetivo Estratégico 2

Disseminar a Cultura e o uso Estratégico da Propriedade Industrial para a Competividade, a Inovação e o Desenvolvimento do Brasil.

- Plano Estratégico

INDICADOR DE DESEMPENHO	META 2026
Nota do programa Pós-Graduação de Propriedade Intelectual e Inovação na avaliação da CAPES	Nota 5
Percentual de intenção de proteção de ativos de PI por parte dos egressos do Programa de Mentoria em PI	90%
Percentual de ampliação da quantidade de novas instituições alcançadas pelas unidades regionais em relação ao biênio anterior	15%
Disponibilização de dados de texto completo de pedidos de patente publicados para outros escritórios* *No formato XML, em conformidade com o Padrão OMPI ST.36.	100%
Disponibilização da lista de pedidos de patente publicados pelo INPI* *Em conformidade com Padrão OMPI ST.37 – <i>Authority Files</i> . Mede o percentual de cobertura da lista de pedidos publicados pelo INPI a partir de 1972.	100%
Número de estudos de prospecção tecnológica publicados no INPI	18
Número de estudos de inteligência estratégica em PI	2

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

O Objetivo 2 está relacionado à expansão da ação institucional direcionada à promoção pública PI, com foco nas empresas e instituições residentes no País.

A disseminação da cultura de PI terá entre outros focos de atenção, a inserção da PI na educação básica e superior, a capilaridade da ação regional do INPI, a produção de estudos de inteligência estratégica em PI, bem como a inserção da proteção da PI no âmbito do financiamento público à inovação e o apoio ao combate à falsificação, em parceria com o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual – CNCP.



• Principais indicadores e resultados do PA 2023

INDICADOR	RESULTADOS			META 2023
	2021	2022	2023	
Nota do programa Pós-Graduação de Propriedade Intelectual e Inovação na avaliação da CAPES	-	Nota 5	Nota 5	Nota 5
Percentual de intenção de proteção de ativos de PI por parte dos egressos do Programa de Mentoria em PI	-	87%	88%	88%
Percentual de ampliação da quantidade de novas instituições alcançadas pelas unidades regionais em relação ao biênio anterior.	-	10%	10%	10%
Estudos de prospecção tecnológica publicados no INPI	-	3	6	7
Estudos de inteligência estratégica em PI	-	4	1	1
Número de iniciativas inscritas no Prêmio PI Nas Escolas	51	-	100	100

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

• Principais entregas de projetos de suporte ao Objetivo 2

P 2.01: Programa de Inteligência em PI

Principais Estudos entregues:

Estudo Econômico sobre o Setor de Fertilizantes;
Cidades Inteligentes (NIPI);
Radar Tecnológico: Nióbio (EMBRAPII);
e
Sensores Inteligentes - Saneamento (MCTI).

P 2.02: Mercado de Tecnologia 4.0: Provimento de Informações sobre Transferência de Tecnologia

Informações de transferência de tecnologia no Portal do INPI Sensores Inteligentes - Saneamento (MCTI).

P 2.03: Programa de Mentoria em PI Tecnologia

222 mentorias realizadas.

P 2.06: Programa de Combate à Falsificação

Indicações Geográficas incluídas na plataforma do Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas CNCP-INPI; e
Realização de Capacitação e treinamento para utilização do Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas CNCP-INPI.

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

Em 2023, foram produzidos sete estudos de prospecção tecnológica e inteligência estratégica de PI e realizadas 222 mentorias em PI para empresas e ICTs, além da capacitação de milhares de profissionais em PI. A cooperação técnica com o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual – CNCP expandiu-se com a inclusão de Indicações Geográficas na plataforma do Diretório Nacional de Marcas.



Objetivo Estratégico 3

Consolidar a Inserção do Brasil como Protagonista no Sistema Internacional de Propriedade Industrial.

- Plano Estratégico e PA 2023

INDICADOR DE DESEMPENHO	2023	META 2023
Início da operação no Acordo de Haia	Realizado	Em 01/08/2023

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

O Objetivo Estratégico 3 é voltado para a agenda internacional do INPI para priorizar a expansão da participação do Brasil nos acordos e tratados mundiais de PI, com ênfase inicial na operacionalização do Acordo de Haia para registro de desenho industrial. A integração regional em PI ganhará novo impulso, com foco nos países do Mercosul. E serão asseguradas as condições para a presença protagonista do INPI nos fóruns internacionais de PI, com especial atenção à OMPI e OMC.

- Principais entregas de projetos de suporte ao Objetivo 3

P 3.02: Operacionalização do Acordo de Haia

Entrada em vigor do Acordo de Haia no Brasil.

P 3.06: Promoção de Acordos de Cooperação em Inovação

Parceiros internacionais identificados; e
1 Diálogo bilateral realizado entre residentes e não residentes.

P 3.07: Promoção da Integração Regional em PI

1 participação em reunião regional da OMPI sobre PI e Gênero efetivada;
1 participação em reunião da Rede de PI & Gênero efetivada;
1 reunião oficial com cada Instituto dos países componentes do MERCOSUL realizada;
1 participação em reunião do PROSUR efetivada; e
1 participação em reunião do IBEPI efetivada.

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

O início da operação do acordo de Haia, em agosto de 2023, foi o principal marco da expansão da inserção do País, e do INPI em particular, no sistema internacional de PI. O INPI manteve participação relevante em diferentes fóruns internacionais, incluindo sua contribuição técnica para os *Working Groups* da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Os indicadores e metas de desempenho relacionados à atuação internacional do INPI serão definidos a partir de 2024.



Objetivo Estratégico 4

Elevar o Conhecimento e o Reconhecimento do Valor do INPI para a Sociedade.

- Plano Estratégico

INDICADOR DE DESEMPENHO	META 2026
Engajamento do público-alvo e potencial do sistema de propriedade industrial brasileiro nas redes sociais do INPI (Facebook, Instagram e LinkedIn)	Crescimento de 20% de seguidores, em relação a 2022
Satisfação dos usuários em relação ao serviço prestado	4,8

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

O Objetivo Estratégico 4, voltado para a comunicação institucional, tem como alvo a construção de uma imagem positiva do INPI na sociedade. A divulgação do INPI para o público em geral exigirá novas abordagens de comunicação que transmitam a função e o valor do INPI e da PI para a construção de um País inovador e competitivo, mas também para a vida diária das pessoas. A estratégia de uso intensivo das redes sociais será aprimorada e intensificada, assim como o emprego de abordagens customizadas para atender às diferentes necessidades de informação de partes interessadas específicas.

- Principais indicadores e resultados do PA 2023

INDICADOR	RESULTADOS			META 2023	
	2021	2022	2023		
Engajamento do público-alvo e potencial do sistema de propriedade industrial brasileiro nas redes sociais do INPI (Facebook / Instagram / LinkedIn)		-	21.935	Crescimento de 27,6% de seguidores, em relação a 2022	Crescimento de 10% de seguidores, em relação a 2022
		-	15.365		
		-	7.919		

Fonte: CGPE/DIREX/INPI



- Principais entregas de projetos de suporte ao Objetivo 4

P 4.02: Elaboração do Plano de Comunicação

Elaboração e início da implementação do Plano de Comunicação do INPI.

P 4.03: Elaboração do Plano de Marketing Digital

Plano de Marketing Digital elaborado.

P 4.01: Pesquisa de Percepção da Qualidade do Exame

Definição de processos e procedimentos para aplicação de pesquisas; e
Processo de contratação iniciado.

Os projetos relacionados ao Objetivo Estratégico 4 se concentraram no planejamento dos próximos anos e no início da execução de projetos estratégicos para impulsionar a comunicação institucional. A elaboração do Plano de Comunicação do INPI e o planejamento das ações de marketing digital foram concluídos. Também foi iniciada a contratação da pesquisa de percepção da qualidade do exame. Em paralelo às novas abordagens de comunicação, foi intensificado o uso das redes sociais, entregando de forma ágil conteúdos institucionais atualizados e relevantes para a sociedade. Como resultado, observou-se um crescimento de 10% no uso redes sociais do INPI entre 2022 e 2023.

Fonte: CGPE/DIREX/INPI





Destaques dos Objetivos Estratégicos de 5 a 9

Objetivos Estratégicos de Suporte e Gestão Organizacional

- Plano Estratégico

INDICADOR DE DESEMPENHO	META 2026
Objetivo Estratégico 5 - Aprofundar a transformação digital com foco na melhoria do desempenho e do atendimento aos usuários	
Disponibilidade dos sistemas PAG e petições	99%
Número de eventos de indisponibilidade dos sistemas com interface com os usuários externos (Busca, PAG e Petições)	1
Objetivo Estratégico 6 - Assegurar financiamento sustentável para modernização e expansão da capacidade de prestação de serviços	
Execução Orçamentária	99%
Objetivo Estratégico 7 - Garantir a recomposição e retenção da força de trabalho dimensionada para atender uma demanda crescente e sustentar o alto desempenho na prestação de serviços	
Percentual projetado de recomposição do quadro de servidores	97%
Objetivo Estratégico 8 - Prover suporte de logística e infraestrutura econômico, eficiente e sustentável	
Índice de Execução do PCA – Plano de Contratação Anual*	100%
Índice de Execução do Programa de Logística Sustentável (acumulado)	100%
Obtenção do selo A3P da Agenda Ambiental na Administração Pública	-
Taxa de Ocupação Predial (m ² /pessoa) na Sede do INPI no Rio de Janeiro	7 m ²
Objetivo Estratégico 9 - Aprimorar as práticas de governança e gestão, e de relacionamento institucional	
Nível do Modelo de Excelência da Gestão® (MEG/FNQ)	Bronze
Tempo Médio de Atendimento dos Canais Institucionais de Tratamento de Manifestações	5 dias
Satisfação com o Relacionamento e a Transparência Institucionais	90%

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

* \sum quantidade de contratações homologadas/ \sum contratações com Termo de Referência aprovado e com disponibilidade orçamentária



Os Objetivos Estratégicos de 5 a 9 concentram as metas e projetos associados aos macroprocessos de suporte e gestão, que foram traçados para serem implementadas até 2026, com foco na transformação e excelência das práticas e resultados de governança e gestão do INPI.

Os Objetivos Estratégicos de suporte e gestão abordam a construção das bases para o alcance sustentável da visão de futuro de oferecer à sociedade um INPI de classe mundial.

Estão diretamente relacionados a dois dos principais fatores críticos para viabilização do planejamento estratégico institucional: a maior autonomia na utilização da receita de serviços do INPI (Objetivo Estratégico 6); e a recomposição de pessoal (Objetivo Estratégico 7). Assim como, apresentam estratégias para o fortalecimento da capacidade tecnológica (Objetivo Estratégico 5), da logística e infraestrutura institucional (Objetivo Estratégico 8) e para a modernização do modelo de governança e da gestão (Objetivo Estratégico 9).

• Principais indicadores e resultados do PA 2023

INDICADOR	RESULTADOS			META 2023
	2021	2022	2023	
Disponibilidade dos sistemas PAG e petições	-	98%	98%	98%
Número de eventos de indisponibilidade dos sistemas com interface com os usuários externos (Busca, PAG e Petições)	-	12	16	9
Execução Orçamentária	-	98%	98%	98%
Percentual projetado de recomposição do quadro de servidores	-	-	50%	46%
Índice de Execução do PCA - Plano de Contratação Anual	-	-	82,14%	90%
Obtenção do selo A3P da Agenda Ambiental na Administração Pública	-	-	Em 2023	Em 2023
Tempo Médio de Atendimento dos Canais Institucionais de Tratamento de Manifestações	-	7,8 dias	3,9 dias	10 dias

Fonte: CGPE/DIREX/INPI



- Principais entregas de projetos de suporte aos Objetivos de 5 a 9

Objetivo Estratégico 5

Implantar ferramenta de avaliação de satisfação pelos usuários para 13 serviços do Protocolo Eletrônico de Marcas (Plano PI Digital); e
Aquisição de laptops para troca de todos os computadores.

Objetivo Estratégico 7

Publicação do Edital de Concurso Público para 120 vagas; e
Pesquisa de clima organizacional realizada.

Objetivo Estratégico 9

Implementação do Projeto-piloto de Diálogos Diretos com Usuários;
Identificação das partes interessadas (tradicionais e não tradicionais);
Relatório com indicativos técnicos para alteração da estrutura organizacional; e
Relatório de Diagnóstico e Plano de Melhorias do Modelo de Excelência em Gestão da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

Objetivo Estratégico 6

Política de Preços aprovada pela alta gestão do INPI e encaminhada ao Ministério supervisor para aprovação.

Objetivo Estratégico 8

Plano de Logística Sustentável 2023-2026 elaborado; e
Agenda Ambiental na Administração Pública A3P implantada.



Fonte: CGPE/DIREX/INPI



Destaca-se como resultado dos Objetivos Estratégicos de Suporte e Gestão, a publicação do edital de concurso público para 120 vagas. A recomposição de 97% do quadro de servidores almejada para 2026 é bem acima da situação observada ao final de 2023, com apenas 50% do quadro de pessoal autorizado, efetivamente, preenchido. O concurso que será realizado em 2024 é o primeiro passo importante, mais ainda distante do necessário para dotar o INPI de um quantitativo de servidores capaz de entregar o padrão de qualidade e agilidade de serviços de PI que a sociedade demanda do Instituto.

A substituição e modernização do parque de computadores pessoais concretizada pela aquisição de laptops, em número compatível com o quadro atual de pessoal, contribuirá para maior flexibilidade, agilidade e eficiência do trabalho.

O desenvolvimento interno da Política de Preços pelo quadro técnico do INPI, e enviada ao MDIC para aprovação, consiste em um importante passo para o avanço das discussões de maior autonomia no acesso à receita de serviços arrecadada. A efetiva utilização da receita de serviços para custear a infraestrutura física e tecnológica, bem como permitir a contratação de pessoal em número compatível com a demanda, é condição essencial para consecução dos objetivos estratégicos institucionais.

O ano de 2023 também foi marcado pela decisão de implantação do Modelo de Excelência em Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Os primeiros passos foram dados com a capacitação das equipes e realização do autodiagnóstico assistido pela FNQ. A interlocução com as partes interessadas é algo fortemente perseguido atualmente pelo INPI. O projeto estratégico de diálogo permanente com as partes interessadas é um exemplo de concreto e relevante de iniciativa institucional em execução aderente às práticas de excelência em gestão preconizadas pelo MEG/FNQ.

Nesse sentido, vale ressaltar a eficiência dos processos e canais de atendimento aos usuários do INPI (que serão aprofundados neste relatório). O tempo médio de atendimento dos canais institucionais de tratamento de manifestações foi de 3,9 dias em 2023, bem abaixo (melhor) do resultado de 2022 (7,8 dias) e do projetado da meta de 10 dias inicialmente projetada para o ano.



Panorama dos Principais Recursos Críticos para o Alcance dos Resultados

Gestão de Pessoas

- **Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamento e de pessoas**
 - Publicação da Portaria INPI/PR 19, de 5 de julho de 2023, que institui a política de gestão de pessoas no INPI;
 - Publicação da Portaria INPI/PR 40, de 27 de setembro de 2023, que define os valores referenciais para pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC;
 - Publicação da Portaria INPI/PR 55, de 21 de dezembro de 2023, que alterou a Portaria INPI nº 67, de 06 de setembro de 2022, dispondo sobre a instituição e regulamentação do Programa de Gestão e Desempenho no âmbito do INPI;
 - Acompanhamento e atualização, no sistema AGATHA, das atividades que envolvem riscos, no âmbito da CGRH.





• Evolução e composição do quadro de pessoal do INPI

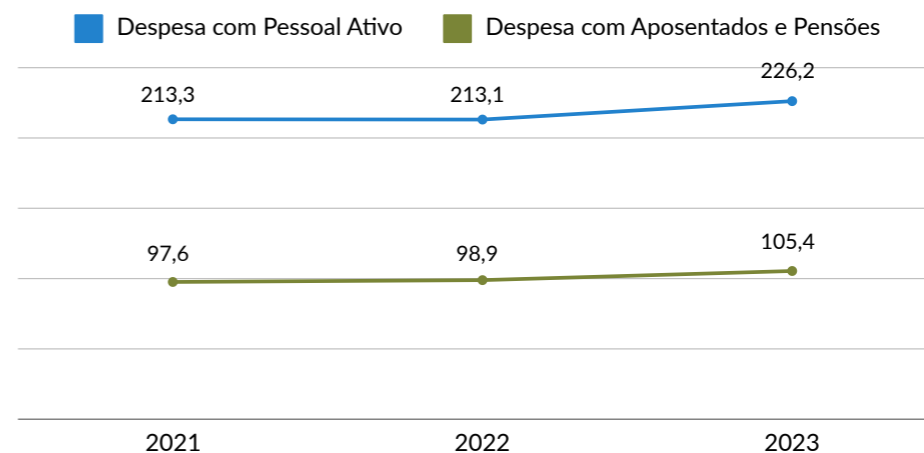
A partir de 2023, a evolução do quadro de pessoal do INPI passou a ser acompanhada mensalmente. Para ter acesso, [clique aqui](#).

Analisando o referido dashboard, notadamente na opção “evolução funcional – quadro geral”, constata-se que, em virtude da ausência de nomeações por concurso público entre 2021 e 2023 e da baixa atratividade do atual Plano de Carreiras e Cargos do INPI (medida através de uma pesquisa de clima organizacional aplicada aos servidores deste Instituto), houve uma redução de aproximadamente 3,5% no quadro de pessoal.

A redução percentual da força de trabalho (formada pelo total de servidores ativos do INPI e de outras carreiras e os sem vínculo com a administração pública), bem como do total de servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do INPI, fica clara quando são analisados os gráficos contidos na opção “Evolução da força de trabalho – geral e servidores do INPI”.

Entretanto, o Instituto tem obtido sucesso em processos seletivos de movimentação para compor força de trabalho, trazendo servidores de outras carreiras para trabalharem no INPI, cujo quantitativo tem aumentado exponencialmente, vide a opção “Evolução força de trabalho – sem vínculo e outras carreiras”.

Gráfico – Detalhamento da Despesa de Pessoal (Despesa Executada)



Fonte: CGOF/DIRAD/INPI

A despesa de pessoal ativo se manteve estável entre 2021 e 2022, ainda que no período seja observada uma redução no quadro de pessoal (978 servidores em 2021 e 957 servidores em 2022), conforme informações disponíveis no quadro de evolução de pessoal, acessível no link do início do tópico. Esta controvérsia é explicada pelas progressões e promoções, que elevam o salário dos servidores, combinadas com a saída de servidores por aposentadoria e pedidos de exonerações. Nota-se que no mesmo período há um ligeiro aumento da despesa com aposentadorias e pensões, resultante das aposentadorias do período.

Já em relação à 2023, a curva se acentua, tanto no que se refere à despesa de pessoal ativo, como de inativos. As justificativas da variação de 2021 e 2022 se aplicam a 2023 e acrescenta-se o aumento salarial de 5%, concedido aos servidores públicos federais em maio de 2023, o que fez elevar a folha de pagamento em um montante mais significativo.



No que tange a evolução da ocupação de cargos e funções, a partir de 2019, verifica-se que houve um aumento de cargos e funções de chefia ocupados por negros e pardos, uma redução no quantitativo de chefias ocupadas por mulheres entre os níveis FCE/CCE de 01 a 10 e uma uniformidade no total de mulheres ocupantes de cargos ou funções de chefias nos níveis FCE/CCE 11 a 17.

Analisando a evolução funcional por estado, escolaridade e idade, resta claro que, de 2016 a 2023, houve um aumento de quase 4 anos na idade média dos servidores do INPI, bem como que, no que tange à escolaridade, ao longos dos anos, constata-se um aumento no quantitativo de servidores com doutorado, enquanto há uma forte redução no quantitativo de servidores com o nível médio. Esse retrato é uma das consequências do intervalo de quase dez anos sem concurso para o órgão, o que impede a oxigenação do quadro funcional.

Em 2023, o INPI foi autorizado a realizar concurso público para o provimento de 120 vagas (40 de Pesquisador em Propriedade Industrial, 40 de Tecnologista em Propriedade Industrial e 40 de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial), cujo o ingresso destes está previsto para os meses de julho e agosto de 2024.

Não obstante, com a continuação do dimensionamento da força de trabalho, prevista para os próximos exercícios, será possível a reformulação da política de remoção visando uma alocação de pessoas mais otimizada e eficiente.

● Avaliação de desempenho

No INPI, o desempenho dos servidores é aferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, utilizando metas institucionais e individuais. A avaliação institucional é realizada por meio da inclusão e acompanhamento de metas fixadas em ato do Presidente do Instituto, e o seu resultado gera impactos na gratificação de desempenho dos servidores.

A avaliação individual é realizada ao longo de todo o ciclo avaliativo por meio da inclusão e do acompanhamento de metas e de competências individuais e gerenciais no Sistema de Gestão do Desempenho - SISGD. O resultado final da avaliação de desempenho gera impactos na progressão e na promoção, bem como na gratificação dos servidores, bem como contribui para qualidade das entregas de resultados à sociedade.

Quadro – Resultado da avaliação de desempenho (Quantidade anual de notas dos servidores por faixa)

NOTA DA AVALIAÇÃO (FAIXA)	2021	2022	2023
100	812	845	814
80 a 99	23	25	14
60 a 79	12	13	5
30 a 59	4	3	4

Fonte: Lei n.º 11.355/2016, alterações e SIAPE.



• Capacitação dos servidores do INPI

O INPI tem sua política de capacitação implementada por meio do seu Programa de Desenvolvimento de Pessoas, que objetiva, em essência, a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos prestados ao cidadão e o desenvolvimento das competências individuais do servidor, com o consequente desenvolvimento das competências organizacionais.

Nesse contexto, para concretização do Programa de Desenvolvimento de Pessoas, em 2023 foi elaborado e executado o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP.

As ações de capacitação foram priorizadas e viabilizadas durante o ano, compatibilizando as necessidades de capacitação e o orçamento disponível.

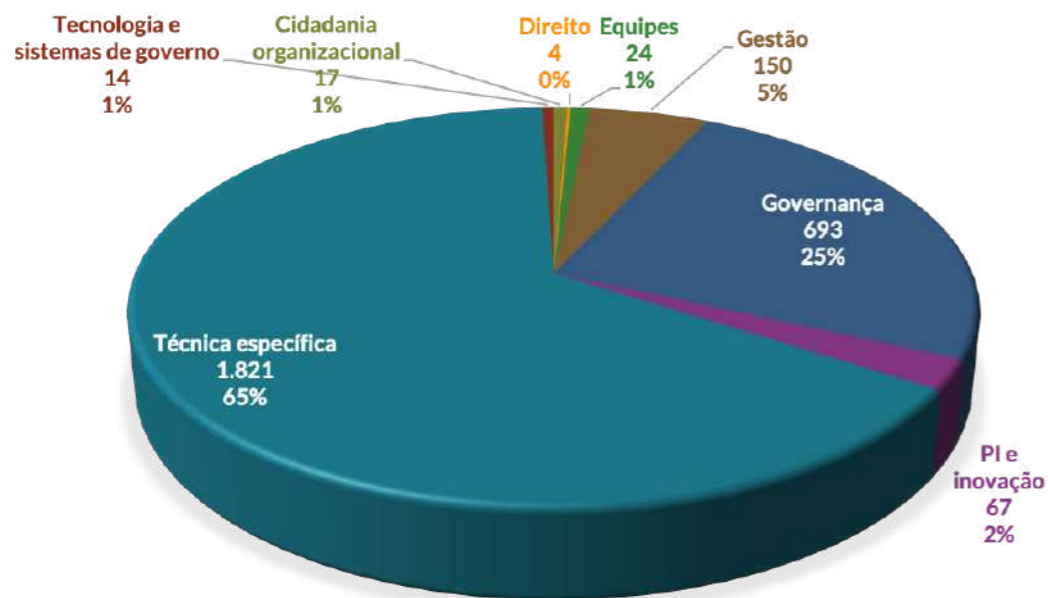
Tendo por base o Plano Estratégico do INPI e o PDP 2023, foram pautadas as seguintes linhas de capacitação:

- **Técnica Específica:** Programa composto por eventos com foco técnico, que englobam conhecimentos relacionados às atividades específicas das unidades finalísticas e/ou administrativas.
- **Tecnologia e Sistemas de Governo:** Programa composto por eventos com foco técnico, voltados para o uso da tecnologia da informação e dos sistemas de governo por todas as áreas do INPI.
- **Direito:** Programa composto por eventos com foco técnico, que englobam noções de direito relacionadas às atividades específicas das unidades finalísticas e/ou administrativas.
- **Governança:** Programa composto por eventos com foco gerencial e técnico, relacionados à gestão de riscos, programas de integridade e gestão da qualidade.
- **Gestão:** Programa composto por eventos com foco gerencial, relacionados ao desenvolvimento e aprimoramento de competências necessárias aos gestores atuais e potenciais.
- **Equipes:** Programa composto por eventos com foco comportamental, relacionados ao desenvolvimento de equipes de trabalho com maior integração e sinergia.
- **Idiomas:** Programa composto por eventos com foco técnico, voltados para o domínio de línguas estrangeiras, tendo em vista os acordos internacionais dos quais o INPI é signatário.
- **PI e Inovação:** Programa composto por eventos com foco técnico, relacionados a conhecimentos gerais sobre propriedade intelectual e inovação.
- **Cidadania Organizacional:** Programa composto por eventos com foco comportamental que visam ao desenvolvimento de valores relacionados à ética, equidade e coletividade.



No total, 646 servidores se capacitaram em 2023, entre capacitações promovidas pelo INPI ou de iniciativa própria do servidor. Considerando todas as participações em capacitações, isto é, admitindo-se repetição de servidores, foram 2790 vagas executadas em ações de capacitação.

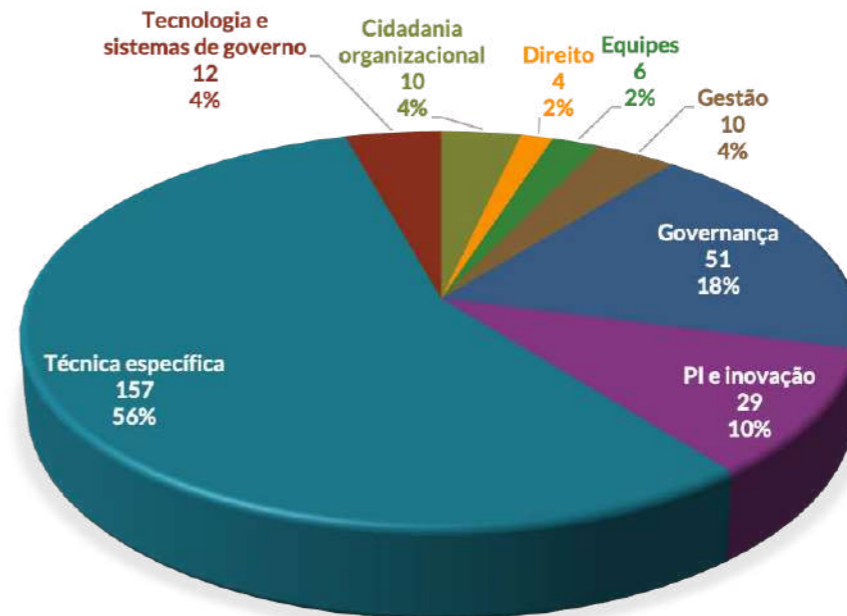
Gráfico - Vagas por linhas de capacitação



Fonte: Base de dados do CETEC/CGRH/DIRAD

Os servidores do INPI participaram de 279 eventos de aperfeiçoamento no ano, entre cursos, congressos e seminários, palestras, oficinas e workshops, aprendizagem em serviço e visitas técnicas.

Gráfico - Número de ações



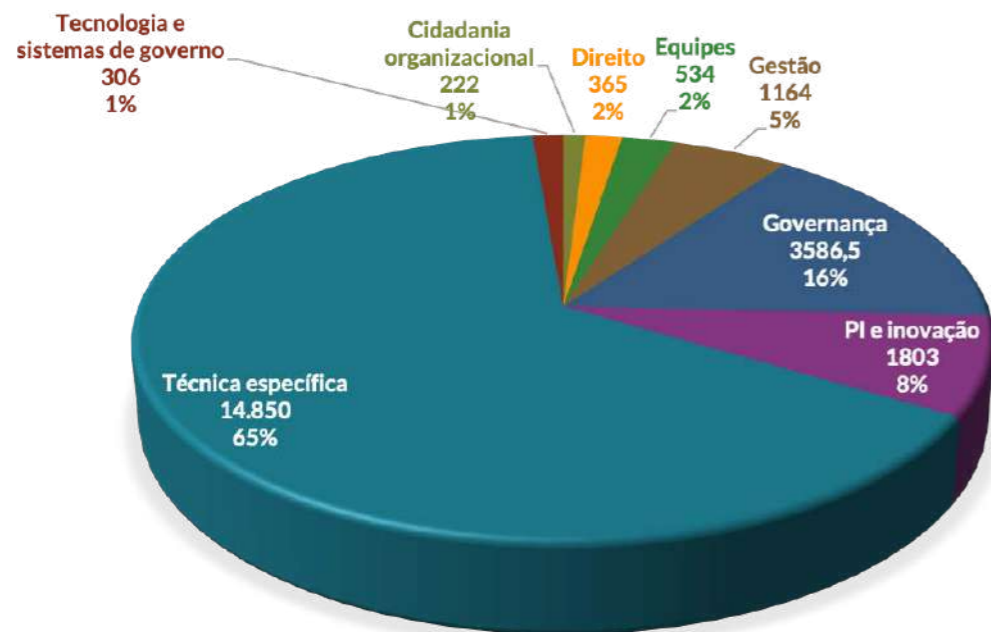
Fonte: Base de dados do CETEC/CGRH/DIRAD



O Total Geral de Horas de Treinamento cumpridas pelos servidores durante o ano considera o somatório das cargas horárias cumpridas por servidor concluinte, em cada ação de capacitação. Ou seja, soma-se a carga horária referente a cada participante dentro da ação (20+20+...+20 = 200 = carga horária total da ação) e o total geral é dado pelo somatório de todas as ações (Exemplo: ação A (200h) + ação B (96h) + ...).

Desta maneira, ao longo de 2023, os servidores cumpriram 22.830 horas em eventos de capacitação.

Gráfico - Carga horária total (horas)*



Fonte: Base de dados do CETEC/CGRH/DIRAD

*Para cálculo da carga horária total é considerado o somatório da CH cumprida por participante em cada ação de capacitação.

Também foi implementada a experiência-piloto do Programa de Mentoria Organizacional Interna, conforme descrito no capítulo 3.

• Programa de Gestão e Desempenho do INPI

O Programa de Gestão na modalidade teletrabalho no INPI tem como um dos principais pilares do teletrabalho o “Princípio de Valorização da Qualidade de Vida dos Servidores”, que permite aos participantes do programa organizarem sua jornada de trabalho de acordo com os horários de melhor produtividade.

O Programa de Gestão promove ao participante uma otimização do tempo e uma redução do estresse físico decorrente dos deslocamentos diários para o trabalho, e de todos os impactos psicológicos desta obrigação, bem como permite ao INPI a redução de despesas operacionais.

Desde 2016, início do teletrabalho no INPI, foram selecionados mais de 800 participantes, totalizando, em dezembro de 2023, 812 servidores em teletrabalho integral e parcial no Instituto. Como resultado da implantação desse Programa, houve aumento de produtividade substancial das áreas finalísticas, bem como de duas unidades das áreas-meio participantes.

O número de servidores participantes do Programa e avaliados no período (descontados os servidores afastados), bem como o percentual médio da produção individual desses servidores (examinadores, técnicos e analistas), por unidade em teletrabalho, em relação à meta contratada em 2023, foi de 40%.

Ademais, destaca-se as ações do Programa de Qualidade de Vida, mencionadas no capítulo 3 deste Relatório.



• Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios da Gestão de Pessoas

Serão grandes os desafios para a área de gestão de pessoas no ano de 2024. Dentre as prioridades institucionais previstas no Plano de Ação do INPI para o ano de 2024, estão a:

- Recomposição da força de trabalho do INPI, por meio de pleitos para: a) provimento adicional do cadastro de reserva do concurso atual; b) realização de novo concurso público para cargos efetivos e de criação de novos cargos de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em PI e de Tecnologista em PI; e c) para transformação, por lei, de cargos vagos de nível intermediário (Técnicos) em cargos de nível superior de Tecnologista em Propriedade Industrial, sem aumento de despesa;
- Reestruturação do Plano de Carreiras e Cargos do INPI, com ênfase no aumento da atratividade salarial, na modernização dos mecanismos de progressão e promoção funcional e de intercambialidade entre os cargos; e
- Promoção da integração, do senso de pertencimento e do engajamento dos servidores com a identidade institucional (endomarketing).

Além desses, um dos grandes desafios para o ano de 2024 será modernizar a gestão de pessoal por meio da estratégia de ampliação do programa de gestão como instrumento potencializador do incremento dos resultados institucionais e de relações de trabalho híbridas e mais modernas, sem descuidar da noção de pertencimento e do fortalecimento da cultura organizacional, melhor definindo o equilíbrio entre o remoto e o presencial, com a ressignificação deste último.

No que tange à avaliação de desempenho, trata-se de um processo que necessita de aperfeiçoamento contínuo. Esses aperfeiçoamentos estão relacionados à melhoria de sistemas, de procedimentos e dos processos de avaliação, para que levem a condições isonômicas na análise de desempenho entre as diferentes áreas; de modo que as metas de produção sejam estabelecidas para todos - através de parâmetros factíveis, mensuráveis e de fácil controle, levando-se em conta o lado comportamental, e que a meritocracia seja fator fundamental na análise de desempenho. Objetiva-se que o desempenho dos servidores se reflita de forma clara e concreta no desempenho institucional.

Com relação ao Programa de Sucessão de Gestores e Ocupações Críticas para o ano de 2024, serão mapeadas as competências técnicas das áreas finalísticas, bem como será implantado o Programa de Mentoria Organizacional Interna.



Gestão da Tecnologia da Informação

• Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, o INPI observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo federal; órgãos de controle; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR; padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC; além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos.

Ademais, INPI integra o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, como órgão seccional, tendo como responsabilidade “cumprir e fazer cumprir, por meio de políticas, diretrizes, normas e projetos seccionais, as políticas, diretrizes e normas emanadas do Órgão Setorial do SISF a que estão vinculadas” (art. 7º, I, do [Decreto nº 7.579/2011](#)).

• Modelo de Governança de TIC

A evolução da governança de TIC no INPI é acompanhada pelo contínuo fortalecimento do Comitê de Governança Digital - CGD do Instituto, o qual, por meio das nove reuniões ocorridas ao longo de 2023 – equivalente a 300% do quantitativo de encontros realizados no ano anterior e aderente à necessidade de reuniões ordinárias trimestrais – norteou a utilização atual e futura dos recursos de TIC a fim de atender às necessidades prioritárias desta Autarquia, promovendo a integração e o alinhamento entre os objetivos estratégicos do Instituto e os objetivos específicos de TIC necessários para suportá-los nos níveis estratégico, tático e operacional.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC orienta as ações de tecnologia da informações e comunicação do INPI, a partir da análise e do reconhecimento de cenários e seguindo as melhores práticas. Este plano está alinhado aos planos estratégicos, à estrutura hierárquica, à estrutura normativa da Autarquia e aos demais normativos e diretrizes do Governo Federal. O PDTIC 2022-2023 está disponível no Portal do INPI, no link: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/aceso-a-informacao/tecnologia-da-informacao>

Entre as principais atividades de TIC de 2023, com influências nos resultados operacionais, destaca-se:

- A realocação da Seção de Telefonia, que passou a estar sob gestão da área de Tecnologia da Informação e Comunicações: tal reestruturação viabilizou a absorção da gestão do sistema integrado de telefonia, mensageria e videoconferência Avaya, o qual desempenha papel crucial na produtividade e na comunicação corporativa interna e externa, demandando assistência técnica especializada;
- A realocação da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação para a Diretoria de Administração, aprimorando a interlocução da área de TIC com as de Contratações e de Orçamento e Finanças, gerando maior eficiência nas searas de gestão financeira e do Plano de Contratações, aumentando, assim, o volume e a qualidade de entregas e, por extensão, a produtividade do Instituto.



Com relação aos principais projetos e iniciativas do PDTIC 2022-2023 concluídos em 2023, ressaltam-se:

Objetivo Estratégico 1

- Estudo para transformação digital do fluxo de patentes do INPI: estudo para transformação digital do fluxo de patentes do INPI, elaborado a partir do o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 001/DIREX/CGTI/2021, celebrado entre o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, sinalizou que a adoção de uma solução de tecnologia de BPM pode propiciar o aprimoramento da eficiência operacional do fluxo de patentes do INPI, gerando impactos positivos na operacionalização do trabalho, governança corporativa e estrutura organizacional. O resultado da análise da prova de modelo, decorrente da aplicação de um estudo de caso prático para validar o passo a passo da construção da solução por meio de ferramenta para automação dos processos do INPI, possibilitou que a equipe de planejamento conclísse em 2023 a elaboração dos artefatos destinados à contratação da referida solução. (Projeto 1.3: BPMS - Automação do Fluxo de Patentes)
- Implementação do sistema IPAS para Desenhos Industriais: a entrada em produção ocorreu em 30 de outubro de 2023, e o decorrente encerramento das operações realizadas via sistema SINPI-DI, viabilizou uma série de melhorias no macroprocesso daquela unidade, com destaque para as novas funcionalidades de controles automatizados de prazo e de pagamento; monitoramento da situação, automação da triagem e controles de distribuição de pedidos e petições; um novo modelo de RPI; e a utilização do formato XML para a Revista da Propriedade Industrial no padrão ST.86. (Projeto 1.7: IPAS-DI: Automação do Fluxo de Desenhos Industriais)

Objetivo Estratégico 5

- Aquisição de notebooks: contratação que ensejará significativo incremento de segurança para o INPI, uma vez que garantirá que apenas computadores homologados acessem a rede da Autarquia, mitigando, assim, riscos de vulnerabilidade, tais como vazamentos de informações sensíveis. Ademais, a aquisição atendeu aos preceitos do Projeto Racionaliza.gov, que preconiza a ocupação otimizada e compartilhada dos imóveis de uso especial da União, objetivando a aplicação dos princípios de racionalidade, economia e eficiência ao planejamento de espaços de uso institucional da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A substituição de desktops por notebooks, atrelada às modalidades de teletrabalho previstas nos normativos vigentes e institucionalizadas no INPI, viabilizará não somente o compartilhamento de baias, reduzindo a necessidade de alocação de espaços individualizados, como também a mobilidade dos usuários dentro e fora das instalações do Instituto. (Projeto 5.3: Modernização da Capacidade Tecnológica).



• Montante de recursos aplicados em TIC

A despesas de TIC vislumbradas na Lei Orçamentária Anual de 2023, contemplando as iniciativas AS 02 (Sustentação da Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação) e P 5.3 (Modernização da Capacidade Tecnológica), no montante de R\$25,0 milhões, representam acréscimo de aproximadamente 47% em relação aos cerca de R\$16,9 milhões previstos na LOA de 2022.

Iniciativas do Plano de Ação 2023	LOA Final (a) (em R\$ milhões)	Participação (%)	Execução Anual (c) (em R\$ milhões)	Execução (%) (b/a)
AS 02: Sustentação da Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	14,2	20,8%	14,1	99,5%
P 5.3: Modernização da Capacidade Tecnológica	10,8	15,9%	9,2	85,7%

Fonte: Programação de despesas de 31/dezembro (DIORC/CGOF).

• Contratações mais relevantes de recursos de TI

Quadro - Contratações mais relevantes de recursos de TI (vigentes em 2023)

Nº do Contrato	Objeto	Empresa	Valor Global (em R\$ milhões)
12/2021	Administração de Rede e Service Desk	Digisystem Serviços Especializados LTDA	15,1
17/2023	Aquisição de computadores portáteis	Dell Computadores do Brasil LTDA	9,2
10/2022	Desenvolvimento, implantação, documentação, manutenção de software	Websis Tecnologia e Sistemas Ltda	3,1
09/2019	Solução de ambiente Data Center modalidade Colocation	Equinix do Brasil LTDA	1,7
29/2020	Ferramenta de gestão de desempenho digital - APM	IT-One Tecnologia da Informação S/A	1,5

Fonte: CGTI/DIRAD

• Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Cadeia de Valor	Principais Iniciativas	Principais Resultados
Macroprocessos Finalísticos	IPAS-DI	Avanço na modernização do Exame de Desenho Industrial
	Atualização do sistema Petição Eletrônico para Desenho Industrial	Avanço na modernização do Exame de Desenho Industrial
	SISCAP - Restauração da pontuação de pedidos com 6.23	Ajuste do cálculo de produção de examinadores de patentes
	BPMS - Estudo de Caso	Suporte à automação do fluxo de pedidos de patentes
	Extinção do parágrafo único do art. 40 da LPI	Alteração do SINPI, SISCAP, PatenteWS e rotinas automáticas de agendamento de despachos diante da modificação da LPI

Fonte: CGTI/DIRAD

Cadeia de Valor	Principais Iniciativas	Principais Resultados
Macroprocessos de Gestão	Disponibilização da primeira versão, para homologação, de funcionalidades dos módulos de cadastro e de revisão de qualidade	Verificação para garantir que os padrões mínimos de qualidade determinados pelo INPI e esperados por seus clientes foram ou não cumpridos
	Aprovação do PDTIC 2024 -2026	Definição de diretrizes de TIC do INPI para o triênio 2024-2026
	Atualização do LimeSurvey (epesquisa)	Aperfeiçoamento da ferramenta de pesquisas online

Fonte: CGTI/DIRAD



Cadeia de Valor	Principais Iniciativas	Principais Resultados
Macroprocessos de Suporte	Monitoramento Integrado Zabbix-Grafana - Bancos de Dados	Otimização do monitoramento de recursos e serviços de TIC
	Ambiente de desenvolvimento da Nova Intranet (Joomla)	Aperfeiçoamento da nova intranet do INPI
	Implementação da página de indisponibilidade para os seguintes serviços: SEI, Meu INPI, Parecer de Patentes, Peticionamento Eletrônico, e-Marcas, e-Contratos, PAG, GRU, Fale Conosco e Manual de IG	Disponibilização aos usuários dos serviços prestados pela CGTI
	Migração da plataforma Avaya para servidores recém-adquiridos	Aperfeiçoamento da performance de serviços que, antes da migração, competiam por recursos com o Avaya, a exemplo do sistema IPAS-DI, e da própria plataforma de comunicação
	Aquisição de notebooks	Modernização do parque tecnológico do INPI e aprimoramento dos requisitos de segurança
	Elaboração do Relatório de Análise de Vulnerabilidades de todo parque de TI do INPI	Aprimoramento dos requisitos de segurança
	Implantação dos gbics de 10Gbps no HP BL460C Gen9	Modernização do parque tecnológico do INPI
	Servidores Avaya migrados para novos Hosts Físicos de Virtualização	Modernização do parque tecnológico do INPI
	Atualização do Barramento do SEI	Tramitação de processos entre o INPI e outros órgãos que utilizam o SEI
	Preenchimento do Autodiagnóstico do Programa de Privacidade e Segurança da Informação da SGD	Obtenção dos indicadores iSeg e iPriv
	Migração de máquinas virtuais para liberação de espaço em antigas blades	Otimização de recursos de TIC
	Implantação de certificados digitais	Modernização do parque tecnológico do INPI
	Implementação do PGDWEB	Expansão do Programa de Gestão de Teletrabalho
Suporte para implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - SIADS	Sistema de controle de estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte implantado	

Fonte: CGTI/DIRAD

• Segurança da Informação

O ano de 2023 foi marcado pela realização de diversas campanhas destinadas a conscientizar e esclarecer os usuários sobre os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) disponíveis, com foco principal no tema de segurança da informação. Além disso, destaca-se a conclusão do Ciclo 1 do Programa de Privacidade e Segurança da Informação – PPSI, que consiste em um conjunto de projetos e processos de adequação nas áreas de privacidade e segurança da informação e tem como valores a maturidade; a resiliência; a efetividade; a colaboração e a inteligência. Ao consolidar esses valores, a Autarquia demonstra seu compromisso em garantir a proteção e integridade das informações, fortalecendo assim sua postura em um cenário cada vez mais desafiador e dinâmico no âmbito da cibersegurança.

Além dos benefícios decorrentes da implementação tempestiva de medidas consideradas prioritárias pela Secretaria de Governo Digital - SGD – que elevaram o INPI ao patamar “intermediário” segundo o índice iSeg – o INPI colaborou diretamente para a elaboração do primeiro grande diagnóstico de privacidade e segurança da informação daquela Secretaria, por meio do qual será possível observar a evolução de todo o ecossistema de privacidade e segurança da informação dos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP.



Destacam-se também as publicações das Políticas de cópia de segurança (“backup”) e restauração de dados (“restore”), instituída pela Instrução Normativa/INPI/PR N° 01, de 01 de fevereiro de 2023, que entrou em vigor em 01/03/2023; e de controle de acessos aos ativos de informação e à rede de dados corporativos, instituída pela Instrução Normativa/INPI/PR N° 02, de 24 de abril de 2023, e vigente a partir de 15/05/2023.

A Política de Backup e Restauração de Dados Digitais objetiva instituir diretrizes, responsabilidades e competências que visam à segurança, proteção e disponibilidade dos dados digitais custodiados pelas unidades organizacionais do INPI e formalmente definidos como de necessária salvaguarda, para se manter a continuidade do negócio e assegurar sua missão institucional. Já a Política de Controle de Acessos contempla diretrizes acerca do acesso lógico aos recursos da rede corporativa do INPI, em complemento à Política de Segurança da Informação vigente na Autarquia, regulamentada pela Portaria INPI/PR n° 65, de 1° de setembro de 2022.

- **Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios da Gestão da Tecnologia da Informação**

Não obstante as relevantes entregas de TIC ao longo de 2023, o INPI devido a uma baixa produtividade da empresa de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas, contratada em 2022, precisou priorizar determinadas demandas listadas no PDTIC vigente, a exemplo daquelas atreladas ao já mencionado projeto para implementação do sistema IPAS para Desenhos Industriais e à Gestão da Qualidade.

A fim de dirimir ou, ao menos, mitigar tal problema, o INPI atualmente participa de um pregão eletrônico na modalidade de Sistema de Registro de Preços, sob gestão da Secretaria de Governo Digital - SGD, através do qual o Governo Federal buscará contratar para dezenas de entes governamentais, seguindo as normas e as boas práticas mais atualizadas sobre o tema, empresas especializadas em desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software, por alocação de perfil profissional de TIC atrelado ao alcance de resultados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, porém primando pelo maior vínculo entre colaboradores e fornecedores, a partir da demanda pela contratação de tais profissionais sob regime celetista.

Destaca-se também a atualização da arquitetura tecnológica que alicerça os sistemas legados do Instituto, uma vez que grande parte deles foi criada em linguagens defasadas e é suportada por bases de dados ultrapassadas, tal qual o Informix.

Nesse sentido, destacam-se dois projetos em andamento: contratação de solução de tecnologia de BPMS para aprimorar a eficiência operacional do fluxo de patentes do INPI e o desenvolvimento de nova solução de Busca.



Almeja-se que a adoção da referida plataforma BPMS traga, a médio e a longo prazo, maior segurança jurídica nas decisões relacionadas à patentes; melhoria da imagem institucional do órgão; incentivo do uso do sistema de Patentes; aumento da satisfação do usuário; queda dos intervalos de indisponibilidade dos sistemas; redução do número de pedidos de patentes arquivados por perdas de prazo ou falta de pagamento; diminuição de exigências e arquivamentos por razões formais; contração do tempo de prestação dos serviços; maior controle do trabalho e planejamento por meio de indicadores de processos; atenuação de erros e ações de correção que geram retrabalho; incremento da produtividade devido à redução de tarefas manuais; rápida implementação de mudanças em procedimentos; menor consumo de recursos de TIC na manutenção de sistemas; e, por fim, aumento da arrecadação desta Autarquia devido ao menor número de arquivamentos.

Quanto à nova solução de Busca, visando à ampliação de funcionalidades, tecnologia e robustez do sistema em operação – por meio do qual os usuários, proprietários ou não dos ativos intangíveis, atualmente pesquisam, através de buscas textuais simples, sobre os ativos de PI cadastrados nas bases de dados do Instituto – encontra-se em andamento um projeto para desenvolvimento de nova solução onde, mediante recursos de inteligência artificial, permitir-se-á a realização de buscas complexas, tais como por imagem ou fonética, ampliando e aprimorando, assim, a gama de acesso às informações dos ativos de PI e, conseqüentemente, impulsionando a inovação por meio da propriedade industrial.

O desenvolvimento da supracitada solução auxiliará também no desenvolvimento do nível de maturidade e da efetividade das práticas de governança de TIC na área de dados e informações – refletidas na pontuação 0,2809 obtida pelo INPI no módulo correspondente do iGOVSISP 2023 – impulsionada pela finalização do processo de reestruturação de uma área do Instituto para tratar desse tema, representando uma pedra basilar para pensarmos nas aplicações de inteligência artificial na PI, em consonância com a instituição, em 29 de dezembro de 2023, de um Comitê Gestor de Inteligência Artificial do INPI, presidido por representante da CGTI e composto por integrantes das áreas finalísticas do Instituto.

Ademais, o Comitê de Governança Digital – CGD do INPI, diante da necessidade perene de aperfeiçoar a elaboração e a execução de projetos vinculados ao PDTIC, passará a atuar, balizado pelo princípio da eficiência, na prospecção de mecanismos destinados a impedir que projetos pouco documentados ou sequer bem entendidos pelas unidades demandantes sejam incluídos no referido Plano, evitando, assim, lentidões no andamento das etapas e baixa otimização de recursos de TIC.

A fim de preencher tal lacuna, encontra-se em fase de implementação um processo de *upstream* por meio do qual, em síntese, as áreas demandantes vislumbram, inicialmente e sob um prisma geral, como será o projeto, desenvolvendo entendimento sobre os requisitos e compreensão sobre as reais necessidades, visando à posterior submissão do tema ao Comitê de Governança Digital - CGD do INPI, que avaliará a maturidade do projeto para compor o PDTIC. Em sequência, será dado início ao processo de detalhamento do backlog, que definirá quando o projeto está pronto para ser iniciado.



Por fim, ressalta-se a carência de mão de obra especializada em TIC, muito embora seja perceptível em grande parte dos órgãos governamentais brasileiros, mostra-se ainda mais severa no INPI. Considerando que dispomos atualmente de 19 (dezenove) servidores com conhecimento de TIC em um universo de 939 (novecentos e trinta e nove) servidores ativos na Autarquia, conclui-se que a força de trabalho especializada em TIC representa apenas 2,02% do quadro total, índice extraordinariamente inferior à faixa de 2,8 a 4,6% apresentada no Encontro de Gestores SISP 2023, referente às apurações obtidas através do Autodiagnóstico 2022 (G1 - Governança e Gestão em TIC). Tomando como base a média governamental internacional de 7,8% indicada no levantamento, o déficit se mostra ainda mais impressionante: considerando o sobredito corpo funcional do INPI, seria desejável que o Instituto dispusesse de 73 (setenta e três) servidores com conhecimentos em TIC, montante consideravelmente inferior às 16 (dezesseis) vagas destinadas à TIC no concurso público em andamento. Ressalte-se, ainda, a ausência de garantias quanto ao provimento integral de tais vagas e à manutenção dos atuais e dos novos servidores, dado o aquecimento do mercado para carreiras de TIC refletido na perda de 2 servidores da CGTI ao longo de 2023.





Gestão de Licitações, Contratos e Patrimonial

• Conformidade Legal

A gestão de licitações, contratos e patrimonial é amparada na legalidade e legitimidade dos atos, procedimentos e processos, buscando maximizar o valor gerado para a sociedade pela economicidade, eficiência e eficácia das compras governamentais.

A avaliação de conformidade legal é realizada pela Procuradoria Federal Especializada, a quem compete examinar a minuta de edital, contrato, convênio, acordo, ajuste ou instrumento similar, na forma da legislação específica. Além disso, a Coordenação-Geral de Logística e Infraestrutura, da Diretoria de Administração, exerce o controle administrativo das contratações conforme o Regimento Interno, realizando a revisão prévia de todos os artefatos de contratação, bem como a elaboração de estimativa de preço de mercado de forma independente, constituindo a primeira linha de defesa na gestão de riscos, inclusive de integridade.

Dentre as principais normas internas e mecanismos de controle e prevenção de irregularidades e falhas estão a exigência de termo de compromisso dos fornecedores declarando conhecimento do Guia de Conduta para Fornecedores do INPI, termo de compromisso firmado pelos servidores que atuam na gestão de fiscalização e contratos declarando ciência do Guia de Relacionamento com Fornecedores, listas de verificação de conformidade para fiscalização de contratos, lista de verificação para contratação de serviços conforme modelo da Advocacia-Geral da União, consulta prévia da regularidade fiscal, jurídica e trabalhista dos fornecedores e também do sócio majoritário antes da contratação ou prorrogação contratual, no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU e utilização de formulários e checklists para prorrogação de serviços continuados.

Destaca-se o cumprimento da legislação aplicável:

- Nova Lei de Licitações e Contratos: [Lei nº 14.133/2021](#);
- [Lei nº 4.320/64](#), que estabelece as normas de controle de orçamentos e balanço;
- Margem de Preferência para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte: [Lei Complementar nº 123/2006](#);
- Pregão e Cotação Eletrônica: [Lei nº 14.133/2021](#); e [Decretos nº 10.024/2019](#) e [nº 3.555/2000](#);
- [Decreto nº 9.373/2018](#), que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequada de bens móveis;
- Obras Públicas: [Decreto nº 7.983/2013](#);



- Portaria SEGES/ME N° 8.678/2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Regimento Interno do INPI, que atribui as competências e atribuições das unidades responsáveis pela Gestão de Licitações e Contratos;
- Guia de Conduta para Fornecedores do INPI – Portaria INPI/DIRAD n° 02 de 06 de agosto/2021;
- Guia de Relacionamento com Fornecedores do INPI – Portaria INPI/DIRAD n° 74/2021;
- Manual de Fiscalização de Contratos – Portaria INPI n° 07/2022, elaborado para auxiliar os gestores e fiscais de contratos, inclusive com listas de verificação de conformidade;
- "Formulário de Prorrogação de Serviços Continuados" elaborado pela PFE (produto do Parecer Referencial n° 07/2021/CGMA/PFEINPI/PGF/AGU) nos processos de prorrogação.

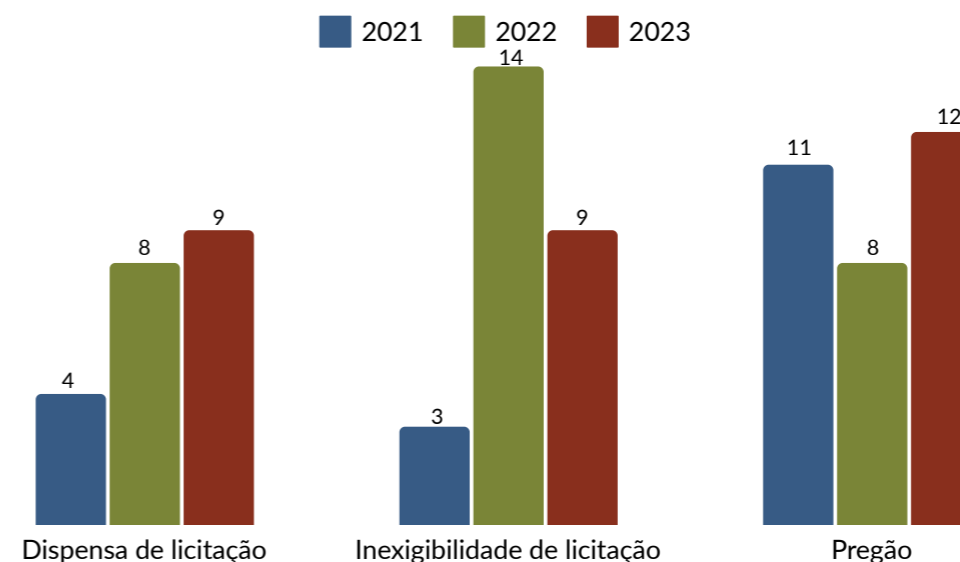
• Gestão de Licitações e Contratos

- Processos de Contratação em 2023

O INPI homologou 30 compras em 2023, com o valor global de R\$ 11,9 milhões. Deste total, 10% do valor das compras homologadas foram contratados de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), dado o tratamento favorecido dispensado a estas empresas, conforme prevê a Lei Complementar n° 123/2006.

Todos os dados referentes às contratações do Instituto estão disponíveis no portal do INPI, no link: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>.

Gráfico - Compras por modalidade (unidade)



Fonte: CGLI com informações <http://paineldecompras.economia.gov.br/>

Tabela - Valores homologados por modalidade (em R\$ milhões)

	Dispensa de Licitação	Inexigibilidade de Licitação	Pregão
2021	36,5	0,4	21,2
2022	0,06	1,6	8,9
2023	1,1	0,2	10,7

Fonte: CGLI com informações <http://paineldecompras.economia.gov.br/>

- Compras homologadas para ME/EPP nas aquisições e contratações do INPI

Em 2023, se manteve a tendência de concentração das contratações de empresas de grande porte, dada a característica predominante do mercado de tecnologia da informação e comunicação – TIC e de objetos complexos que exigem elevada qualificação técnica e capacidade econômico-financeira. As contratações de ME/EPP se mantiveram no patamar dos anos anteriores, visto que são contratações de menor valor e de objetos mais simples, compatíveis com o porte dessas empresas.

Tabela - Valor Homologado por Porte (em R\$ milhões)

	2021	2022	2023
ME/EPP	2,2	3,3	1,1
Outras	58,3	7,4	10,9

Fonte: CGLI com informações <http://paineldecompras.economia.gov.br/>

Figura - Resumo das contratações mais relevantes concluídas em 2023 (em R\$)


Fonte: CGLI com informações <http://paineldecompras.economia.gov.br/>



Tabela - Vinculação das contratações mais relevantes com os Objetivos Estratégicos

Serviço / Aquisição	Valor Contratado (em R\$)	Objetivo Estratégico Contemplado
Aquisição de computadores portáteis (notebooks) com garantia e suporte técnico de funcionamento on-site.	9,2 milhões	Objetivo Estratégico 5: Aprofundar a transformação digital com foco na melhoria do desempenho e do atendimento aos usuários
Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos.	947 mil	Objetivo Estratégico 9: Aprimorar as práticas de governança e gestão, e de relacionamento institucional.
Contratação de instituição nacional, sem fins lucrativos, incumbida estatutariamente da pesquisa, do ensino e do desenvolvimento institucional, com inquestionável reputação ética-profissional, para prestação de serviços de realização de concursos públicos com vistas ao preenchimento de 120 vagas e formação de cadastro de reserva para três cargos efetivos de Nível Superior do Plano de Carreiras e Cargos do INPI.	1,0 milhão	Objetivo Estratégico 7: Garantir a recomposição e retenção da força de trabalho dimensionada para atender uma demanda crescente e sustentar o alto desempenho na prestação de serviços

- Contratações diretas

A contratação acima apresentada, no valor de R\$ 1,0 milhão, que corresponde a contratação de empresa especializada na realização de concurso público, foi a única contratação direta do exercício realizada (Dispensa de Licitação, nº 06/2023).



Fundamento legal - Lei nº 14.133/2021 art. 75 XV.

• Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Principais ações da gestão patrimonial de 2023:

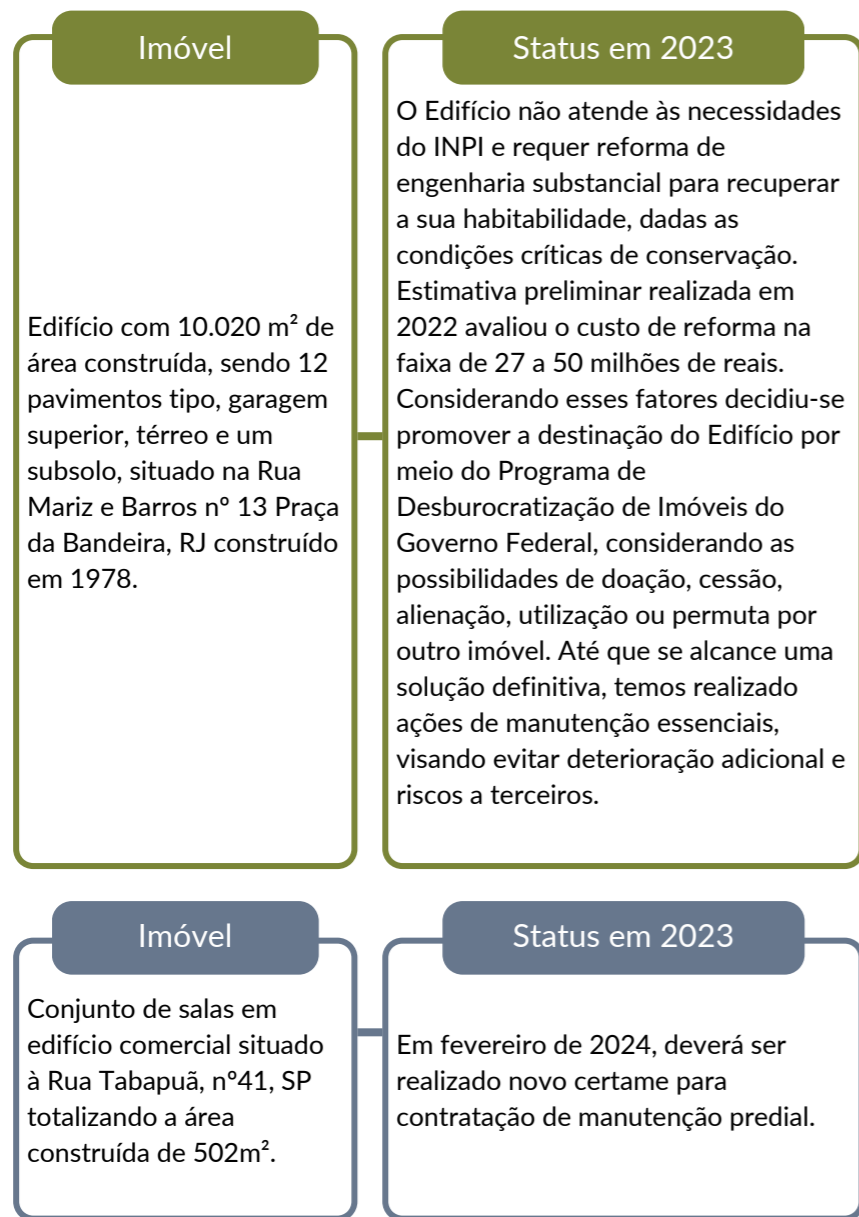
- Designação da Comissão de Inventário Anual dos Bens Móveis referente ao ano de 2023, com o objetivo de promover a conferência in loco dos bens, conciliação com o que está registrado no sistema, atualização da distribuição e responsabilização dos bens em seus respectivos setores e o tratamento individual de bens porventura não encontrados, com prazo de conclusão até o final de fevereiro de 2024.
- Desfazimento de 274 bens, que compreendem itens de telefonia, informática, mobiliário e eletrodomésticos. O esforço continuado para redução do estoque de bens móveis não utilizados visa liberar espaço de armazenamento e reduzir os custos de administração e gestão dos bens.
- Desfazimento de 1.170 periódicos jurídicos, mediante reciclagem através de cooperativa credenciada no Programa Coleta Seletiva Cidadã.



Não houve investimentos relevantes de capital (infraestrutura e equipamentos) no exercício.



- Gestão do Patrimônio Imobiliário



- Gestão da infraestrutura

As principais atividades de sustentação da infraestrutura realizadas em 2023 foram:

- Elaboração e conclusão de artefatos para contratação de manutenção predial nas unidades regionais COINS-SP, SEDIR-S II (PR), EDIR-S (RS);
- Elaboração e conclusão de artefatos para contratação de manutenção de equipamentos de climatização da COINS-SP;
- Realização de visita e elaboração de laudo de conservação da EDIR-S (RS);
- Elaboração de artefatos para contratação de equipamentos de climatização para a sala de rack da TI no MV9;
- Elaboração de artefatos para contratação de equipamentos de climatização para SEDIR-S II (PR);
- Implantação da sala de raio X na DISAO, no MV9, em conformidade com as diretrizes do Laboratório de Ciências Radiológicas (UERJ/LCR);
- Implantação de modelo de iluminação diferenciado nos pavimentos 22° e 21°, que permite ao usuário o desligamento das linhas de iluminação próximas à janela para melhor aproveitamento da luz natural e redução de custos com energia elétrica. O objetivo é que este modelo seja implantado em todos os pavimentos cujo modelo de uso é ambiente aberto com estações de trabalho.



- Propostas para otimização e racionalização da ocupação do edifício MV9 dos 27º, 26º, 25º, 22º, 21º pavimentos, sala de rack na sobreloja e para reabertura dos espaços de atendimento ao público e do serviço de protocolo e expedição no Térreo;
- Implantação de sinalização de rotas de fuga e reposicionamento dos extintores nos 26º, 24º, 22º e 21º;
- Adequação das copas conforme normas de acessibilidade, com realização de melhorias estéticas e dos sistemas de iluminação, hidráulica e elétrica dos 26º, 25º, 22º e 21º pavimentos;
- Elaboração de projetos e estudos de viabilidade para implantação de vestiários na sobreloja e em pavimento tipo do MV9;
- Elaboração de projetos e estudos para implantação de banheiro PCD na sobreloja;
- Elaboração de estudos de engenharia, juntamente com a equipe de TI, para mudança do rack da TI do 3º pavimento para a sobreloja do MV9.

- Administração predial

Tabela: Principais custos com serviços prediais

Serviços	Custo - 2023 (em R\$ milhões)
Limpeza	0,6
Energia elétrica	1,7
Água	0,2
Manutenção predial - Edifício Sede e Edifício Praça da Bandeira	0,9
Aluguel/Condomínio	14,5
Total (2 prédios gerenciados)	17,9

Fonte: CGLI/DIRAD/INPI

- Locações de imóveis e equipamentos

Quanto à locação de imóveis no Rio de Janeiro houve o gasto de R\$ 14,5 milhões, compreendendo custos de locação e condomínio do Edifício Sede situado à Rua Mayrink Veiga nº 09 Centro, Rio de Janeiro/RJ. As taxas condominiais abrangem os serviços de portaria, vigilância, manutenção de elevadores e equipamentos prediais, além da limpeza, conservação e iluminação das áreas comuns do edifício.



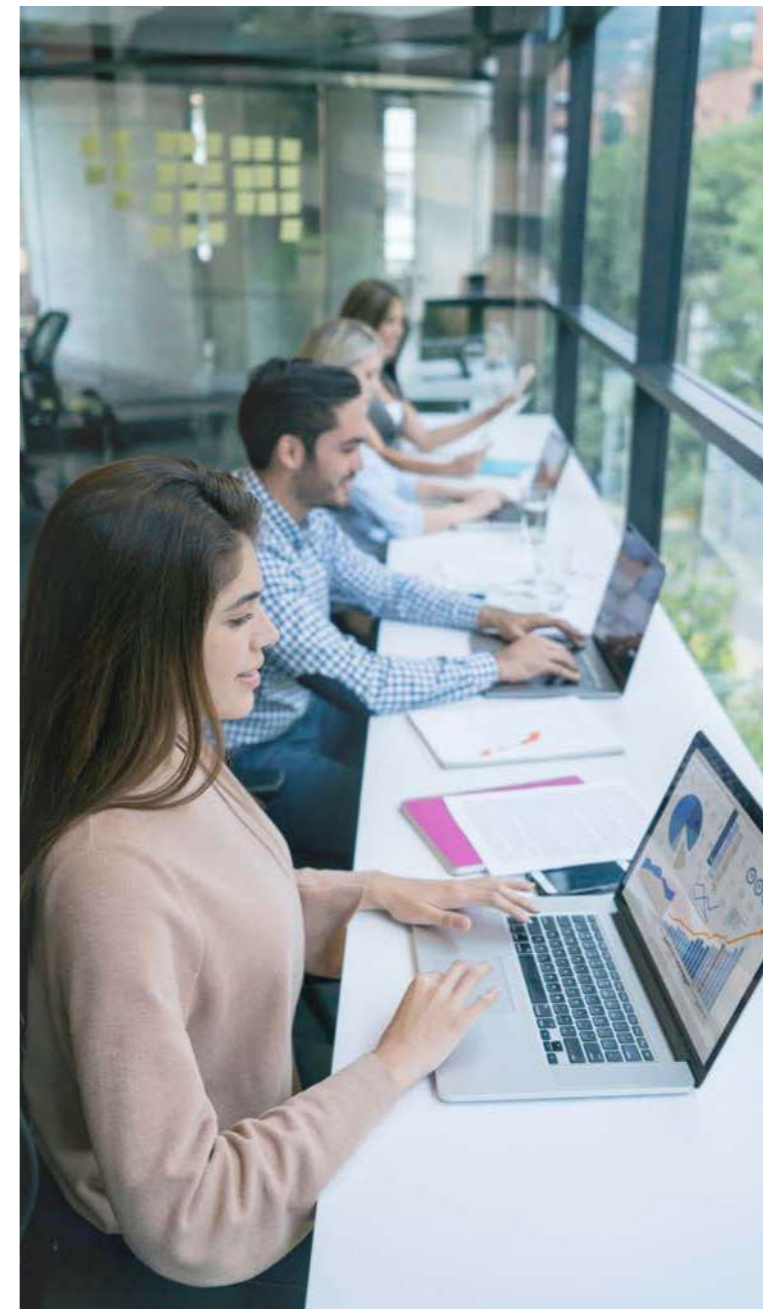
- Mudanças e desmobilizações relevantes

Buscando otimizar a ocupação predial no Edifício Sede (Rua Mayrink Veiga nº 9), seguindo as diretrizes do Projeto Racionaliza, que preconiza a ocupação otimizada e compartilhada dos imóveis de uso especial da União, objetivando a aplicação dos princípios de racionalidade, economia e eficiência ao planejamento de espaços de uso institucional da administração pública federal, foram realizadas as seguintes mudanças:

- Mudanças das coordenações da Diretoria de Marcas para os 22º e 21º pavimentos;
- Mudança da CGREC para o 22º pavimento;
- Mudança da CGOF para o 25º;
- Readequação da setorização das coordenações do gabinete da DIREX no 25º;
- Mudança do setor de Psicologia da DISAO para o 26º;
- Reformatação do 26º pavimento com implantação da Sala 360º/coworking e salas multiuso e ampliação da sala de reunião.

A Sala 360º consiste na constituição de uma rede de espaços de trabalho de uso compartilhado e rotativo (*coworking*), distribuídos geograficamente nos grandes municípios, com infraestrutura adequada para trabalho remoto, disponibilizados para uso dos servidores dos órgãos membros da rede.

Com a disponibilização deste espaço, os servidores do INPI também poderão usufruir de espaços de trabalho compartilhados em órgãos de diversas cidades do país, reduzindo o uso de recursos e tempo de deslocamento.





- **Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios na gestão de licitações e contratos e gestão patrimonial e infraestrutura**

Um dos principais desafios enfrentados em 2023 foi o cumprimento parcial das metas estabelecidas no Plano Anual de Contratações – PAC. O valor total previsto para as contratações em 2023 era de R\$ 36,6 milhões, mas apenas R\$ 11,9 milhões foram efetivamente contratados, o que corresponde a cerca de 1/3 do planejado.

A restrição orçamentária ao longo do exercício foi um dos fatores que afetaram negativamente as contratações, conforme aborda-se no Capítulo 4 deste relatório. A obtenção tardia de recursos prejudicou a conclusão das contratações previstas no exercício, visto que não é possível realizar a licitação sem prévia disponibilidade orçamentária.

Outra ocorrência que impactou o cumprimento das metas estabelecidas no PAC foi a revogação da contratação de serviços especializados de suporte e garantia de infraestrutura de TI (processamento, armazenamento de dados/*storage* e rede de dados), com valor estimado em R\$ 11,5 milhões. Na fase externa da licitação, constatou-se a necessidade de uma reavaliação da solução. Dada a elevada complexidade técnica e valor estimado, a contratação foi adiada para 2024.

Adicionalmente, a carência de recursos humanos nas unidades requisitantes e também na unidade responsável pelas licitações prejudicou o cumprimento das metas do PAC, exigindo a priorização das contratações mais relevantes. Apesar desses obstáculos, mais de 80% das contratações que concluíram o Planejamento da Contratação e tiveram o Termo de Referência aprovado foram efetivadas no exercício.

Em termos de perspectivas para o futuro, a manutenção do modelo de locação de imóvel para a Sede no Rio de Janeiro, bem como a instalação das unidades regionais em parceria com outras instituições, através de comodato, cessão ou divisão dos custos de ocupação, tem propiciado a manutenção dos custos de infraestrutura em níveis baixos e com maior previsibilidade, desonerando o Instituto dos custos diretos e indiretos da propriedade de imóveis.

Um dos desafios mais prementes para o ano de 2024 é a destinação adequada do edifício da Praça da Bandeira, considerando as possibilidades de doação do imóvel, cessão, alienação, utilização ou permuta por outro imóvel.

Outro projeto relevante é a digitalização do acervo de documentos físicos, incluindo a identificação e correção de falhas de digitalização, cadastro de informações e indexação, com a estruturação de um banco de dados que permita a busca e acesso aos documentos. Ressalvamos que a execução deste projeto ainda depende de disponibilidade orçamentária no valor estimado de R\$ 3,5 milhões para digitalização de 10% do acervo.

Ainda em relação ao Edifício Sede no Rio de Janeiro, as ações previstas têm como objetivo a continuidade da otimização da ocupação do imóvel.

No ano de 2024, objetiva-se realizar o ajuste de propostas e a operacionalização da reocupação dos pavimentos 27º, 20º, 19º, 18º e térreo. Ainda, estes mesmos pavimentos devem receber sinalização de rotas de fuga e reposicionamento dos extintores.



Neste sentido, é necessário obter uma melhor definição do cenário institucional futuro para a readequação dos layouts, visando aperfeiçoar a ocupação predial. Este cenário deve considerar as mudanças e expansão do Programa de Gestão com teletrabalho total e parcial para todas as diretorias do INPI, além de horizonte com relação à realização de concurso.

Em relação ao Edifício da Praça da Bandeira, a equipe de engenharia estudará a viabilidade de realizar ações de melhoria da infraestrutura, visando mitigar riscos resultantes do estado crítico de conservação da edificação.

Tratando das unidades regionais, está previsto o seguinte programa de trabalho:

- Em fevereiro/2024 serão iniciadas as adequações da SEDIR S II (PR), estima-se que os serviços prioritários serão finalizados em abril/2024;
- Em fevereiro/2024, deverá ser realizado novo certame para contratação de manutenção predial da unidade COINS-SP;
- No primeiro semestre de 2024, deve-se estudar modelos de contratação que atendam às necessidades destas unidades e que sejam passíveis de serem praticadas, considerando-se as limitações para a manutenção continuada de contratos para unidades de porte pequeno, ou seja, inferiores a 1.000 m² ou que comportam menos do que 30 postos de trabalho presenciais e efetivos. Os modelos de contratações típicos e o modelo proposto em 2023 não apresentaram resposta positiva do mercado, resultando em licitação deserta ou fracassada;
- No segundo semestre de 2024, estima-se a realização de certame para contratação de manutenção predial para realização de adequação da EDIR S (RS);
- Continuidade da realização de vistorias para caracterização das unidades e seu estado de conservação.

Além das atividades listadas anteriormente, será necessário planejar novas contratações, tais como aquisição de equipamentos de climatização e manutenção para a SEDIR S II(PR) e para a sala de rack da TI no MV9, que requer solução específica de climatização. Também se planeja realizar nova contratação de manutenção predial e de mobiliários para a Sede do INPI.



Relacionamento com a Sociedade

As dimensões de relacionamento e de transparência são fundamentais para a governança institucional. Elas se dão pela disponibilização de informações no portal e nas redes sociais e se desdobram nas práticas de atendimento aos usuários, tratamento de manifestações, acessibilidade, privacidade, prestação de contas, governo aberto, privacidade, desburocratização, racionalização administrativa, simplificação dos serviços públicos, justiça social, diversidade e inclusão, igualdade equitativa de oportunidades e desenvolvimento. Os canais de atendimento são acessados pela Plataforma Integrada de Atendimento do INPI¹, em observância ao art. 9º, parágrafo 2º, da Política de Relacionamento e Transparência do INPI.

A seguir, as informações dos canais de comunicação do INPI e na sequência, os instrumentos de participação e controle social em camadas de atendimento ao público que permitem o acompanhamento e qualificação do tratamento de manifestações:

¹ <https://www.gov.br/inpi/pt-br/plataforma-integrada-de-atendimento>





Canais de Comunicação do INPI

Figura - Identificação de alguns pontos de contato do INPI



Figura - Indicadores de 2023





• Campanhas de Comunicação

Alguns destaques de mensagens enviadas pelo INPI a seus públicos em formato de campanhas de propaganda e publicidade em 2023 são:



“Tudo que você quer saber sobre marcas”:
campanha com mensagens de esclarecimento sobre o processo de registro de marcas.



“Fato ou Boato sobre Registro de Software”:
campanha com mensagens de esclarecimento sobre o processo de registro de softwares.



“Acordo de Madri Descomplicado”:
campanha com mensagens de esclarecimento sobre o processo de registro de marcas pelo Acordo de Madri;



“Acordo de Haia Descomplicado”:
campanha com mensagens de esclarecimento sobre o processo de registro de desenhos industriais pelo Acordo de Haia.



“Canais de Atendimento do INPI”:
campanha apresentando os diversos Canais de Atendimento do INPI.



“Não caia em golpes”:
campanha alertando para situações que tendem a ser golpes ou fraudes contra o usuário.



“Boas Práticas em TI”:
campanha destinada ao público interno com o objetivo de esclarecer quais são as boas práticas no uso das tecnologias de informação do INPI;



Figura: Canais de Atendimento do INPI

Canal	Finalidade	Prazo	Ideal	Desaconselhado
Chatbot do INPI	Resposta a perguntas simples, recomendações e ajuda em decisões de menor expressão	Funcionamento 24 horas por dia	Para resposta a dúvidas simples e frequentes	Para casos técnicos e questões específicas
INPI Conecta Todos	Diálogo entre usuários e pré-atendentes do INPI por meio de videochamada	Funcionamento em dias e horários informados na Plataforma Integrada de Atendimento	Para orientações detalhadas com compartilhamento de tela	Para casos mais técnicos e questões complexas
Fale Conosco	Resposta a perguntas técnicas, prestação de informações e recebimento de reclamações sobre algum serviço solicitado ao INPI	7 dias úteis	Para casos técnicos de baixa complexidade	Para casos urgentes ou muito complexos
Comex Responde	Resposta e orientações relacionadas a questões de comércio exterior e de internacionalização de produtos ou serviços desenvolvidos sob a proteção da propriedade industrial	7 dias úteis	Para casos técnicos sobre comércio exterior e internacionalização de produtos e serviços	Para casos urgentes ou muito complexos
Serviço de Atendimento da Ouvidoria	Registro, acompanhamento e tratamento de denúncias, elogios, sugestões, solicitações de providências e de simplificação, além de reclamações	20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias	Para casos mais complexos ou mal resolvidos pelos demais canais de atendimento	Para casos urgentes
Serviço de Informação ao Cidadão	Tratamento de pedidos de acesso à informação de acordo com o disposto na Lei de Acesso à Informação	20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias	Para pedidos de acesso à informação mais complexos	Para casos urgentes
Serviço de Atendimento (Tele)Presencial	Solução de casos complexos, promoção da vista de processos, orientação em questões de natureza de disseminação do conhecimento, esclarecimentos de natureza técnica sobre o teor de atos já praticados e resposta a solicitações de audiência junto aos gestores dos serviços prestados pelo INPI	7 dias para triagem prévia	Para casos técnicos de alta complexidade ou de uso estratégico da propriedade industrial	Para casos urgentes
Reclame Aqui	Resposta a reclamações consideradas críticas pelos usuários	20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias	Para casos de insatisfação com o serviço de atendimento	Para casos urgentes
Resolução Pacífica de Conflitos	Solução de questões afetas ao relacionamento dos usuários com o INPI e ao ambiente e condições de trabalho dos servidores e colaboradores do INPI,	Acordado entre as partes envolvidas	Para casos especiais sem solução satisfatória nos demais canais de atendimento	Para casos com risco à integridade pública

Fonte: Plataforma Integrada de Atendimento do INPI



Canais de Acesso ao Cidadão e Grau de Satisfação dos Usuários

Além do conteúdo de transparência ativa disponibilizado no Portal do INPI e da consolidação da cultura da abertura de dados, o INPI mantém os referidos canais de relacionamento integrados e dotados de recursos tecnológicos para a pesquisa de satisfação dos usuários, conforme o caso, em atendimento ao disposto no art. 20, do Decreto n.º 9.094, de 2017, com redação dada pelo Decreto n.º 10.332, de 28 de abril de 2020:

CHATBOT DO INPI

4.874 acessos em 2023

Tabela - Série Histórica de Acessos ao Chatbot

Ano	Total de Acessos
2021	5.791
2022	8.199
2023	4.874

Fonte: Chatbot, INPI.

INPI CONECTA TODOS

1.045 pré-atendimentos em 2023

Figura - Avaliação do Pré-Atendimento do INPI

Fonte: Google.

FALE CONOSCO

Tempo médio de resposta de 2,4 dias

97.839 manifestações atendidas em 2023

Tabela - Série Histórica de Manifestações Recebidas pelo Fale Conosco

Ano	Total de Mensagens
2021	99.412
2022	96.906
2023	97.839

Fonte: Chatbot, INPI.

Gráfico - Avaliação do Atendimento do Fale Conosco

Fonte: Fale Conosco, INPI

SERVIÇO DE ATENDIMENTO (TELE)PRESENCIAL

461 solicitações de atendimento em 2023

Tabela - Série Histórica de Solicitações de Atendimento (Tele)Presencial

Ano	Total de Solicitações
2021	859
2022	870
2023	461

Fonte: Atendimento (Tele)Presencial, INPI.

COMEX RESPONDE

Tempo médio de resposta de 9,5 dias

20 manifestações atendidas em 2023

Tabela - Série Histórica de Manifestações Recebidas pela Comex Responde

Ano	Total de Mensagens
2021	2
2022	0
2023	20

Fonte: Comex Responde

RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

13 manifestações atendidas em 2023



SERVIÇO DE ATENDIMENTO DA OUIDORIA

Tempo médio de resposta de 7,2 dias

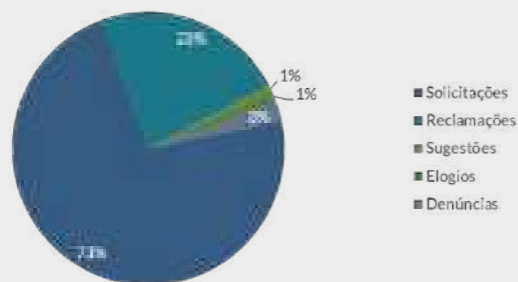
1.007 manifestações atendidas em 2023

Tabela - Série Histórica de Manifestações Recebidas pela Ouvidoria

Ano	Total de Mensagens
2021	710
2022	868
2023	1.007

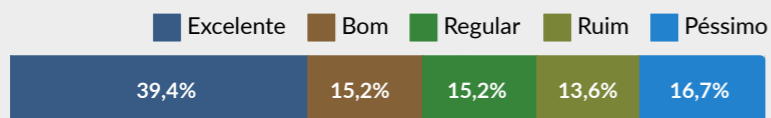
Fonte: Painel Resolveu?

Gráfico - Natureza das Manifestações Recebidas pela Ouvidoria



Fonte: Painel Resolveu?

Gráfico - Avaliação do Atendimento da Ouvidoria



Fonte: Painel Resolveu?



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

Tempo médio de resposta de 12,96 dias

353 manifestações atendidas em 2023

Tabela - Série Histórica de Manifestações Recebidas pelo SIC

Ano	Total de Mensagens
2021	247
2022	185
2023	353

Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação

Conforme a Portaria INPI/PR n.º 342, de 29 de outubro de 2015, o Ouvidor exerce a função de Autoridade de Monitoramento do Serviço de Informação ao Cidadão

Tabela - Recursos Interpostos no Âmbito do SIC

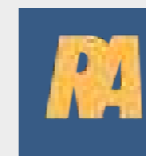
Instância	Recursos
Primeira	33
Segunda	15
Terceira	4
Última	0

Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação

Figura - Avaliação do Atendimento do SIC



Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação



RECLAME AQUI

185 manifestações atendidas em 2023

Tabela - Série Histórica de Manifestações Atendidas pelo Reclame Aqui

Ano	Total de Mensagens
2021	0
2022	48
2023	185

Fonte: Reclame Aqui

Figura – Reputação do INPI no Reclame Aqui



Fonte: Reclame Aqui



Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Usuário, elaborada em conformidade com o Decreto n.º 9.094, de 2017, consolida as informações relativas aos serviços oferecidos pelo INPI, os requisitos e documentos necessários para acessá-los, as etapas para o seu processamento, os prazos e a forma para a sua prestação, bem como os locais de acesso aos serviços e às ferramentas de comunicação com os usuários.

O Instituto também dispõe da Cartilha ao Investidor Estrangeiro na Área de Propriedade Intelectual tendo em consideração a participação do INPI na Rede de Pontos Focais do Ombudsman de Investimentos Diretos, para oferecer apoio ao investidor estrangeiro por meio de consultas e questionamentos, conforme Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos firmado pelo Brasil com diversos países.

Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes

A transparência institucional provém da colaboração entre as diversas unidades da estrutura organizacional do INPI, com significativos resultados oriundos da combinação da promoção do acesso à informação à eficiente gestão dos documentos.

Dentre os mecanismos de transparência disponibilizados, destacam-se os seguintes:



Portal do INPI

<https://www.gov.br/inpi>



Revista da Propriedade Industrial

<https://www.gov.br/inpi>



Estatísticas

<https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/estatisticas>



Publicações

<https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes>

Dados Abertos

Conforme aprovado por seu Comitê de Governança Digital, o INPI instituiu o Plano de Dados Abertos (PDA) para o biênio 2022-2024, por meio do qual o Instituto promove a devida publicidade às ações previstas para a implementação e promoção da abertura de dados sob a sua responsabilidade, sendo orientado pelas premissas da Parceria para Governo Aberto – *Open Government Partnership* (OGP), iniciativa multilateral entre diversos países, tendo o Brasil como um de seus fundadores.



Agendas Transversais



Programa de Gênero, Diversidade e Inclusão 2023

O Comitê Estratégico de Gênero, Diversidade e Inclusão (CEGDI) do INPI foi instituído em outubro de 2022 pela Portaria INPI/PR nº 242, de 21 de outubro de 2022.

No contexto dos esforços globais em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), o incentivo da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a participação do INPI na Rede Latino-Americana de Propriedade Intelectual e Gênero, bem como a parceria com o Reino Unido no Projeto Escritório Brasileiro de Propriedade Intelectual para o Século 21, a influência internacional foi crucial para a iniciativa de criar o Comitê.

Paralelamente, ações internas pró-equidade vinham sendo conduzidas no INPI, como o mapeamento de parcerias nacionais para a promoção conjunta de ações de disseminação da PI e mentoria para a promoção de inclusão social, além de estudos acadêmicos.

Avançando na conscientização sobre a importância da diversidade no campo da propriedade intelectual, a criação do Comitê representou uma conquista ao estabelecer um colegiado especializado na promoção de atividades orientadas à superação de desigualdades que prejudicam o funcionamento ótimo do sistema de propriedade intelectual. Desse modo, é esperado que o CEGDI atue em prol do desenvolvimento econômico e social sustentável do Brasil e do mundo.

Em 2023, o INPI estabeleceu o Regimento Interno do CEGDI (Portaria INPI/PR nº 53, de 14 de dezembro de 2023), confirmando-se como um colegiado de natureza consultiva e propositiva especificamente voltado à promoção dos temas gênero, diversidade e inclusão na área de Propriedade Intelectual, tanto interna, quanto externamente ao INPI.



Figura: Atribuições do CEGDI

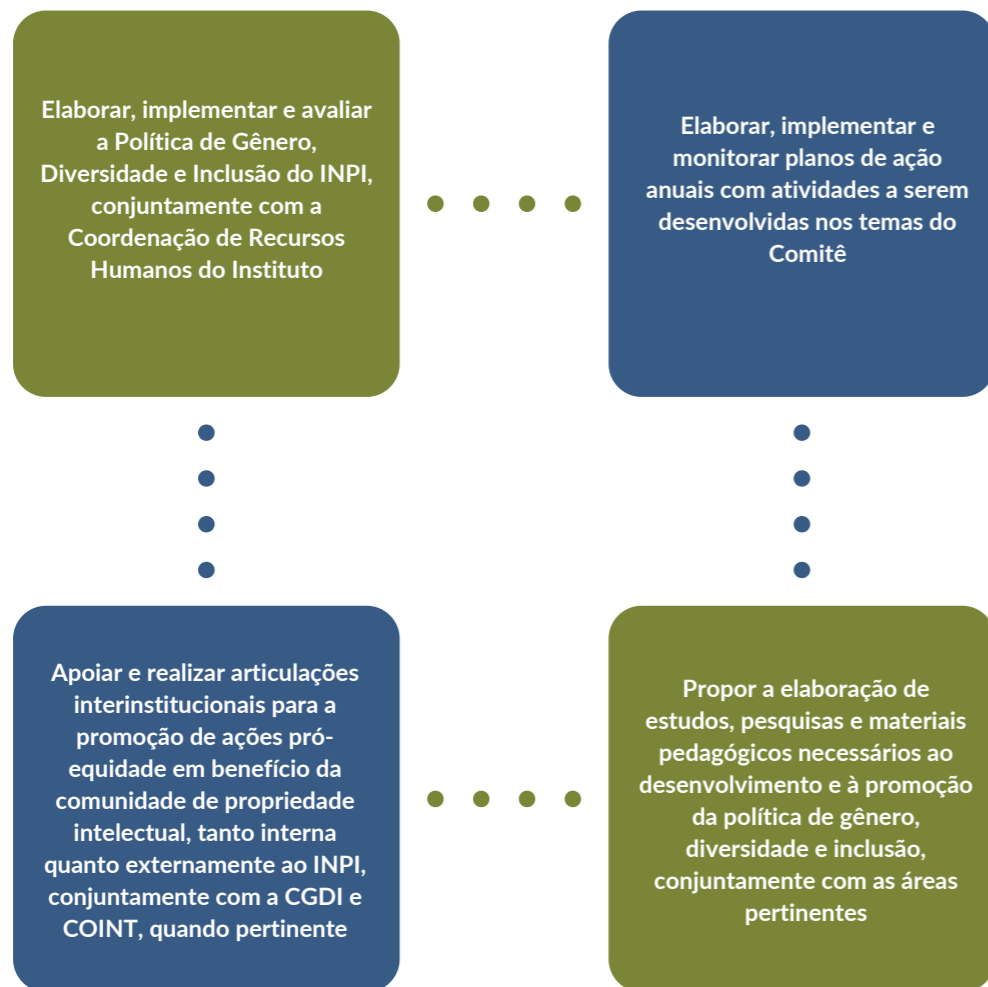


Figura: Entregas do Programa em 2023





Sustentabilidade Ambiental

O INPI planeja e executa suas ações observando e aplicando as boas práticas de sustentabilidade ambiental. Porém, havia a necessidade da institucionalização da governança e da gestão das atividades relacionadas ao meio ambiente no âmbito do Instituto.

Neste sentido, em setembro de 2023, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Bioeconomia (COSBIO), por meio da Portaria INPI n.º 48, de 06 de novembro de 2023.

Competências da COSBIO	Institucionalizar o processo de planejamento e realização das atividades do INPI sobre PI relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade ambiental
	Estabelecer diretrizes, objetivos, iniciativas e indicadores estratégicos das atividades na temática ambiental
	Monitorar a implementação e avaliar os resultados das ações previstas na Comissão
	Revisar periodicamente as atividades previstas tendo em consideração a estratégia institucional
	Promover a integração entre os agentes de diversas áreas do INPI em suas atividades que envolvem a questão ambiental
	Fomentar o desenvolvimento contínuo dos servidores em temas que relacionam a PI e o Meio Ambiente
	Realizar intercâmbio de informações e estabelecer aliamentos em relação ao Plano Diretor de Logística Sustentável do INPI

Em reconhecimento pela implantação de práticas sustentáveis, o INPI recebeu em dezembro de 2023 o Selo Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Promovida pelo Ministério, a A3P possui o objetivo de estimular os órgãos públicos a implementar práticas de sustentabilidade. A agenda tem seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras públicas sustentáveis; sensibilização e capacitação dos servidores; e construções sustentáveis.

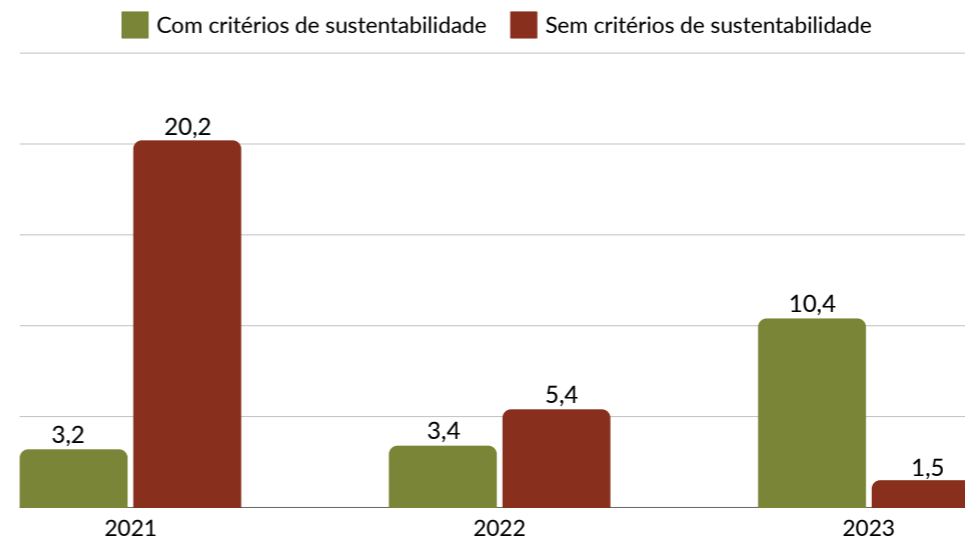




Crítérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

Diversas práticas de sustentabilidade na Gestão de Logística e Infraestrutura são adotadas de forma continuada, inserindo, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade nas suas contratações e aquisições. Os casos não aplicáveis referem-se aos objetos que não tenham impacto ambiental relevante ou não haja padrões e critérios de sustentabilidade previstos na legislação ou em práticas de mercado, como licenças de softwares e acesso a bases de dados internacionais.

Gráfico – Contratações sustentáveis (R\$ milhões)



Fonte: CGLI/DIRAD/INPI



Em 2023, o INPI inverteu a tendência observada em 2021 e 2022 e realizou, em valores (R\$), mais contratações com critérios de sustentabilidade do que sem critérios.



Dentre os resultados gerados podemos destacar:



Economia de R\$ 10,0 milhões por ano com devolução de imóveis, gestão eficiente de energia e de contratos, otimização de recursos, bem como classificação e descarte documental, entre outros.



Adesão ao Almoarifado Virtual Nacional, com racionalização do consumo e maior transparência; redução de estoques, evitando perdas por obsolescência e deterioração de materiais.



Inserção de critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens e materiais.



Redução no consumo de papel A4 mantida em 2023, como produto direto da implantação da digitalização do setor público, que tem se mostrado uma ferramenta crucial para a redução do consumo de papel.



Destinação correta de resíduos perigosos e poluentes, como lâmpadas fluorescentes, componentes eletrônicos, pilhas e baterias através de empresas licenciadas.



Manutenção em 2023 das medidas implantadas no período 2018 a 2022 - redução de 41% no consumo de energia elétrica e de 29% no de água - por meio de eficiência energética implementada, redução do horário de funcionamento do ar condicionado, manutenção preventiva das instalações elétricas e hidráulicas, além da redução da população no Ed. MV9 devido ao trabalho remoto.



Fortalecimento do programa coleta seletiva cidadã, na gestão de resíduos sólidos como compromisso do INPI com a sustentabilidade ambiental.

Fonte: CGLI/DIRAD/INPI

Figura: Reciclagem de resíduos em 2023



PLÁSTICO

63,2 Kg



PAPELÃO

119 Kg



FERRO

125 Kg



PAPEL

942,4 Kg



TOTAL

1.249,6 kg



Fonte: CGLI/DIRAD/INPI



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis



Apresentação

Este capítulo apresenta as principais informações orçamentárias, financeiras e de custos do INPI. As informações estão relacionadas com as demonstrações contábeis, proporcionando uma análise gerencial acerca da sustentabilidade financeira do Instituto. Em complemento, é disponibilizado o link de acesso às Demonstrações Contábeis e às Notas Explicativas do exercício 2023 ao final do capítulo.

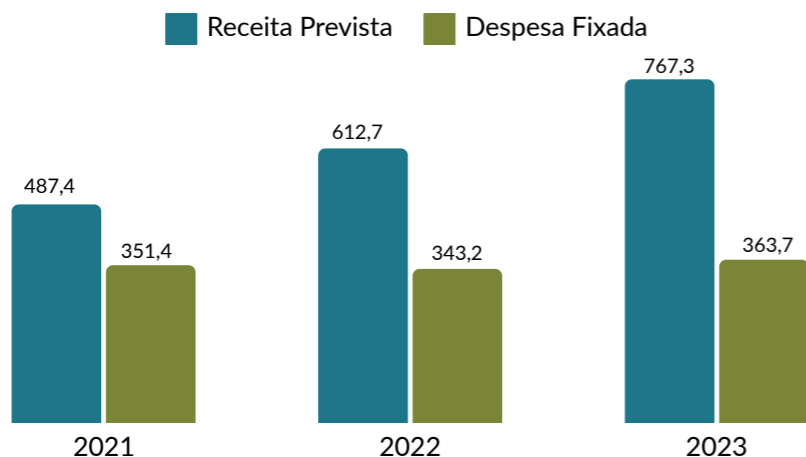
Destaca-se que as gestões orçamentária e financeira do INPI estão pautadas no que estabelecem as Leis n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e n.º 101, de 4 de maio de 2000, e as despesas do exercício de 2023 foram executadas de acordo com a dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual n.º 14.535, de 17 de janeiro de 2023.





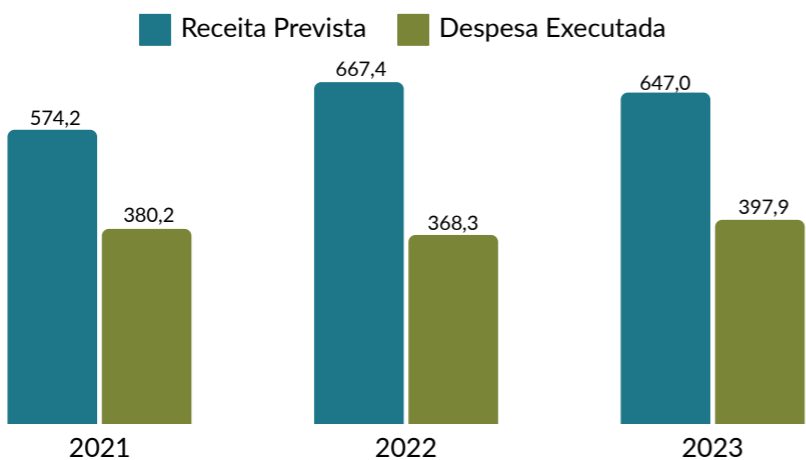
Orçamento

Gráfico – Receita Prevista e Despesa Fixada na LOA Inicial (2021-2023) (em R\$ milhões)



Fonte: Lei Orçamentária Anual

Gráfico – LOA Final Receita Prevista e Despesa Executada (2021-2023) (em R\$ milhões)



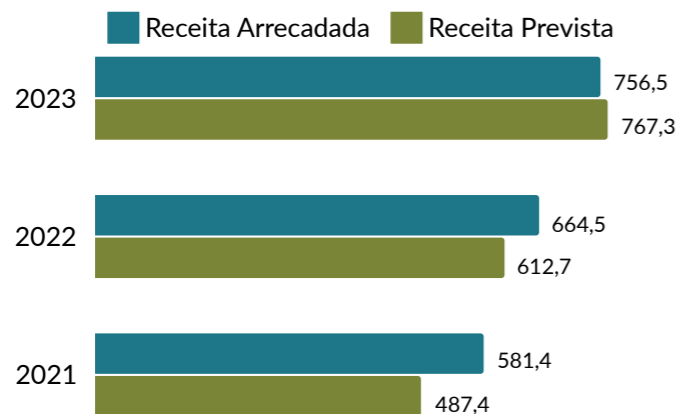
Fonte: Lei Orçamentária Anual e SIAFI

A Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023 fixou a despesa do INPI inferior à previsão da sua receita, fato que vem se repetindo há alguns anos. A não aplicação integral da receita proveniente dos serviços ofertados pelo INPI em despesas que contribuam para efetiva prestação dos serviços influencia diretamente na qualidade e na agilidade das entregas realizadas, o que será analisada com maior detalhamento na Subseção Resultados Orçamentário, Financeiro e Contábil.

Quanto ao segundo gráfico, consideramos como LOA Final a última reestimativa da receita realizada pela Secretaria de Orçamento Federal, uma vez que a receita prevista na LOA representa uma projeção e não limita a capacidade de arrecadação do INPI, sendo periodicamente revisada para que componha as avaliações fiscais do país com as devidas atualizações.

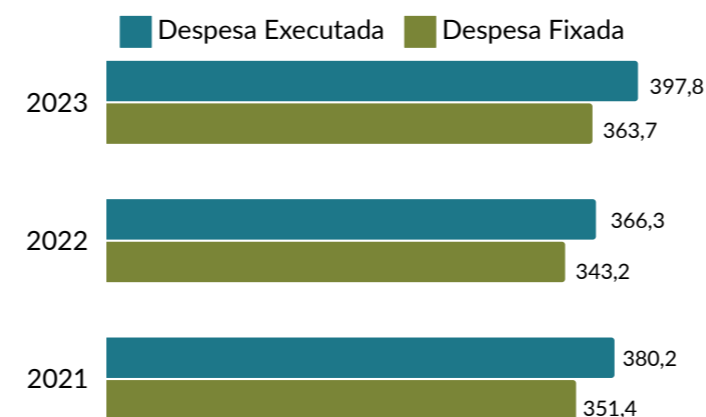


Gráfico - Receita Prevista e Receita Arrecadada (2021-2023) (em R\$ milhões)



Fonte: Lei Orçamentária Anual e SIAFI

Gráfico – Despesa Inicial Fixada e Despesa Executada (2021-2023) (em R\$ milhões)



Fonte: Lei Orçamentária Anual e SIAFI

As receitas arrecadadas de 2021 a 2023 demonstram a tendência de crescimento da arrecadação do INPI (crescimento médio anual de 14%). O ano de 2023 foi mais um exercício de superação da receita, tendo alguns meses alcançado patamares recordes.

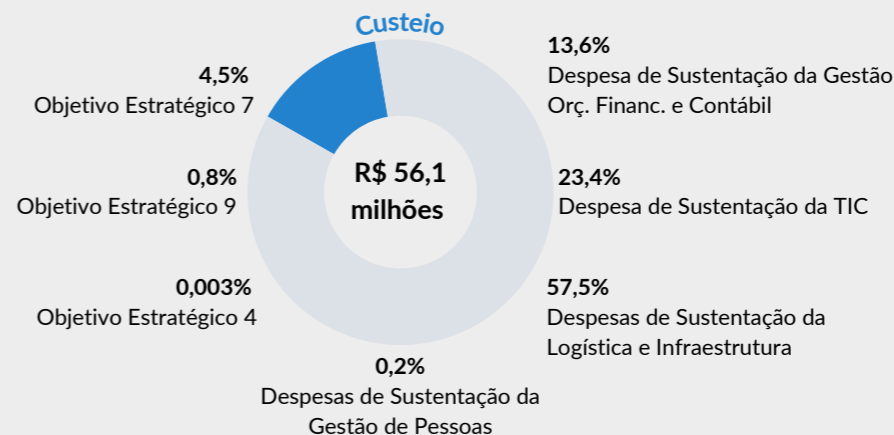
Quanto à despesa, tanto a fixada na LOA Inicial quanto a executada tiveram crescimento, devido, principalmente, às recomposições orçamentárias ocorridas ao longo do ano, decorrentes das gestões junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.





Execução Orçamentária

Despesas do INPI (R\$ 397,6 milhões)

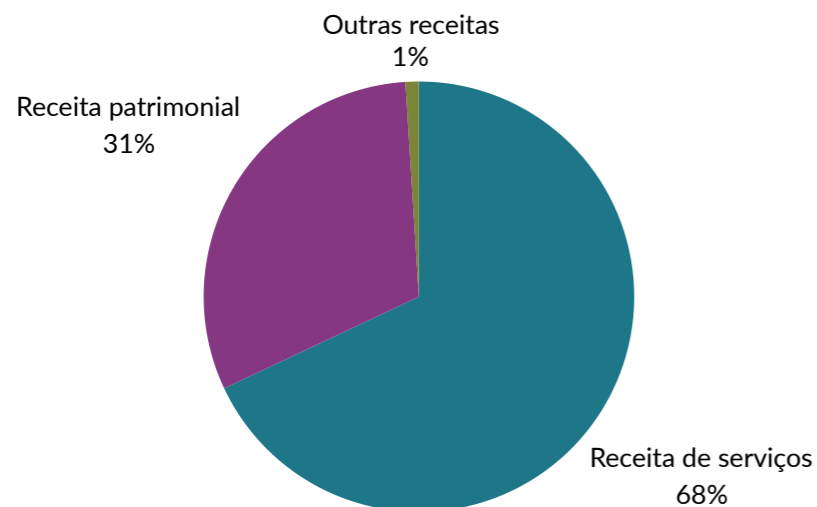


Fonte: CGOF/DIRAD, SIAFI



Receita

Gráfico – Receita total arrecadada



Fonte: CGOF/DIRAD, SIAFI

Quadro – Receita de Serviços 2022 e 2023, por forma de proteção (em R\$ milhões)

Forma de Proteção		2022	2023	Varição
	Marcas	250,2	274,0	+9,5%
	Patentes	218,0	228,9	+5,0%
	Desenhos Industriais	5,1	5,2	+1,2%
	Transferência de Tecnologia	2,8	2,2	-21,9%
	Programas de Computador	0,8	0,9	+20,3%
	Serviços e demais receitas	3,3	3,4	+4,4%
Total		480,2	514,6	+7,2%

Fonte: CGOF/DIRAD, SIAFI



Gestão de Custos

A apuração de custos no âmbito do INPI teve início em setembro de 2016, quando a atribuição de elaborar estudos e relatórios sobre custos foi estabelecida para uma unidade regimental da Autarquia, por meio do [Decreto nº 11.207, de 2022](#). O INPI utiliza como fonte de informação primária o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) que é acessível a todos os órgãos, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e informações internas do Instituto. O SIC utiliza a estrutura orçamentária para alocação dos custos, ou seja, os custos são apurados considerando como objetos de custeio as ações da Lei Orçamentária Anual, que por sua vez contemplam os programas, projetos e atividades de cada órgão².

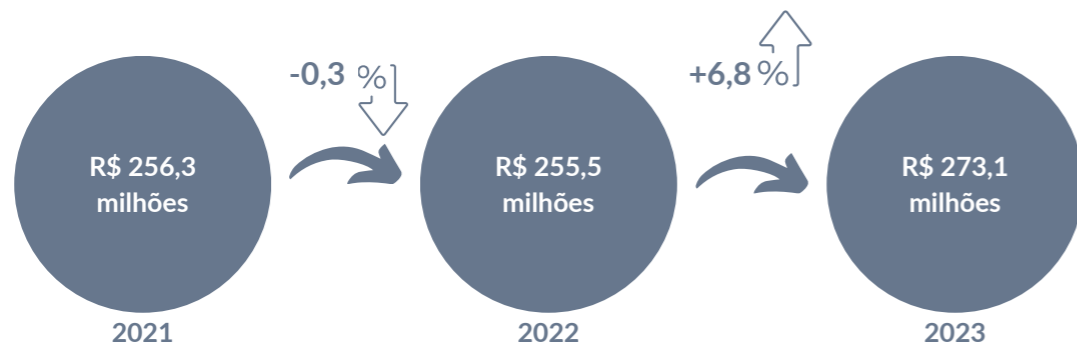
Considerando que a estrutura orçamentária de cada órgão nem sempre reflete os objetos de custeio específicos que se pretende mensurar, a associação dos recursos consumidos com os produtos ou serviços gerados não se dá de forma direta, necessitando de uma análise mais aprofundada para identificação do método ou combinação de métodos de custeio mais apropriados para o tipo de informação que se deseja obter.

Neste sentido, o INPI adota, de forma combinada, o método de Custeio Pleno, que considera todos os custos da organização - exceto no que concerne a Aposentadorias e Pensões Civis da União - e o método de Custeio Baseado em Atividades e Tempo (TD-ABC - *Time Driven Activity Based Costing*), tendo como objeto de custos intermediário as atividades finalísticas arrecadadoras e como objeto de custos final os serviços prestados pelo Instituto, atendendo assim o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - NBCT 16.11 "Sistema de informações de Custos do Setor Público". Uma vez que a metodologia aplicada tem tratamento conceitual definido, utiliza-se as ferramentas tecnológicas disponíveis no INPI, propiciando, por meio de relatórios anuais, análises de séries históricas de informações de custos. De forma complementar, são produzidos relatórios trimestrais de custo ao longo do ano.

A metodologia desenvolvida permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 50 da [Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000](#) e com a [Portaria STN Nº 157, de 9 de março de 2011](#).

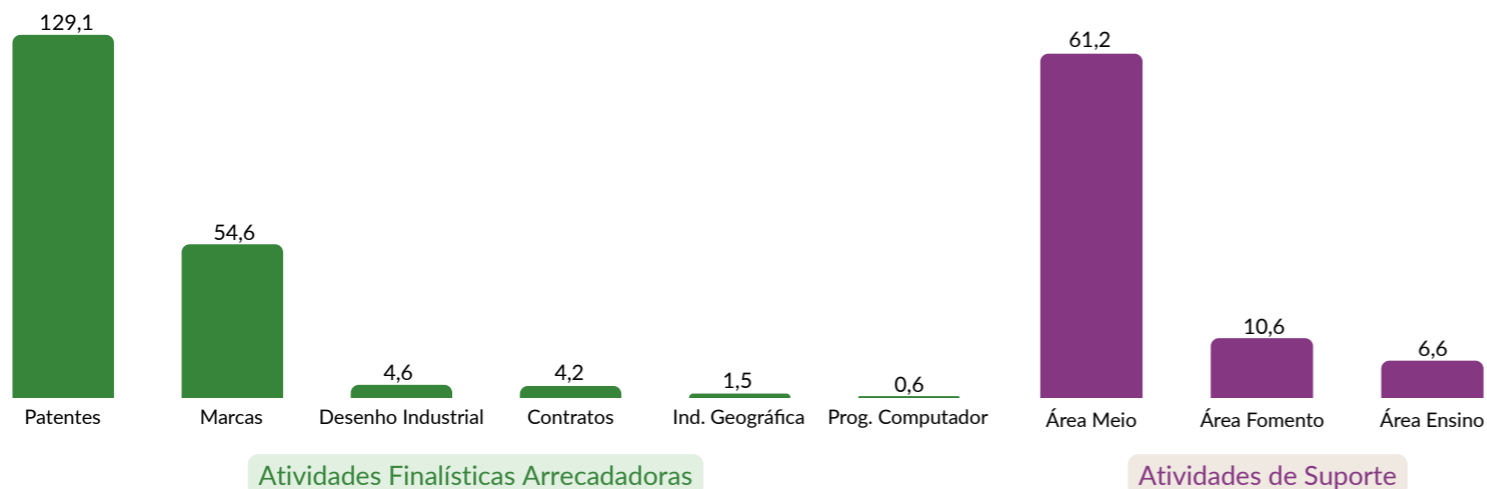
² Cabe ressaltar a diferenciação da Contabilidade Financeira da Contabilidade Gerencial a qual a Contabilidade de Custos fornece subsídios. Nesse sentido, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, a Contabilidade Financeira dá ênfase à objetividade e consistência dos dados já a Contabilidade de Custos enfatiza a relevância e flexibilidade dos dados. Portanto, os resultados apresentados pela Contabilidade Financeira não necessariamente são idênticos aos resultados da Contabilidade de Custos. Cabe esclarecer também que a análise de custos apresenta metodologia própria e que suas fontes de dados não se limitam ao SIC. Como o objetivo da análise de custos é gerencial, algumas informações são ajustadas. Por exemplo, as despesas com diárias e passagens são extraídas do SCDP e não do SIC.

Figura - Custos totais



Fonte: CGOF/DIRAD, Tesouro Gerencial, SCDP e informações internas do INPI

Gráfico - Custo das Atividades Finalísticas e de Suporte – 2023 (em R\$ milhões)



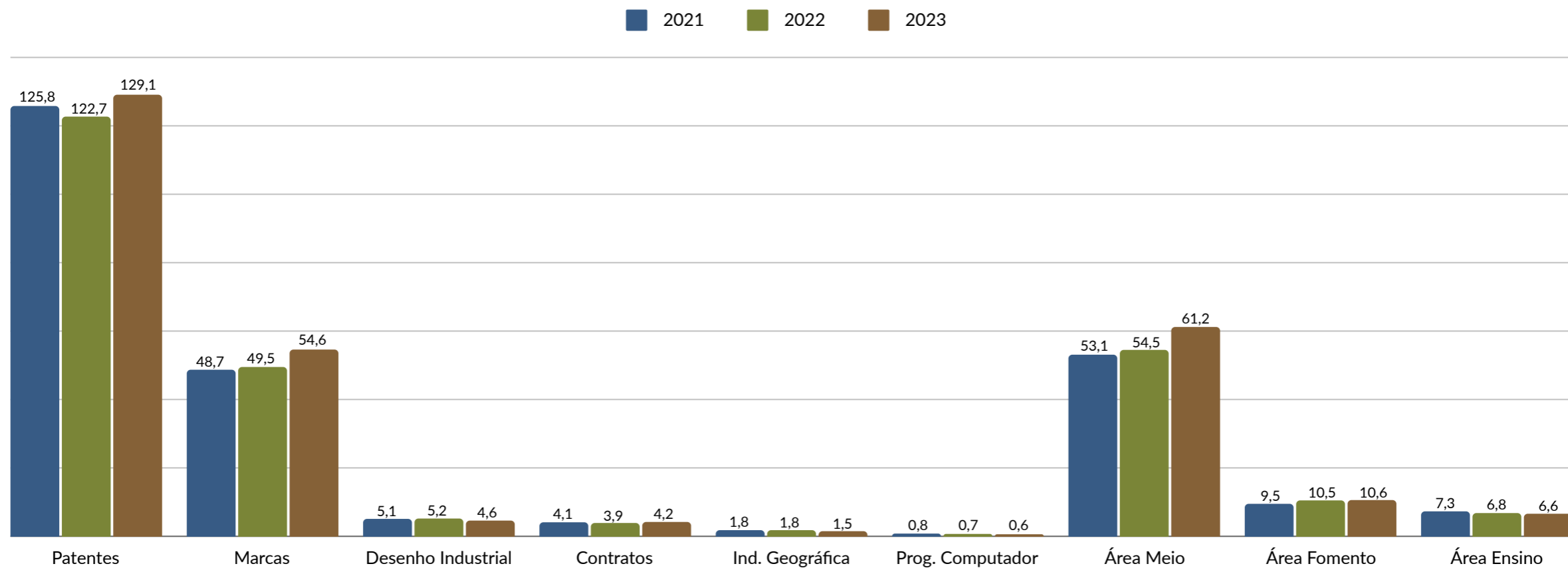
Fonte: CGOF/DIRAD, Tesouro Gerencial, SCDP e informações internas do INPI

A atividade finalística que apresenta estruturalmente maior custo é Patentes, representando 47,3% do custo total em 2023. Esse resultado pode ser explicado principalmente pela maior demanda de mão de obra e serviços especializados, incluindo também o acesso a bancos de dados de informações tecnológicas internacionais. Entre as Atividades de Suporte, a maior parcela corresponde à Área Meio, com 22,4% do custo total.

O Gráfico “Custo Total por Atividades Finalísticas e de Suporte – 2021 a 2023” apresenta o comparativo dos custos dos três exercícios apurados antes da absorção do custo das atividades de suporte pelas atividades finalísticas.



Gráfico - Custo Total por Atividade Finalística e de Suporte – 2021 a 2023 (em R\$ milhões)



Fonte: CGOF/DIRAD, Tesouro Gerencial, SCDP e informações internas do INPI

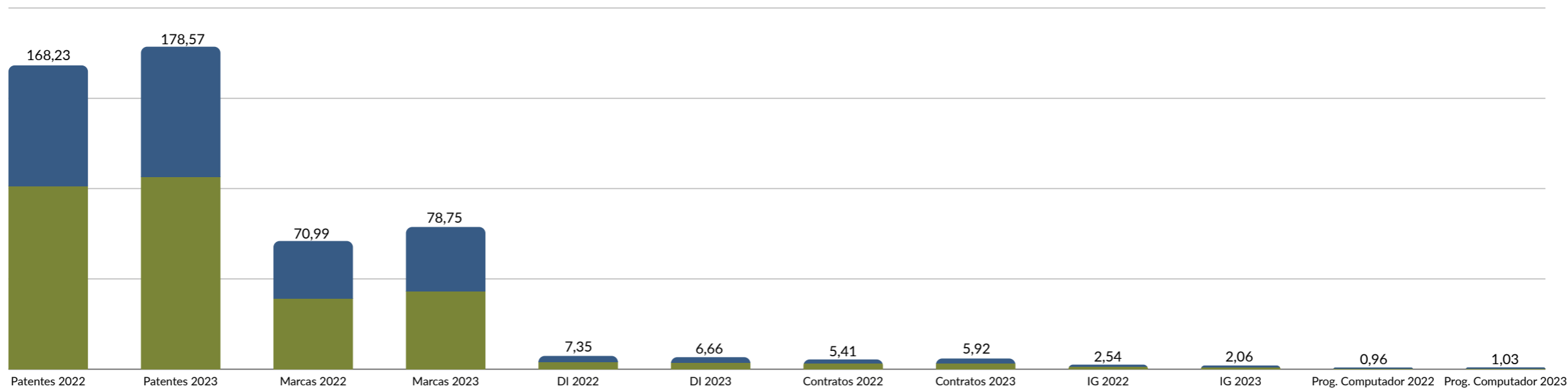


Destacam-se no gráfico a redução dos custos de DI, IG e o aumento dos custos da Área Meio, Marcas e Patentes no período 2021-2023.



Na última etapa da apuração, os custos das atividades de suporte são absorvidos pelas atividades finalísticas arrecadadoras na proporção do número de servidores e o custo com o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, é distribuído com base na receita de serviços. Na sequência, o Gráfico “Custo Final das Atividades Finalísticas Arrecadadoras – 2022-2023” apresenta uma comparação do custo final por atividade finalística arrecadadora nos últimos dois anos.

Gráfico - Custo Final das Atividades Finalísticas Arrecadadoras – 2022-2023 (em R\$ milhões)



Cor	Tipo de Custo	Patentes	Marcas	DI	Contratos	IG	Prog. Computador
■	Pessoal Ativo 2022	60%	55%	57%	59%	59%	49%
■	Outros Custos*	40%	45%	43%	41%	41%	51%
■	Pessoal Ativo 2023	60%	55%	53%	56%	58%	48%
■	Outros Custos*	40%	45%	47%	44%	42%	52%

Fonte: CGOF/DIRAD, Tesouro Gerencial.

*Inclui o custo de Pessoal Ativo das Atividades de Suporte, uma vez que estas atividades são consideradas custos indiretos para as Atividades Finalísticas Arrecadadoras.

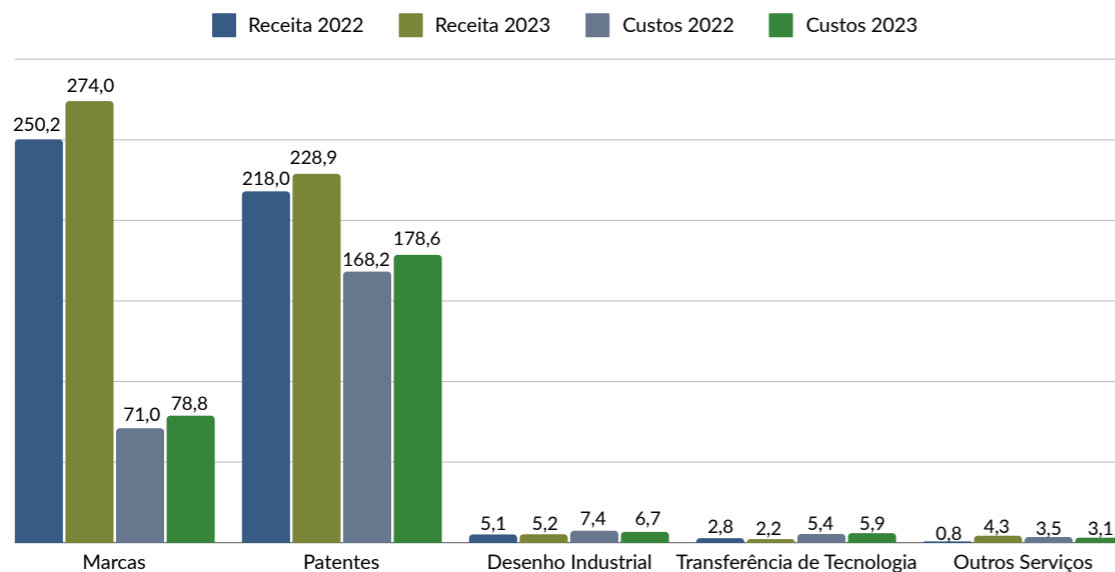


Em comparação ao ano anterior, é possível identificar o aumento do Custo Total em todas as atividades do INPI, exceto em Desenho Industrial (DI) e em Indicação Geográfica (IG). Destaca-se que o Custo de Pessoal Ativo foi reduzido em - 15,8% nas atividades de DI e em - 20,5% nas atividades de IG. No que se refere a Outros Custos, a redução foi de - 1,0% em DI e de - 16,1% em IG.



A apuração de custos do objeto final “atividades finalísticas arrecadoras”, após a absorção dos custos das Atividades de Suporte, demonstrou que Patentes e Marcas, juntas, representaram 94% do custo total do INPI em 2023.

Gráfico - Receita de serviços e custo após absorção por atividade finalística 2022-2023 (em R\$ milhões)



Fonte: CGOF/DIRAD, SIAFI

Observa-se que as receitas dos serviços de Marcas e Patentes superaram os seus custos nos anos de 2022 e de 2023. Em contrapartida, observou-se que a receita das atividades de Transferência de Tecnologia e Desenho Industrial foi inferior ao custo. Todavia, o volume desse déficit representa pouco impacto financeiro na prestação dos serviços do Instituto.

Ao analisar a evolução da receita e do custo das atividades finalísticas arrecadoras entre 2022 e 2023, é possível destacar o crescimento equilibrado de receitas e custos das atividades de Marcas e Patentes, mantendo assim o saldo superavitário. Relativamente às atividades de Desenho Industrial, a redução do custo foi significativa entre 2022 e 2023 (- 9,5%), mitigando o saldo deficitário em - 34,1%.

No caso das Atividades de Transferência de Tecnologia, destaca-se a redução da receita em - 21,9% e o aumento do custo em 9,4%, aumentando assim o saldo deficitário em 2023 em 42,8%. Por fim, no que concerne a Outros Serviços, houve expressivo aumento da receita em 2023, que aliado à redução de custo, transformou o saldo deficitário de 2022 (- 2,7 milhões) em saldo superavitário em 2023 (1,2 milhões).

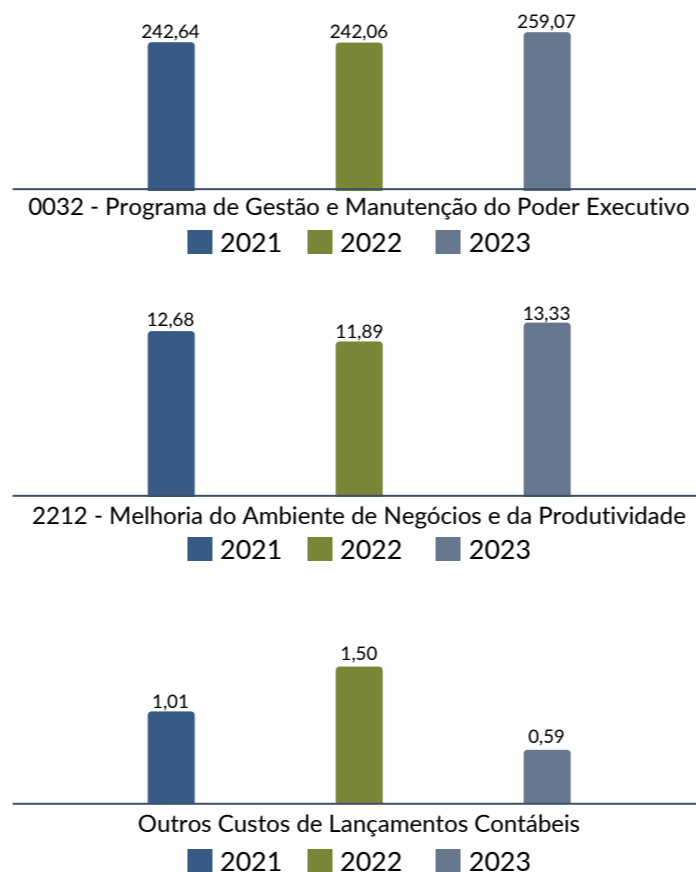


Estimativa de Custos por Programa Governamental

Finalizando as análises de custos, sob a perspectiva de programa governamental, os custos do INPI concentram-se estruturalmente no programa 0032 – “Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo” (95%), em razão de as despesas com funcionamento do Órgão (água, luz, telefone, etc.) e com pessoal ativo estarem alocadas neste programa³. O programa 2212 – “Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade” foi responsável por 5% do custo total da Instituição em 2023. Os demais referem-se aos outros custos de lançamentos contábeis e representaram 0,2% do custo total.

³ Em 2020 a ação 0181 – “Aposentadorias e Pensões Civis da União” foi incorporada ao Programa 0032. No entanto, não será considerada para fins deste relatório, já que não se relaciona com o alcance da missão institucional do órgão, por representar despesas com pessoal inativo.

Gráficos - Custo do INPI por Programa Governamental – 2021 a 2023 (em R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

Programa 0032 – Este programa integra o custo de pessoal ativo e o custo da administração da unidade. O resultado do período é explicado principalmente pelo aumento do custo com pessoal ativo, que cresceu 6,1% em relação ao ano anterior.

Programa 2212 – Compõe este programa a gestão e modernização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação. Observa-se uma tendência de priorização deste segmento em relação aos anos anteriores.

Outros custos de lançamentos contábeis – Este programa contempla os custos de amortização, depreciação e baixa de estoques incorridos no período. Nota-se que houve redução em – 63,1% nesses custos em comparação com o ano anterior, fundamentalmente em razão da reversão da depreciação ou exaustão relativos a ajuste de exercícios anteriores que ocorreram no ano de 2022, não ocorrendo o mesmo em 2023.



Resultados Orçamentário, Financeiro e Contábil

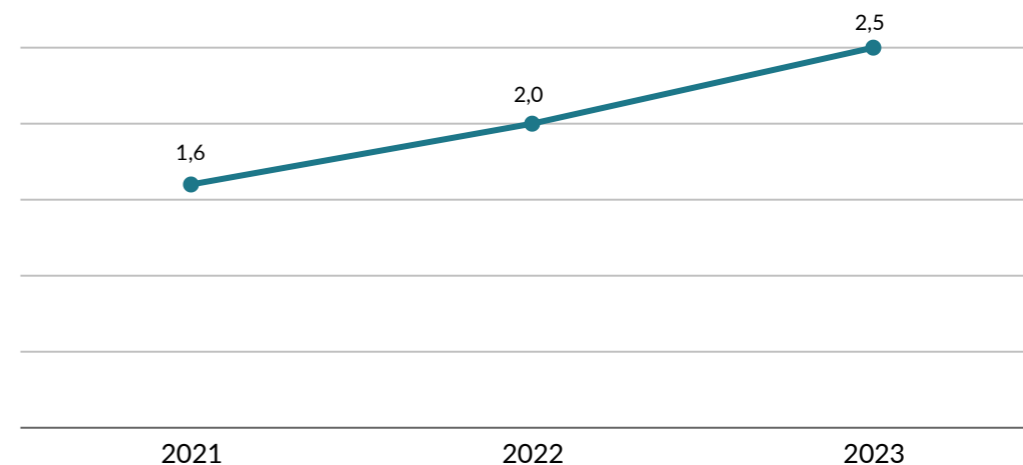
No exercício de 2023, a partir das informações do Balanço Financeiro, foi apurado resultado financeiro expresso pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 491,9 milhões (R\$ 408,9 milhões em 2022), o que representa o confronto entre ingressos e desembolsos, cujo detalhamento é apresentado nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Já o Balanço Patrimonial – BP 2023 apresenta o Resultado do Exercício de R\$ 502,1 milhões (R\$ 368,9 milhões em 2022), derivado do confronto entre variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. Por fim, o Balanço Orçamentário apresenta o Superávit do exercício, que alcançou em 2023 o montante de R\$ 358,7 milhões (R\$ 298,2 milhões em 2022), resultado do confronto entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

Os resultados positivos do INPI vêm de uma série histórica longa e atingiram, ao final de 2023, o valor de R\$ 2,5 bilhões, expressos na forma de Superávit Financeiro Acumulado no Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial de 2023. Este valor é decorrente da não utilização integral da receita arrecadada pelo INPI na forma de despesa.

Destaca-se que a não utilização integral da receita de serviços é decorrente das limitações impostas pela Lei Orçamentária Anual no estabelecimento das despesas. Sendo este um dos principais fatores de risco para o sucesso do Planejamento Estratégico 2023-2026 do INPI e para o financiamento sustentável da autarquia (autorização maior para utilização da receita de serviços).

O Gráfico “Superávit Acumulado INPI 2021-2023” apresenta a curva crescente do superávit nestes últimos três anos.

Gráfico - Superávit Acumulado INPI 2021-2023 (R\$ bilhões)



Fonte: Balanço Patrimonial do INPI, CGOF/DIRAD, SIAFI

O superávit acumulado se materializa nos recursos financeiros disponíveis como “Caixa e Equivalentes de Caixas”, que apesar de comporem o patrimônio do INPI, somente podem ser acessados pela Lei Orçamentária Anual. O saldo disponível na Conta Única do Tesouro somava R\$ 2,5 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

A seguir apresentamos a capacidade financeira do INPI, de forma gerencial, apontando-se as implicações e a necessidade de mudança deste perfil, no sentido de garantir uma maior efetividade operacional da prestação dos serviços do Instituto.



Sustentabilidade Financeira do INPI – Receita x Despesa

Para evidenciar a sustentabilidade financeira do INPI, faz-se necessário realizar uma análise que compare a receita dos serviços prestados (concessão de patentes e dos registros de marcas, de desenho industrial, de indicação geográfica, de topografia de circuitos integrados e de transferência de tecnologia) e as despesas que suportam a infraestrutura e a mão de obra necessárias à prestação dos serviços.

Tabela – Receita de Serviços – Arrecadada X Prevista (em R\$ milhões)

	2022	2022	2023	2023
	Arrecadada	Prevista	Arrecadada	Prevista
Receita de Serviços	480,1	475,5	514,5	537,8
Receita Patrimonial	181,3	136,7	233,8	229,3
Outras Receitas	3,1	0,5	8,1	0,2
Total	664,5	612,7	756,5	767,3

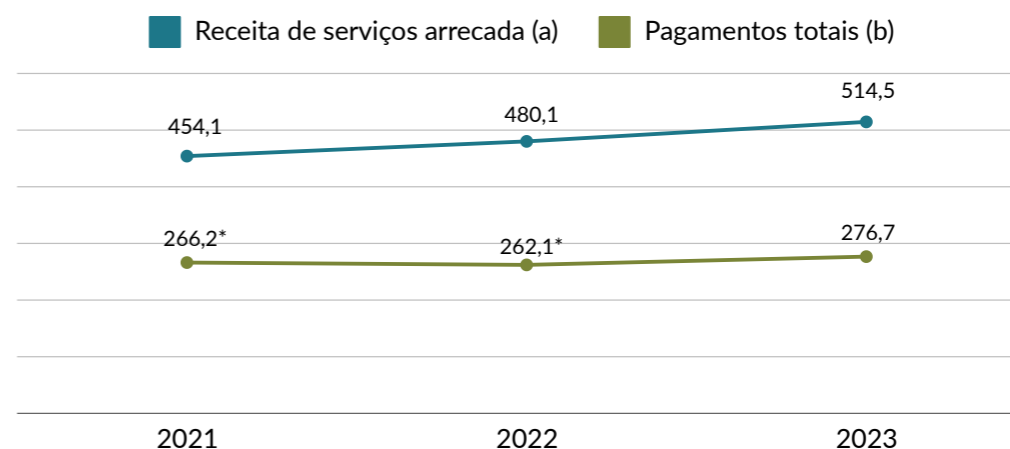
Fonte: CGOF/DIRAD, SIAFI

Podemos observar na tabela acima que, diferente de 2022, a receita arrecadada não atingiu a expectativa prevista na LOA Inicial, devido em grande parte ao comportamento da receita no último quadrimestre, que apresentou queda, não acompanhando a tendência dos anos anteriores, quando este período, principalmente o último bimestre, é o responsável pelas maiores arrecadações. Cabe informar que, pela última reestimativa divulgada pela Secretaria de Orçamento Federal, em novembro de 2023, a receita projetada para o INPI era de R\$ 647,0 milhões para 2023.

O Gráfico “Receita de Serviços Arrecadada e Pagamentos Totais (2021-2023)” apresenta a receita de serviços do INPI de 2021 a 2023 e os pagamentos totais realizados no período, excetuando os pagamentos das despesas com Pessoal Inativo, que não correspondem a obrigações do INPI.

Por esta abordagem, na tabela explicativa logo abaixo do gráfico, destaca-se o quanto da receita de serviços arrecada deixou de ser aplicada a cada ano no Instituto.

Gráfico – Receita de Serviços Arrecadada e Pagamentos Totais (2021-2023) (em R\$ milhões)



Fonte: CGOF/DIRAD, SIAFI e Tesouro Gerencial.

*Nota: os dados dos exercícios de 2021 (R\$ 282,5 milhões) e 2022 (R\$ 264,1 milhões) foram atualizados após saneamento do conceito a ser utilizado na extração dos dados - pagamentos totais incluem todos os pagamentos do ano excetuando as despesas com pessoal inativo que é realizada com fonte de recursos do governo.



Gráfico – Receita de Serviços Arrecadada e Pagamentos Totais (2021-2023) (em R\$ milhões)

	2021	2022	2023
Receita de Serviços não utilizada a cada Exercício (a) - (b)	187,9	218	237,8
Receita de Serviços não utilizada a cada Exercício (a) - (b) em %	41,4%	45,4%	46,2%

Fonte: CGOF/DIRAD, SIAFI e Tesouro Gerencial

Observa-se que há uma tendência de crescimento da receita de serviços e de estagnação da despesa, o que faz com que tenhamos uma curva crescente de resultado (receita menos pagamentos).

Esta análise sob a perspectiva de regime caixa e incluindo todos os pagamentos do ano (excetuando somente despesas com pessoal inativo) evidencia a questão a ser tratada: a utilização integral da receita de serviços nas entregas à sociedade.

Principais Desafios e Ações Futuras para a Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos

Diante de todo o exposto e pautado nas informações contábeis, orçamentárias, financeiras e de custos, bem como nos resultados institucionais atuais, reforça-se que:

- I. Os superávits acumulados, em valores crescentes, expressos no Balanço Patrimonial do INPI, demonstram o acúmulo de receita não utilizada;
- II. O acesso à receita arrecadada pelo Instituto por meio da Lei Orçamentária Anual não se dá da forma adequada e suficiente, ainda que o Instituto demonstre suas necessidades de despesas para prestação de serviços na qualidade e na escala necessária às demandas dos requerentes dos serviços de propriedade industrial;
- III. O perfil de custo do INPI 2023 (79,5% se refere a custo de pessoal) demonstra que o principal insumo da prestação de serviços do instituto é a mão de obra. Sendo assim, a utilização da receita do INPI de forma efetiva na prestação dos seus serviços passa pela contratação de pessoal e investimentos em TI que dinamizem as atividades; e, por fim,
- IV. O controle efetivo e sustentável dos estoques pendentes de exame de patentes e marcas está diretamente relacionado à utilização da receita de serviços arrecadada, que tem como pressuposto básico a prestação de serviços propriamente dita.



Em 2023, o INPI avançou no aprimoramento da apuração de custos das atividades finalísticas ao nível dos serviços prestados. Este avanço foi de grande importância para a Política de Preços do Instituto. A aplicação do método TD-ABC possibilitou a apuração dos custos dos serviços ao nível da Tabela de Preços do INPI, sendo, portanto, o principal insumo da Política de Preços. Tal método também consiste em uma ferramenta útil na gestão dos processos e planejamento dos recursos da organização. O modelo tem como principal direcionador de custo o tempo de execução das atividades realizadas na prestação dos serviços, conforme o Método TD-ABC aplicado na apuração do custo dos serviços prestados pelo INPI.

A Política de Preços foi desenvolvida, consistindo em uma base técnica, justa e transparente, para o avanço na definição dos mecanismos que possibilitarão, de fato, que o INPI acesse sua arrecadação em valor adequado para assegurar a infraestrutura tecnológica, administrativa, predial, bem como recursos humanos em número suficiente para maior eficiência nas entregas dos seus serviços.

No âmbito do Objetivo Estratégico 6 (Assegurar financiamento sustentável para modernização e expansão da capacidade de prestação de serviços), o INPI avançará com gestões nos próximos exercícios em busca de um maior acesso à receita arrecadada.

Para atingir este objetivo, o INPI vem construindo uma gestão com as melhores práticas de governança, controle e transparência, necessitando agora de mudanças legislativas que de fato concretizem as autonomias necessárias. Visando um futuro promissor, um INPI mais autônomo caminhará para o pleno atingimento dos seus objetivos estratégicos, que visam ao alcance dos melhores resultados operacionais, contribuindo assim de forma mais eficaz para o Sistema de Propriedade Intelectual e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do país.

E, em complemento, informamos que em 2023 não ocorreram ações de auditoria na Coordenação Geral de Orçamento e Finanças que sejam necessárias apresentar justificativas e/ou resultados.

Sendo assim, retomando os desafios ainda não alcançados e intensificando a necessidade da melhoria da utilização da receita de serviços do INPI, apresentam-se as principais metas de 2024 para gestão orçamentária, financeira e de custos:

1. Garantir uma melhoria na gestão orçamentária, financeira e contábil do INPI;
2. Avançar na autorização de orçamento, em valor adequado às necessidades do INPI;
3. Melhorar a organização dos processos das unidades internas do INPI para maior eficiência da execução orçamentária e financeira das despesas;
4. Normatizar a governança orçamentária do INPI;
5. Modernizar as ferramentas de divulgação das informações gerenciais da gestão orçamentária, financeira e de custos;
6. Ampliar ao máximo o número de participantes no programa de gestão; e
7. Continuar na busca de mais servidores para compor o quadro da CGOF.



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis do INPI foram elaboradas, observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964; a Lei complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000; as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP; o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público- MCASP, 9ª edição; e o Manual SIAFI.

Ressalta-se que as Demonstrações Contábeis, bem como as Notas Explicativas apresentam informações extraídas dos registros de documentos lançados no SIAFI, considerando a execução do Órgão 30204 - INPI, contendo valores comparativos ao exercício de 2022.

No link ao final da Seção constam as seguintes demonstrações contábeis do INPI:

- Balanço Patrimonial;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do INPI encontram-se na página oficial do Instituto, no endereço: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/aceso-a-informacao/demonstracoes-contabeis>





Lista de Siglas e Abreviações



ABNT NBR ISO - Versão brasileira da norma internacional ISO	MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
AUDIT - Auditoria	OMC - Organização Mundial do Comércio
BPMS - Business Process Management System	OMPI - Organização Mundial da Propriedade Industrial
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	PAG - Protocolo Automatizado Geral
CCE - Cargo em Comissão Executivo	PCD - Sigla para "pessoa com deficiência"
CEGDI - Comitê Estratégico de Gênero, Diversidade e Inclusão	PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas
CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	PE - Plano Estratégico
CGLI - Coordenação-Geral de Logística e Infraestrutura	PFE - Procuradoria Federal Especializada
CGOF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	PI - Propriedade Industrial
CGREC - Coordenação-Geral de Recursos e Processos Administrativos de Nulidade	RPI - Revista Eletrônica da Propriedade Industrial
CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos	SEDIR - Seção de Difusão Regional
CGTI - Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia	SEI - Sistema Eletrônico de Informações
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
CGU- Controladoria-Geral da União	SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
COINS-SP - Coordenação de Relações Institucionais do Distrito Federal	SINPI - Sistema Integrado de Propriedade Industrial
DI - Desenho Industrial	SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
DIRAD - Diretoria de Administração	SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
DIREX - Diretoria Executiva	SWOT - Sigla para Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)
DIRPA - Diretoria de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados	TI - Tecnologia da Informação
DISAO - Divisão De Saúde Ocupacional	TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
EDIR - Escritório de Difusão Regional	UPC - Unidade Prestadora de Contas
EUIPO - Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia	WIPO (= OMPI) - World Intellectual Property Organization
FCE - Função Comissionada Executiva	
IN - Instrução Normativa	
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial	
IP BRICS - Mecanismo de cooperação entre os escritórios de PI do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)	
IPAS - Industrial Property Automation System	

